

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Programa de Estudos Pós-Graduados em Administração PUC-SP

Núcleo de Estudos Avançados do Terceiro Setor – NEATS

ORGANIZAÇÃO DO TERCEIRO SETOR: AS MOTIVAÇÕES DO  
VOLUNTARIADO FEMINISTA

O Estudo de Caso do Coletivo Feminista de Sexualidade e Saúde

VANESSA FERREIRA DE ALMEIDA PIUCHI

São Paulo, 18 de junho de 2011

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Programa de Estudos Pós-Graduados em Administração PUC-SP

Núcleo de Estudos Avançados do Terceiro Setor – NEATS

ORGANIZAÇÃO DO TERCEIRO SETOR: AS MOTIVAÇÕES DO  
VOLUNTARIADO FEMINISTA

O Estudo de Caso do Coletivo Feminista de Sexualidade e Saúde

Trabalho de conclusão de curso  
apresentado ao Programa de Estudos  
Pós-Graduados em Administração da  
Pontifícia Universidade Católica de São  
Paulo como requisito parcial da  
conclusão do curso de especialização em  
Gestão de Projetos Sociais em  
organizações do terceiro Setor.

VANESSA FERREIRA DE ALMEIDA PIUCHI

São Paulo, 18 de junho de 2011

## **Dedicatória:**

Dedico esse trabalho aos movimentos e organizações de mulheres que buscam justiça social, equidade de gênero e a ascensão dos valores igualitários em diversos âmbitos. Dentre essas, dedico ao Coletivo feminista de Sexualidade e Saúde pela sua luta e a todas as pessoas que disponibilizam seu tempo e suas ideias para o cumprimento da missão.

Às mulheres e homens que mesmo sem envolvimento direto com organizações sem fins lucrativos, levam a bandeira da igualdade de gênero e do respeito mútuo.

Às organizações do terceiro setor que tem se mobilizado em prol de uma causa social com a crença de mudança, seja num âmbito restrito a vida de algumas pessoas, bairros e redondezas, seja de forma ampliada, causando assim mudança de consciência.

## **Agradecimentos:**

Agradeço a Deus por possibilitar que minhas experiências de vida tenham servido de ponto motivador no que diz respeito à causa feminista, ao incômodo com todo tipo de desigualdade entre pessoas.

Aos integrantes do conselho gestor do Coletivo Feminista de Sexualidade e Saúde pela disponibilidade em colaborar com esse trabalho, expondo fatores pessoais e disponibilizando seu tempo.

À Márcia Moussallem, minha orientadora que me deu todo o respaldo e suporte para esta pesquisa, bem como liberdade para que eu trilhasse meu caminho e minhas próprias descobertas na confecção deste trabalho.

Ao Roni, meu marido, que me apoiou desde a busca de bibliografia nas bibliotecas de sua faculdade e também compreensão e apoio nas diversas necessidades relacionadas à pesquisa.

## **Resumo:**

O presente trabalho pretende fazer uma apresentação do terceiro setor e do trabalho voluntário com suas concepções mais comuns na perspectiva filantrópica versus a perspectiva cidadã e de que forma isso se dá no trabalho com a causa feminista. A concepção a respeito do feminino nas diversas culturas ao decorrer da história é descrita de forma simples para que se compreenda algumas raízes do que temos hoje a respeito das crenças que suportam as desigualdades de gênero. A partir do esclarecimento do que é uma organização da sociedade civil, trabalho voluntário, cidadania e de uma contemplação da história do feminino, pretende-se saber que tipo de valores movem as pessoas para o voluntariado feminista e se este se identifica com a luta por direitos cidadãos ou com a filantropia.

**Palavras-chave:** Terceiro setor, voluntariado, cidadania, mulheres, feminismo.

## **Abstract:**

This work intend to make a presentation about the third sector and volunteering with the most common conceptions on the philanthropic perspective versus a citizen perspective and how this happens with the feminist cause. The conception about the feminine in different cultures in the course of history is described in a simple way to allow the understanding of some roots that we have today concerning to beliefs that tolerate the gender inequalities. Through the explanation of what is a civil society organization, volunteer work, citizenship and the contemplation of the feminine history, this work purpose to discover witch kind of values move people to feminist volunteering and if it is related with the fight for citizen's rights or with philanthropy.

**Key-words:** Third sector, volunteering, citizenship, women, feminism.

## Sumário:

Introdução	7
Justificativa	9
Problema	10
Objetivo Geral	12
Objetivo Específico	12
Metodologia	12
<b>Capítulo I - Terceiro Setor, Cidadania e Voluntariado</b>	<b>15</b>
1.1 Terceiro Setor: Definição e visão panorâmica	15
1.2 O Brasil e o Terceiro Setor	19
1.3 O Voluntariado: Cidadania X Filantropia	22
<b>Capítulo II – A Mulher no Mundo: Quem Somos, Como Somos Vistas.</b>	<b>28</b>
2.1 Reconstituição Histórica	28
2.2 Brasil: Mulheres, feminismo e catolicismo	39
<b>Capítulo III – Pesquisa</b>	<b>43</b>
3.1 Apresentação da organização	43
3.2 Entrevistas e análise de dados	47
<b>Considerações Finais</b>	<b>59</b>
<b>Anexo – Entrevistas</b>	<b>62</b>
<b>Bibliografia</b>	<b>90</b>

## **Introdução:**

O interesse no tema apresentado neste trabalho surgiu aos poucos ao desenrolar de uma história de vida e de experiências acadêmicas e profissionais.

Observo no cotidiano e na mídia as diferentes representações da mulher brasileira e as contradições entre si. Numa cultura em que temos de um lado a exaltação da igualdade, onde elegemos uma mulher para dirigir o país, por outro lado temos propagandas de cervejas, por exemplo, em que o feminino ainda ocupa uma posição de serventia ao sexo masculino. Vemos mulheres ocupando altos cargos no mercado de trabalho e ainda ouvimos ofensas dirigidas ao seu sexo quando se trata de dirigir um carro. As políticas públicas no Brasil tem avançado no que diz respeito à proteção da integridade feminina e a promoção de direitos, mas nossos índices de violência contra a mulher continuam altos. Segundo o relatório nacional de acompanhamento, caderno de desenvolvimento do milênio (2004) disponível no site da ONU, no Brasil as mulheres estudam mais e ganham menos, além de terem a participação política reduzida. Promover a igualdade seria uma das metas no terceiro milênio.

Além disso, sou de uma geração onde o terceiro setor está ganhando força e as discussões sobre seu papel são amplas e controvertidas.

Essas questões me despertaram curiosidade sobre o assunto, que foi caminhando para o interesse acadêmico.

Nascida em uma família patriarcal de um bairro do subúrbio do Rio de Janeiro, pude ver de perto a visão sobre os papéis femininos e masculinos naquele contexto. Em 2002 ingressei na faculdade de psicologia da Universidade Estácio de Sá, onde, a princípio, pensava em seguir uma trajetória clínica. Em 2005 comecei a estagiar na área clínica, tendo a psicologia Humanista como referencial teórico. Fui fortemente influenciada pelo pensamento de Carl Rogers que concebe todo ser vivo como portador de uma tendência inata à auto-atualização e aprendi a olhar o ser humano como possuidor de um impulso próprio para o crescimento pessoal. Em 2006 passei a atender, não apenas no Serviço de Psicologia Aplicada da faculdade, mas iniciei plantão psicológico no projeto Rio Mulher. O foco era fazer atendimentos emergenciais com mulheres vítimas de violência doméstica. Na maioria dos casos, as mulheres que procuravam atendimento tinham baixa autoestima e justificavam as ações dos seus parceiros absorvendo parte da culpa pela agressão.

Paralelo a esse estágio iniciei outro como acadêmico bolsista pela Secretaria Municipal de saúde do Rio de Janeiro, onde atuava num Centro de Atenção Psicossocial

(CAPS), com o acompanhamento de pacientes psiquiátricos graves. Nesse período, meu olhar transcendeu o aspecto clínico chegando às questões sociais. O trabalho com a comunidade e redes inter-setoriais era constante para a inclusão do paciente. Pude observar que as questões mais presentes entre os pacientes portadores de transtornos eram a religião e questões de gênero, ambos caracterizando relações de poder opressivas.

Seis meses após me formar em junho de 2007, me mudei para São Paulo e comecei a trabalhar com psicologia organizacional. Uma experiência muito diferente das anteriores. Observei dentro da dinâmica do trabalho algumas crenças que permeavam o mundo corporativo e as relações de trabalho. Em uma perspectiva diferente das outras, onde o incômodo com as desigualdades social está menos presente, as concepções a respeito do masculino e feminino são bem definidas e a desigualdade de gênero também aparece.

Ingressei na pós-graduação em Gestão de Projetos Sociais no Terceiro Setor na PUC de São Paulo. Pude conhecer melhor o mundo existente no terceiro setor e voltar meu olhar às políticas públicas que abrangem as ações humanas, os movimentos, lutas etc. Além disso, adquiri um maior conhecimento sobre o trabalho voluntário.

Havendo um despertar a respeito da cidadania, pude pensar sobre as relações de interesse e de motivação das pessoas para o trabalho, inclusive o voluntário. Estava caminhando com pessoas de interesse político e cidadão no contexto acadêmico e convivendo com o olhar filantropo do cristianismo, devido minha atuação na Igreja Batista. Antes de fazer parte da Igreja Batista, frequentei a igreja Católica Apostólica Romana no Rio de Janeiro, tendo passado pelos rituais de catequese e primeira comunhão e depois frequentei algumas igrejas protestantes pentecostais. O meio judaico-cristão e também o protestante especificamente, são bastante diversificados e não se pode descrever esse universo com apenas uma linha de pensamento. Ou seja, descrever o meio religioso cristão a partir das minhas experiências seria um tanto leviano. O que posso afirmar é que algumas idéias mais comuns podem estar presentes a respeito do trabalho voluntário e da mulher. Nesse meio é comum, principalmente nas pessoas mais velhas, a concepção do papel da mulher como criada para a submissão e do homem como criado para a liderança. E o trabalho exercido pelas mulheres está, na maioria das vezes, ligado ao cuidado, à família, à assistência, enquanto o masculino está ligado à estratégia. Como exemplo disso, nas igrejas Católicas Apostólicas Romanas não se admite que em vez de um padre se tenha uma mulher, nas igrejas Batistas também não se admitem pastoras. Isso ocorre tanto nos cargos remunerados, quanto nos trabalhos voluntários.

Essa característica é herdada de uma história onde as relações da igreja Católica tinham grande influência no Estado Brasileiro e no trabalho social. Num cenário onde, inicialmente, os trabalhos de acolhimento a doentes, mendigos, órfãos, viúvas e arruaceiros eram feitos pelas freiras das Santas Casas de Misericórdia, se percorreu um longo caminho até essas questões chegarem às esferas das políticas públicas. O discurso cidadão passou a ter mais força.

Hoje o trabalho voluntário, inclusive o voluntariado nas causas feministas pode ocorrer por diferentes motivações, seja pela influência Judaico-Cristã, pelo reflexo das lutas políticas ou outras causas.

### **Justificativa:**

O voluntariado, o terceiro setor e os direitos da mulher, são temas atuais que vem sendo discutidos com suma importância no nosso milênio. Os movimentos sociais tem forte ligação com as instituições ligadas à promoção do bem social e com as organizações sem fins lucrativos, estas por sua vez tem sua história atrelada ao voluntariado.

No Brasil, embora tenhamos evoluído, não temos dados suficientes para um estudo detalhado das organizações não governamentais, muitas delas não estão ligadas a Associação Brasileira das ONGs (ABONG).

Foi um grande avanço a conquista de um levantamento do IBGE sobre o terceiro setor, muitos pesquisadores haviam lutado por isso diante da falta de dados estatísticos. Merege (2009, p.35-36) relata os passos para a conquista da pesquisa. Houve um movimento de acadêmicos e representantes de ONGs para que o IBGE adotasse a metodologia da ONU para a pesquisa. O terceiro setor seria considerado formalmente parte da economia. Em fim, o Brasil e doze países se uniram e se comprometeram a incluir o terceiro setor em suas estatísticas. O autor escreve que no fim de 2004 veio outra “boa notícia” a respeito da finalização do trabalho do IBGE em parceria com a ABONG e o GIFE, adotando a metodologia da ONU.

Esse estudo mostra o crescimento acelerado do terceiro setor em nosso país, tendo maior concentração na região sudeste.

“Cabe chamar a atenção para o fato de que se trata de um estudo baseado em dados secundários e que necessitam de um tratamento dedicado e laborioso, não se constituindo, por tanto, de um levantamento censitário- o que seria o ideal. O estudo não adotou plenamente a metodologia da ONU (...) a metodologia da ONU também inclui

organizações informais que, em nosso continente, se constitui um número bastante significativo.” (MEREGE, 2009, p.37)

A partir dos dados que já temos, podemos verificar o quanto é notável o terceiro setor em termos de trabalho, políticas públicas, lutas por direitos e investimento de pessoas pela causa. Podemos ver que cada estudo a respeito do terceiro setor vem acrescentar para ações positivas na sociedade.

Os movimentos das mulheres na década de 70, tempos de repressão, se davam entre mulheres intelectualizadas da classe média. É importante levantar informações atuais sobre que tipo de pessoa se voluntaria na causa feminista, se apenas mulheres, se pertencentes à classe média ou a outras esferas da população.

O tema tem a contribuir com os estudos do terceiro setor, colaborando com a gestão do trabalho voluntário a partir das motivações do próprio trabalhador. Por se utilizar de estudo de caso único, haverá um levantamento mais detalhado e profundo sobre as questões que perpassam o voluntariado da causa feminista. Além disso, tende a esclarecer alguns aspectos que devem colaborar para futuros estudos sobre as mulheres e as ações sociais, que são temas de interesse público.

### **Problema:**

Será contextualizado no cenário brasileiro a posição do terceiro setor, os movimentos das mulheres e o trabalho voluntário e fazer a seguinte investigação:

O voluntariado da causa feminista é movido pelo sentimento filantropo ou pela defesa dos direitos de cidadania?

Tendo como base a luta das mulheres no decorrer da história e considerando que enfrentaram entraves com a igreja, que reforça o papel do homem como pessoa dominante, será adotada a seguinte hipótese:

O voluntariado da causa feminista é influenciado pelos movimentos sociais de luta de direitos pela cidadania, por tanto é movido pela defesa dos direitos cidadãos.

Quanto à hipótese secundária, existem detalhes a serem pensados. Apesar da autonomia dos movimentos feministas em relação à igreja católica, as mulheres costumam ter maior engajamento religioso que os homens. A elas são ligadas o poder da mística, como exemplo a cura das bruxas (FERNANDES, 2004, p. 51) e da caridade.

Necessita-se de um levantamento sobre o voluntariado dessa causa, pois a motivação para tal tem possibilidade de ser filantropia. Assim poderemos levantar dados que confirmem a presença tanto da cidadania, quanto da filantropia no voluntariado da causa feminista.

**Objetivo Geral:**

Verificar as motivações do voluntariado feminista a partir do estudo de caso de uma organização do terceiro setor.

**Objetivos Específicos**

- Verificar as crenças, valores e discurso de voluntários da causa feminista;
- Verificar por meio da cultura organizacional a política de voluntariado da organização;
- Identificar as experiências dos voluntários com relação à causa que conduzam ao trabalho voluntário.

**Metodologia:**

O Coletivo Feminista de Sexualidade e Saúde é uma organização não governamental que trabalha com o enfoque na mulher e na família a partir de uma perspectiva feminista humanizada. Abrange diversos campos que tangem a questão da saúde da mulher, como bem estar, qualidade de vida, atenção básica com métodos não invasivos e violência doméstica.

Inicialmente, contamos foi feito um levantamento bibliográfico referente ao assunto a ser estudado. Foram escolhidos autores contemporâneos e reconhecidos no campo de estudo do terceiro setor, movimentos sociais e estudo da mulher. Houve comparação de pensamentos desses autores, verificando suas convergências e possíveis divergências para melhor compreensão do assunto. Os dados históricos foram apresentados para que se compreenda melhor as mudanças sociais em torno do tema e assim possamos estudar o contexto atual. Foram levantados relatórios do IBGE, dados no site da ONU e feitas consultas a Constituição Federativa do Brasil de 1988. O levantamento também incluiu pesquisas em revistas científicas de teologia feminista. As universidades pesquisadas foram: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e a Universidade Metodista de São Paulo, além do Instituto Ruth Cardoso e biblioteca particular. Além disso, considerou-se nesse estudo, como bibliografia secundária, artigos e revistas de circulação nacional, como a revista Veja e a revista Psicoteologia de circulação restrita. No segundo momento da pesquisa foram examinados documentos da Organização a ser estudada, como estatuto e projetos.

Essa parte da pesquisa é definida por Cervo e Bervian (2002, p. 65) como:

“A pesquisa bibliográfica busca explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos. Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental. Em ambos os casos busca conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema.”.

O conteúdo levantado mostra a relevância do tema abordado em nosso cenário, como as ações populares e as mudanças históricas.

Como metodologia adotou-se um estudo de caso único. Como o tema é bem específico e abrange temas como terceiro setor, voluntariado e organização feminista, a escolha da organização teve como objetivo contemplar essas esferas de maneira focal. Cruz e Ribeiro (2004, p.52) descreve a relevância do estudo de caso ou método monográfico:

“consiste no estudo de determinados indivíduos, profissões, instituições, condições, grupos ou comunidades, com a finalidade de obter generalizações. Parte do princípio de que, qualquer caso que se estude em profundidade, pode ser considerado representativo de muitos outros, ou até de todos os casos semelhantes. Logo, este método possui uma natureza indutiva.”.

Seis pessoas, integrantes do conselho gestor foram selecionadas pela própria organização estudada para participarem da pesquisa. Os integrantes do conselho gestor são trabalhadores voluntários. Em geral, ocupam algum outro cargo remunerado dentro do Coletivo Feminista de Sexualidade e Saúde, mas doam algumas horas semanais para dedicar-se a gestão da ONG sem receber nada a mais por isso. Em seus projetos, o CFSS opta por trabalhar apenas com profissionais remunerados.

De acordo com o levantamento, a organização escolhida é a única organização da causa feminista que trabalha com mão de obra voluntária na gestão e é associada à Associação Brasileira das ONGs. Para se chegar uma escolha acertada da organização a ser estudada algumas etapas foram seguidas.

Primeiramente foi elaborado um cronograma para a pesquisa. Foram levantados nomes de organizações não governamentais feministas junto a Associação Brasileira das ONGs – ABONG. No site da ABONG<sup>1</sup>, foram visualizadas as missões, visões, valores e tipo de trabalho de cada uma dessas. O critério de escolha foi a relação do trabalho da ONG com a mulher a partir da visão feminista e o uso do trabalho voluntário. Após a primeira triagem, foi feito contato telefônico com algumas organizações para verificar de forma mais ampla suas ações e suas relações com o voluntariado. Foi constatado que alguns dados publicados no site da ABONG estavam desatualizados. Muitas organizações feministas publicaram no site que

---

<sup>1</sup> Site: [www.abong.org.br](http://www.abong.org.br). Acesso em 20 de dezembro de 2010.

trabalham com o voluntariado, mas ao entrar em contato com essas, foi verificado que o voluntariado não é mais usado nessas organizações. Atualmente todas trabalham apenas com profissionais remunerados.

As próximas etapas foram compostas de visita à organização, entrevistas semiestruturadas que questionam seus valores pessoais em relação ao voluntariado e a causa feminista. A partir da investigação sobre as motivações, crenças e valores dos gestores e observação de seus papéis, pretende-se interpretar de forma generalizada o objetivo da pesquisa.

Também foi feita uma análise documental, analisando o estatuto da organização e os projetos escritos.

## **Capítulo I –Terceiro Setor, Cidadania e Voluntariado: Um breve histórico.**

### **1.1 Terceiro Setor: Definição e visão panorâmica.**

A expressão Terceiro Setor foi definida no Brasil por volta da década de 70, mas suas práticas ainda não tem natureza definida. A sociedade civil tem se organizado significativamente e essa movimentação vem crescendo no cenário mundial. Muitas organizações surgiram voluntariamente em busca da garantia dos direitos cidadãos, são as Organizações da sociedade civil. “Estar na sociedade civil implicaria num sentido de pertença cidadã”. (FERNANDES, 2000, p27).

Essa esfera tem sido mais estudada nos últimos anos com diversos olhares a elas destinados. No entanto, os dados e pesquisas a respeito do terceiro setor ainda precisam de investimentos no Brasil, os levantamentos estatísticos são insuficientes. Nos Estados Unidos, por exemplo, existem dados mais consistentes sobre ação popular, voluntariado e organizações não governamentais.

As Organizações do terceiro setor são de direito privado, porém na definição da maioria dos autores, seu fim é de interesse público. Uma vez que esse setor tem seus serviços voltados aos interesses da sociedade e pertence aos próprios cidadãos. São iniciativas privadas sem fins lucrativos, organizações filantrópicas que podem ter uma missão abrangente dentro da sociedade, como cuidar da saúde, ou podem focar em causas específicas como na proteção do solo, por exemplo, ou defesa de direitos de grupos restritos. Quando a sociedade civil se organiza em prol de interesses coletivos não obedece à lógica do mercado capitalista, mas não segue os princípios de uma organização governamental, é um novo setor na sociedade, o terceiro setor.

Terceiro setor é uma expressão traduzida do inglês (third sector). Dos Estados Unidos também vieram as expressões *Organizações não Governamentais* ou *Organizações sem fins lucrativos*.

Fernandes (2000) pontua que na Inglaterra se usa uma expressão mais antiga para se referir ao terceiro setor, a *caridade*. “o que remete à memória religiosa medieval e enfatiza o aspecto de doação (de si para o outro)...” (FERNANDES, 2000, p. 25)

No entanto *Organizações não Governamentais* é a expressão predominante na Europa Continental, segundo o autor. “Chamou-se assim as organizações internacionais que, embora não representassem governos, pareciam significativas o bastante para justificar sua presença formal na ONU”. (FERNANDES, 2000 p.26).

Na Europa o terceiro setor vem se estabelecendo crescentemente. Na França e na Bélgica o setor está mais solidificado. Nesses países a associação das pessoas à causa social tem aumentado e as empresas tem significativa contribuição. Na Alemanha, o Estado deve colaborar com as ações sociais promovidas por organizações não governamentais, essa colaboração é prevista em lei. Na visão alemã, promover bem público é função do estado e por isso ele colabora para que pequenas organizações que estão mais próximas da comunidade façam suas ações.

Nos Estados Unidos, se tem uma forte cultura de doação e de voluntariado e esses dados são levantados de forma cuidadosa. O Estado americano não atua de maneira tão provedora como na Europa e as ações no terceiro setor são mais fortes. As instituições privadas e cidadãos são financiadores de peso nas ações sociais.

Juridicamente, o termo Organizações não Governamentais (ONG), do qual mais usamos, não é reconhecido. Ele engloba uma gama de organizações que não pertencem ao Estado, nem ao mercado. É usado para definir um mundo a parte.

O fato das ONGs não terem um dono e seus bens não poderem ser apropriados para benefício próprio e sua prestação de contas serem de conhecimento público, atrai o investimento das pessoas de forma positiva em colaboração com sua missão.

É registrado pelo autor que a Organização das Nações Unidas estimulou programas de cooperação internacional e, nas décadas de 1960 e 1970 cresceram ONGS com a missão de desenvolver o terceiro mundo com diversos projetos.

Muitos movimentos sociais marcaram o século passado na América Latina, os movimentos de esquerda, da educação, de mulheres, etc. A comunicação com estado estava cada vez mais enfraquecida e as ações locais ganharam força. Fernandes destaca a “mística da comunidade”, na época em que as reuniões em círculo aumentam, onde movimentos católicos emergem. As comunidades eclesiais de base reuniam o povo para o pensamento coletivo.

Em vez de meros expectadores, agora as pessoas se reuniam para discutir suas ideias na comunidade católica, o que acabou acontecendo também em outros movimentos religiosos.

A partir de 1970 houve uma explosão no crescimento de organizações da sociedade civil no Brasil, Argentina, Chile, Quênia, África do Sul, Bangladesh e Filipinas. Enquanto isso havia oposições no leste da Europa que “formavam redes autônomas de sociabilidade,

criação cultural e defesa dos direitos humanos, abrindo espaços de afirmação da cidadania em contraponto ao Estado onipresente” (FERNANDES, 1994, p.17). Nessa época o Estado e empresas não atuavam em parceria, existiam algumas agências internacionais de cooperação, o que caracteriza o termo *não governamental*.

O termo sociedade civil carrega ricos significados. Primeiro, a ideia de civil se opõe ao militar, que exercia grande poder na época, além disso, o termo universaliza as questões dos grupos que se reuniam em prol de seus direitos. Por exemplo, quando se fala de um grupo de negros ou de mulheres, não se está falando desse grupo específico, mas de uma questão de caráter amplo e global, observa Fernandes (1994, p. 88).

O Estado não é mais garantidor dos direitos e a iniciativa popular amplia a ação pública. Cenário onde as lutas sociais marcaram diversas épocas da nossa história com expressões cidadãs.

A metodologia da ONU trás definições de grande importância para os estudos do setor. A pesquisa trouxe dados significativos, o modelo previa fazer um levantamento da receita e das despesas do terceiro setor, os repasses, valores do trabalho remunerado e voluntário. Para fazer a pesquisa, foi necessário definir que organizações pertencem ao terceiro setor.

A característica citada anteriormente, em que tais organizações não tem como finalidade gerar lucro e, por tanto, não podem distribuir seus excedentes aos seus dirigentes, foi o primeiro ponto levantada pela metodologia. Suas motivações não são comerciais e quando geram sobra de recursos, essa deve ser reaplicada em sua missão. São organizações que se auto gerenciam, não são geridas por qualquer órgão público ou qualquer outra entidade. Além disso a filiação ou contribuição para essas organizações são obrigatórias e não interferem no direito de cidadania.

Para que sejam consideradas como organizações precisam ter alguma estrutura interna organizada, como, por exemplo, metas, funcionamento bem definido, limites e regras reais. Sendo assim não são consideradas como organizações as uniões de pessoas onde a estrutura organizacional não existe. No entanto as organizações informais foram reconhecidas, caso possuam a estrutura mínima.

Pequenas ONGs funcionam sem reconhecimento jurídico e atuam de forma focada atingindo pequenos públicos, porém causam transformações locais. Essas puderam ser contabilizadas e reconhecidas como organizações do terceiro setor.

As organizações foram divididas em doze grupos, devido suas atividades. Incluem organizações que oferecem serviços de saúde, de assistência social, atividades culturais ou

esportivas, que desenvolvem a economia, que protegem grupos específicos e etc. Também foram consideradas organizações de atividades religiosas, partidos políticos e sindicatos. Após definir os grupos, esses foram divididos em subgrupos e puderam ser classificados internacionalmente e contabilizados.

Entendendo melhor o universo em que o terceiro setor se situa, será apresentado um pouco de sua trajetória no Brasil.

## 1.2 O Brasil e o Terceiro Setor.

De acordo com o relatório de 2002 do IBGE sobre as Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil:

No caso brasileiro, a participação da sociedade civil organizada ganha maior evidência a partir de meados da década de 1980, quando se inicia o processo de redemocratização do País depois de mais de 20 anos de ditadura militar. (p 11).

O emergir do Terceiro setor, se dá, justamente em oposição à lógica competitiva do mercado e à luta por poder político, esse setor traz uma nova esfera de valores e solidariedade, “uma opção humanitária à lógica selvagem do capital” (MEREGE, 2009, p. 25).

Por não possuir fins lucrativos, não podem distribuir excedente aos seus dirigentes. Isso não quer dizer que essas organizações não possuem atividade econômica, mas todo o recurso gerado deve ser revertido para a causa social. Algumas organizações, por exemplo, contam com vendas de produtos ou cobram por alguns serviços, o seu diferencial é, justamente, a aplicação dos recursos que sobram.

Na realidade elas possuem uma finalidade pública, elas podem gerar um excedente ou uma sobra de recursos, mas tal resultado não pode ser apropriado por dirigentes ou associados (...) já que a razão da existência das OTS é a prestação de um serviço público e não o enriquecimento de algumas pessoas. (MEREGE, 2009, p. 24).

Segundo Meregé (2009) algumas vertentes afirmam que as organizações do terceiro setor existiriam para atender uma parcela da população que não é alcançada pelo Estado enquanto há outra teoria que diz que há uma falta de credibilidade nas empresas privadas “falha de contrato” quanto ao investimento dos bens. Por ser movida pela missão e não pela lucratividade, as organizações não governamentais seriam mais confiáveis quanto à prestação de seus serviços. Além de suas ações sociais, o terceiro setor fortalece valores, move-se no campo da ética.

Moussallem (2010, p. 42) destaca:

Ressalta-se que no Brasil, a partir da década de 1980, com o processo de redemocratização do país e as eleições diretas, renasce uma outra sociedade civil ativa e atuante por meio de novos movimentos sócias. Os anos 90 registram a criação de um número explosivo de organizações, nas mais diferentes esferas sociais (...).

No entanto a autora afirma que apesar da nova demanda mundial que levou a uma forte expansão das organizações da sociedade civil, de grande influência nas decisões públicas, essas não substituem o papel do Estado.

Cardoso (2000) também afirma que a participação da sociedade na esfera pública não descaracteriza seu próprio papel e o papel do Estado: “Cada um desses espaços continua a existir com suas especificidades e características” (p. 10).

Muitas leis foram aprovadas especificamente para o terceiro setor, o marco legal foi um momento importantíssimo para as entidades.

As organizações podem receber os títulos de utilidade pública, filantropia, e mais recentemente de OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público. Cada uma dessas titulações tem exigências específicas quanto ao campo de atuação, reconhecimento da organização e até remuneração da diretoria. Por serem de direito privado, no que a lei não proíbe, as organizações podem agir de acordo com seus estatutos. Suas contas devem ser de acesso público e o Ministério Público exerce vigilância sobre elas. Muitas organizações tem a isenção de alguns impostos por parte do estado, esse direito está na Constituição Federal. “O Estado concede a renúncia fiscal sempre que uma entidade do terceiro setor complementa ou substitui as atividades que lhe são inerentes a sua responsabilidade” (DOMENEGHETTI, 2001, P. 41).

Empresas, pessoas físicas, instituições religiosas tem se juntado em prol do desenvolvimento local, da proteção social e do bem estar coletivo. A parceria entre esses entes e até mesmo o governo tem trazido benefícios.

A sociedade tem se envolvido na promoção social por diversos meios. O voluntariado é crescente. Pessoas doam parte de seu tempo, seu conhecimento e até mesmo de seus recursos para causas comuns.

No Brasil, como de resto em toda América Latina, o terceiro setor existe, está em processo de fortalecimento e tem um papel insubstituível na mobilização de recursos humanos e materiais para o enfrentamento de desafios como o combate a pobreza, a desigualdade e a exclusão social. (CARDOSO, 2000 p.9).

O terceiro setor vem se profissionalizando. Hoje conta com estudos acadêmicos, formação específica e representa a criação de empregos. Segundo o relatório de 2002 do IBGE, as organizações filantrópicas empregam cerca de 1,5 milhões de pessoas, o triplo do quadro de funcionários públicos. A maior concentração de empregos gerados pelo terceiro setor está na região sudeste do país.

As organizações que mais empregam são as que atuam na área de saúde e educação. O contrário ocorre com as organizações de cunho religioso, onde a maior parte da mão de obra é voluntária.

As entidades que menos contratam mão de obra costumam ter grande abrangência, como as creches, por exemplo. Elas representam 16% do setor da educação e contratam apenas 5% de trabalhadores remunerados dessa área, enquanto as universidades sem fins lucrativos que representam apenas 9% das entidades educacionais e absorvem 45% de mão de obra remunerada. A pesquisa do IBGE apresenta duas hipóteses para esses resultados, a primeira diz respeito ao tamanho dessas organizações, a segunda diz que:

(...) pode-se aventar que, de um lado, as entidades de perfil mais caritativo (como, por exemplo, as voltadas para educação infantil, para a prevenção em saúde ou, ainda, para a assistência a grupos social e economicamente vulneráveis), que vivem de doações privadas ou de repasses eventuais dos governos, recorrem, para seu funcionamento, ao trabalho voluntário ou “informal”. De outro lado, as organizações que mais se assemelham às empresas privadas (escolas, faculdades, universidades ou hospitais) tendem a contratar proporcionalmente mais mão-de-obra “formalizada”, pois dispõem de mais recursos financeiros obtidos por meio de incentivos governamentais (deduções fiscais e previdenciárias) e da cobrança pelos serviços prestados. (p. 37).

O voluntariado se faz presente fortemente nas organizações comunitárias e em trabalhos com grupos minoritários.

2001 foi o Ano Internacional do voluntariado e teve a participação de 123 países. Aqui no Brasil, o centro do voluntariado foi uma grande conquista para o terceiro setor. “Historicamente, o trabalho voluntário sempre existiu, mas assim como o terceiro setor, não havia reconhecimento da importância dessa atividade para a melhoria das nossas condições de vida”. (MEREGE, 2009, p. 140).

Merege (2009) cita uma pesquisa da data folha, publicada na folha de São Paulo em 28/10/2011 em que 83% dos brasileiros dizem considerar o trabalho voluntário muito importante, mas 73% afirmam nunca ter o feito. Depois do surgimento dos Centros de voluntariado, viu-se que a procura por esse tipo de trabalho é considerável.

O trabalho voluntário se faz presente no mundo de diversas formas. Nos Estados “Segundo informações do Independent Sector ([www.indepsec.org](http://www.indepsec.org)) o percentual de pessoas voluntárias atinge cerca de 49% da população, que doa mais de 20 bilhões de horas anuais (...)” (MEREGE, 2009, p.141).

### 1.3 O Voluntariado: Cidadania X Filantropia.

Conforme apresentado, o terceiro setor é formado a partir da iniciativa e organização de pessoas para os interesses da sociedade. Essas organizações partem de interesses de cunho político ou religioso, como reação a determinadas épocas, mobilização de grupos para conquistas de seus direitos, etc.

Nas últimas décadas temos um aprimoramento técnico das organizações e o trabalho voluntário se faz presente e necessário. Suas motivações, de diversas naturezas, além da história de vida pessoal de cada pessoa voluntária.

Suas perspectivas e o imaginário de sua cultura refletem a escolha pelo trabalho voluntário.

Segundo Domenghetti (2001), o trabalho voluntário é movido pelo “amor, caridade e cidadania – que são os principais agentes geradores da ação de servir”. Essa visão de voluntariado ligado à caridade não é unânime, a identidade do voluntariado se modifica de acordo com a causa, com a organização e com o próprio trabalhador.

O que caracteriza o início da ação voluntária no Brasil é a presença das Santas Casas de Misericórdia, as freiras eram as cuidadoras das pessoas que sofriam o processo de exclusão. Em nosso país, o voluntariado filantrópico, ou seja, com motivação religiosa tem fortes alicerces. A motivação espiritual está presente em vários tipos de mobilização social, principalmente com relação ao pobre. A luta pela igualdade social fora da igreja não atinge apenas esse público e não foca na doação como resolutiva para tais problemas. A busca pela justiça social trouxe alguns movimentos populares que entraram em conflito com a igreja e trouxe uma noção diferente de voluntariado, o não espiritual, o voluntariado cidadão.

Domenghetti descreve a noção de voluntariado espiritual. De acordo com a autora:

Quase todas as religiões do mundo, desde as mais antigas até as mais novas consideram a caridade como a maior das virtudes, esse ensinamento ditado por Jesus, Alá e Buda, está expresso na bíblia, no alcorão e na Torah (...). No Egito (2300 a.c) os faraós escreviam seus atos de caridade em seus túmulos (...) na China Liki lembra que as famílias orientais reconheciam as necessidades dos idosos, das viúvas e dos órfãos providenciando ajuda a eles. (2001, p. 62).

Para contextualizar a leitura, é importante ressaltar que inicialmente, no Brasil, as Santas Casas, no século XVI, não eram organizações de saúde e não tinham caráter médico. Seu intuito era hospedar os órfãos, viúvas, arruaceiros, loucos, vagabundos e todas as pessoas

que causavam incômodo na sociedade. Era um cuidado excludente, onde a separação entre pessoas sãs e pessoas não adaptadas à lógica era reforçado.

Seu caráter filantrópico ilustra a motivação religiosa para o voluntariado com a noção de caridade.

Moussallem ressalta:

Notam-se inúmeras ações que eram desenvolvidas pela igreja católica nas áreas de saúde e assistência social (...) sua marca histórica nesses primeiros momentos deixou raízes na cultura brasileira da caridade e da pessoalização. (2010, p. 48).

O sentido de se trabalhar apenas pela caridade, não esperando nenhuma troca foi muito disseminado no cristianismo. Em alguns versículos bíblicos a ação caridosa se mostra como um caminho a ser seguido, inclusive para a salvação da alma, como por exemplo, no livro de Tiago que diz que “a fé sem obras é morta” (2:26), ou quando Jesus afirma que ao dar de comer e vestir aos seus pequeninos faz-se isso a ele próprio (Matheus 25:40).

Em provérbios 29:7 está escrito: “O justo se informa da causa dos pobres, mas o ímpio nem sequer toma conhecimento.”.

No meio evangélico, no espiritismo, religiões orientais e outras, o voluntariado espiritual, caridoso ou filantropo tem presença. Nos Estados Unidos, as igrejas evangélicas chegam a receber mais da metade das verbas direcionadas ao social. Hoje, praticamente em todos os lugares temos igrejas ligadas às obras sociais.

A palavra filantropia vem de *philanthropía*, "amizade pela humanidade", ainda hoje encontramos essa definição no site da federação das Santas Casas de Misericórdia e Hospitais beneficentes do estado do Paraná.<sup>2</sup>

Segundo Moussallem (2010, p.44) “a filantropia refere-se ao amor ao próximo, o sentido de ajuda e solidariedade aos necessitados”.

A caridade Cristã introduziu uma variação importante no princípio de reciprocidade. Orientou-a em primeiro lugar para os pobres, associando o espírito da dádiva a desigualdade social. (FERNANDES, 1994, P. 120).

Dar aos pobres é um ato cheio de significados, primeiramente porque é visto como uma renúncia, já que quem recebe não pode retribuir. Além disso, já se considerou que quem

---

<sup>2</sup> <http://www.femipa.org.br/femipa/o-que-e-filantropia/-o-que-e-filantropia.html>. Acesso em 24 de fevereiro de 2011.

o faz se humilha para quem recebe. A humilhação do ato de doar é citado nas obras de Fernandes, (1994, P.123) e Domeneghetti (2001, p.63).

Podemos ver que no conceito de filantropia estão presentes ideias de abnegação, desprendimento. O contrário pode ser considerado pelos religiosos como ato egoísta.

Domeneghetti cita em sua obra de 2001 (p.62) um estudo feito pelo Instituto de Estudos da religião (ISER) onde grande parte das pessoas pesquisadas, cerca de 70%, afirma ter feito doações e trabalhado de forma voluntária em organizações de suas religiões. Sobre esse assunto, a autora escreve:

(...) No Brasil o setor de voluntariado tem visado somente à caridade, o que sem dúvida refletiu e continua refletindo no benefício da coletividade, Porém existe um enfoque distinto a ser considerado, o da cidadania, o qual não se confunde com o ato caridoso. Não devemos esquecer que a caridade não exclui a cidadania e vice-versa, as duas atitudes se complementam. (2001, p.62).

Com o passar do tempo o discurso de filantropia foi perdendo sua força, e apesar de estar presente em nossa sociedade dividiu seu campo com a visão cidadã. Com o avanço das ONGs e alguns movimentos e campanhas conhecidas o voluntariado ganha força na participação política e na crença de mudança social. As empresas têm investido mais nas ações cidadãs.

Atualmente, ouvimos a palavra cidadania em diversos contextos, inclusive para definir ações no terceiro setor. O termo é carregado de significados históricos e precisa ser visto de maneira cuidadosa. Algumas ações pontuais de assistência à população têm sido chamadas de ações cidadãs, como por exemplo, a doação de alimentos para vítimas das enchentes, a instalação de postos para emissão de documentos nas comunidades, etc. Essas ações são importantes e fazem parte da expressão da cidadania, mas não são definidos por si só como tal. Cidadania tem significado muito mais abrangente e não fechado em si, vem tendo diversas concepções em diferentes épocas.

A palavra cidadania vem do latim *civitas* que significa cidade (MOUSSALLEM, 2010 p. 58). Segundo Márcia Moussallem, na Roma antiga “a palavra cidadania foi usada para indicar a situação política de uma pessoa e os direitos que tinha ou podia exercer” (2010, p 58).

Sua origem está ligada ao desenvolvimento da pólis grega. Teoricamente, independente da ocupação do indivíduo na Grécia antiga, ele era considerado um cidadão se participasse da vida política na cidade. Contudo, não era exatamente assim que o

reconhecimento de cidadão se dava. As mulheres, bandidos, crianças e escravos não eram reconhecidos como cidadãos. No entanto, apesar das restrições, os direitos atribuídos aos cidadãos na Grécia antiga são de suma importância aos estudos de hoje.

Na definição de Segalla (2004, p. 66),

Cidadãos em Atenas eram homens adultos (com mais de 18 anos de idade), nascidos de pais e mães atenienses. Os direitos deles eram: liberdade individual, igualdade em relação aos outros cidadãos perante a lei e direito de falar na Assembleia.

Mais tarde, os estrangeiros foram aceitos como cidadãos em Atenas, mas os espaços públicos eram pequenos demais e os que deliberavam eram apenas 7,4%.

As pessoas que ocupavam o poder na época eram classes elitistas, sacerdote, ou os que eram considerados como os melhores, os que podem dirigir o Estado para o bem.

A cidadania se tornou plenamente importante aos estudos da política e as próprias condições de seu exercício, tanto nas sociedades antigas, quanto nas modernas.

O conceito de cidadania perpassa a questão do fazer o bem pela questão da caridade ou da redenção, significa, em sua origem, exercer direitos, participar. Hoje ele é carregado de significados que foram atribuídos ao decorrer da história, em diversos contextos. A independência dos Estados Unidos e a revolução francesa trouxeram a tona o conceito moderno de cidadania. Igualdade e liberdade foram conceitos que se espalharam pelos países, trazendo inovação a visão excludente.

“(…) as revoluções burguesas trouxeram uma nova doutrina jurídica baseada nos direitos universais para todos os indivíduos” (MOUSSALLEM, 2010 p. 59).

Em 1789, se oficializou a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão na França com ideias de individualidade, direito de maior participação na vida pública através do voto. É citado:

“A lei é a expressão da vontade geral. Todos os cidadãos tem o direito de concorrer, pessoalmente ou através de seus representantes, para a sua formação. Ela deve ser a mesma para todos, quer se destine a proteger quer a punir. Todos os cidadãos são iguais aos seus olhos, são igualmente admissíveis a todas as dignidades, lugares e empregos públicos, segundo a sua capacidade, e sem outra distinção que não seja das suas virtudes e seus talentos” (apud SEGALLE, 2004, p. 68).

O autor afirma que, no entanto, a inclusão de todos os indivíduos, como da mulher e da classe baixa que viviam sob o estado moderno, só se deu no século XX.

Segundo Domeneghetti, no Brasil, com o surgimento das indústrias veio se ampliando o conceito de cidadania, nessa época houve a imigração de italianos e o

movimento anarquista que defendia a liberdade total das pessoas contra as formas de opressão, uma sociedade responsável. Logo após essa época houve diversas conquistas trabalhistas, criação de sindicatos, conquistas de um valor mínimo para o pagamento de salários e mais adiante a responsabilização do estado por ações de bem social como a saúde e a aposentadoria, por exemplo.

Depois de golpes políticos e períodos de ditadura militar no Brasil e o retrocesso na concepção de direitos dos indivíduos, apesar de investimento no social por parte do Estado, a constituição de 1988 trouxe riqueza ao conceito de cidadania:

**Art. 1º** A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos: I - a soberania; II - a cidadania; III - a dignidade da pessoa humana; IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.” (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988, p.5).

Como se pode ver a descentralização do poder com a proposta de fortalecimento do povo, amplia a concepção do termo cidadania. A inclusão de todos os indivíduos, o reconhecimento de direitos básicos universais e a garantia desses direitos foram formalizados.

Podemos entender que exercer a cidadania é reconhecer em suas ações efeitos que vão para além do campo individual refletindo no coletivo.

Ana Maria Domeneghetti diz que “o trabalho voluntário instala-se no centro da ação cidadã, sendo a mola propulsora de todas as mudanças sociais” (2001, p. 69).

Existem trabalhos voluntários em partidos políticos, universidades, em sites que divulgam informações e conhecimento a população e etc. São pessoas que doam seu tempo ao acreditar que vão atingir grupos, pessoas e comunidades causando uma transformação na realidade. O voluntário se identifica com uma causa e direciona seus esforços para atingir essa missão.

Além da filantropia e da cidadania serem dois pontos de motivação para o voluntariado, existem fatores pessoais que levam à busca do exercício de uma atividade voluntária. Algumas dessas motivações são apontadas por Domeneghetti (2001, p. 74). O preenchimento do tempo livre, principalmente em mulheres com mais de 40 anos que já criaram seus filhos e também pelos aposentados. Solidão, depressão ou busca por reconhecimento também são fatores motivacionais.

Podemos resumir as fontes de impulso para o voluntariado na visão de Domeneghetti:

(...) a preocupação com o contexto social possui o mesmo peso do motivador caridade. Também não é concebível falarmos só em compromisso social como hoje em dia, pois não corresponde a realidade de nosso país. Somos um povo eminentemente religioso (...) a realidade é que o trabalho voluntário tem suas raízes na compaixão, na tradição filantrópica e no forte impulso de se resolver os problemas da sociedade. (2001, p.80).

No entanto, podemos afirmar que apesar do nosso histórico de filantropia, as organizações não governamentais tem despertado uma luta social através de suas ações.

Em 1990 foi aprovada em Paris a Declaração Universal dos Direitos do Voluntário. Segundo o documento, está garantido a qualquer pessoa se associar de forma voluntária independente da cultura, religião, idade, sexo, raça ou qualquer outro fator. Essa declaração também cita direitos e deveres tanto dos voluntários quanto das organizações. A declaração foi um avanço para o reconhecimento e valorização do voluntariado.

A gestão desse trabalho é de suma importância para a garantia da qualidade dos serviços prestados, para motivar o voluntário e para reduzir a rotatividade. Uma vez que o voluntário também tem responsabilidades a cumprir como o funcionário contratado, ele também recebe sua recompensa, esta não é em salário. “Através da participação em atividades voluntárias as pessoas encontram espaços para seu crescimento pessoal e para a auto realização” (DOMENEGHETTI, 2011, p. 89).

Atualmente, com direitos reconhecidos legalmente, as pessoas se voluntariam em causas que trazem a elas algum tipo de ganho não material.

Para pensarmos sobre esses ganhos na causa feminista, precisamos entender um pouco o histórico do feminino em algumas culturas e sua concepção atual, assunto que será abordado no próximo capítulo.

## Capítulo II – A mulher no Mundo: Quem somos e como somos vistas.

### Soneto do Orfeu

“(…) E se ao luar, que atua desvairado  
Vem unir-se uma música qualquer  
Aí então é preciso ter cuidado  
Porque deve andar perto uma mulher  
Uma mulher que é feita  
De música, luar e sentimento,  
E que a vida não quer de tão perfeita  
Uma mulher que é como a própria lua:  
Tão linda que só espalha sofrimento,  
Tão cheia de pudor que vive nua.”.

Vinicius de Moraes.

### 2.1 Reconstituição Histórica:

Nas sociedades primitivas os grupos seguiam uma linhagem feminina em torno da figura da mãe. Segundo Rose Marie Muraro (1992, p. 14) havia sociedades “matricêntricas” ou “matrilocais”, que não é a mesma coisa que matriarcal.

A psicóloga Claudia Souza Reis Cardoso de Moraes, em seu artigo publicado na revista *Psicoteologia* em 2009 ressalta que há 10.000 anos antes de Cristo “os seres humanos se organizavam em sociedades centradas na mulher (...) nessas sociedades as famílias eram extensas, semelhantes a clãs, governadas por mães e não havia escravos”.

Apesar de alguns autores como Moraes se referirem a certas sociedades antigas como matriarcais, Muraro afirma que provavelmente nunca existiu uma sociedade matriarcal, onde as mulheres dominam assim como os homens dominaram no decorrer da história. O termo matriarcal nunca teve o mesmo peso que o termo patriarcal, pois nunca houve uma sociedade totalmente governada por mulheres, apesar de o feminino ser a figura central.

No entanto, nos primatas e nos homínídeos, as mães saíam mais para buscar comida para sua cria e para que a espécie sobrevivesse era preciso que se preservasse a relação da mãe. Muraro combate à ideia presente no imaginário de hoje em que os chamados homens das

cavernas arrastavam suas fêmeas pelos cabelos. Parece que essa concepção reflete mais a um significado atual sobre o homem e a mulher que a uma realidade da época.

Assim, ao contrário do que pensavam Lévi-Stauss e Freud (horda primitiva), os núcleos das primeiras sociedades humanas deve ter sido um conjunto de mães com seus filhos e outras mães, seus irmãos e outros machos que se agregassem ao grupo (...) vimos a uma projeção machista e patriarcal de nossas origens”. (MURANO, 1992, p.23).

A crítica da autora nos leva a pensar a respeito da teorização das sociedades a partir de um interesse em manter a lógica de domínio do sexo masculino.

Os estudos de Moraes apontam para uma alternância de poder onde os grupos faziam suas próprias regras, que foi definida por ela como “a verdadeira anarquia”. A autora projetou como seria a vida dos primeiros homo sapiens, onde a divisão sexual de tarefas era aleatória na maioria das vezes e em outras vezes mais rígidas. As mulheres, por cuidarem dos filhos (pois no início a paternidade era desconhecida) teriam desenvolvido uma tendência de cuidar e alimentar todo o grupo. Há mais de 5.000 anos a.C. pensava-se que as mulheres engravidavam dos deuses (Moraes, 2009). Até hoje podemos observar no dia a dia um fato que é bastante discutido por autores, a atitude de alguns homens se sentirem rebaixados por fazerem o trabalho de uma mulher.

Sobre o trabalho, Rose Marie Muraro afirma:

Nesse longínquo passado as tarefas femininas, provavelmente, possuíam mais valor que as masculinas; porém no mundo patriarcal, a situação se inverte, e o trabalho da mulher, ainda que seja igual ao do homem, tende a ser menos valorizado. (MURARO, 1992, p.30).

Em várias sociedades da Europa, há milhares de anos antes de Cristo, as relações entre os sexos eram peculiares. Havia cidades antigas onde só se encontravam esculturas de mulheres, em geral com seios grandes e corpos arredondados como a figura da mãe. Em outras sociedades as relações pareciam igualitárias. Na Grécia, o culto as Deusas mães eram soberanos até uma determinada época. Essa cultura foi sendo substituída e o culto aos grandes deuses homens foi tendo maior importância. “com o decorrer dos séculos observou-se a ascensão de uma cultura guerreira, centrada no homem” (Moraes, 2001, p. 34).

Muraro contribui para a compreensão dessa mudança: “Da idade do bronze até o período clássico o culto era da Mãe Terra (...) mas com o advento da agricultura e, com ela, a supremacia masculina”. (1992, p. 34).

A Grécia passou por várias fases a respeito do feminino. As mulheres passaram a ser vistas como frígidas, não podiam se entregar ao prazer e não podiam tomar iniciativa com seus maridos. Alguns filósofos<sup>3</sup> diziam que o homem, por sua vez possuía o amor animal e ao se relacionar com outro homem podia expressar sua paixão instintiva, com outra mulher a relação era de amor puro e os maridos tinham o dever de formá-las e conduzi-las eticamente. A discussão da filosofia sobre a maneira correta de se viver o amor se deu em várias versões no pensamento e na arte da Grécia Antiga, onde os pensadores se contrapuseram a respeito da escolha sexual que deveria ser feita. O homem deveria escolher se relacionar com outros homens ou com uma mulher. É interessante ressaltar um aspecto presente em grande parte das literaturas, o relacionamento entre dois homens era baseado na paixão carnal e se concebia a troca de amantes. Ao escolher relacionar-se com uma mulher, o homem deveria domar seus instintos e dar lugar à moderação da conduta. O homem público demonstrava equilíbrio e ponderação se fosse casado com uma mulher. Esse pensamento é antigo, porém não extinto. A imagem mítica do homem e da mulher através da história carrega a conotação de sexo frágil para se referir à mulher e de sexo forte e possuidor de instinto de liberdade para se referir ao homem.

A ascensão do homem dominante na história também pode ser analisada pelos mitos religiosos. Muraro cita em sua obra um estudo do mitólogo americano Joseph Campbell que nos ajuda a compreender a mudança das concepções sobre os gêneros através de quatro etapas pelas quais passaram os mitos ocidentais:

“na primeira o mundo é criado por uma deusa sem auxílio de ninguém, na segunda, essa deusa é associada a um consorte, na terceira, um deus macho cria o mundo sobre o corpo de uma deusa e, em último lugar, um deus masculino cria o mundo sozinho” (MURARO, 1992, p. 37).

Inanna era uma deusa exaltada com paixão pelos poetas da Suméria antes da ascensão dos deuses masculinos. Segundo Miles (1988, p. 40) a cerca de 2300 anos a.C um sumo sacerdote fez um hino em adoração a essa Deusa exaltando sua sensualidade. As características da deusa eram o erotismo e a fúria guerreira, uma deusa poderosa que enchia os rios de sangue. Em várias culturas a figura da grande mãe era adorada. Miles cita ainda que em algumas sociedades a deusa exigia do homem humilhação sexual, ela era a poderosa que podia levar o homem a morte.

---

<sup>3</sup> Aos escritos de filósofos como Xenofonte, Platão, Aristóteles, Isócrates, Plutarco, Protógenes e outros importantes nomes se referem à escolha certa pelo amor, discorrendo sobre as características do amor dos rapazes pelos rapazes e dos rapazes pela mulher. A referência está na obra de Michel Foucault *A Mulher/ Os rapazes da História da sexualidade*, analisando textos clássicos da filosofia grega.

Os gregos ligavam à fertilidade da mulher à fertilidade da terra, o que mudou com o tempo. Na Grécia, embora as deusas não tenham desaparecido, Zeus passou a ser o maior de todos e rei dos deuses, era dono dos céus e tinha muitas aventuras eróticas. No entanto, ao nascer sua vida foi salva por sua mãe, Réia, ao escondê-lo do seu pai que queria matá-lo. O mito personifica o papel dos sexos presente no imaginário, o da mulher mãe e cuidadora e do homem forte e guerreiro. O Deus da guerra também está representado na figura masculina de Ares.

Temos viva na nossa cultura ocidental judaico-cristã a última etapa onde Deus é um homem e é soberano, aparece em algumas passagens do Torá ajudando o povo judeu a vencer as guerras.

Esses dados mostram que a dominação masculina foi construída historicamente. Muraro afirma com intensidade que “o patriarcado que quer fazer da dominação masculina um fato natural e biológico.” (1992, p.61).

Muraro destaca que com a descoberta da paternidade, o homem exerce controle sobre a mulher, no mesmo momento também sobre a natureza. Miles afirma que o homem não poderia competir com a mulher no que diz respeito a dar a luz, então tinha a sua mão uma arma poderosa que o trouxe poder, o falo<sup>4</sup>. Agora o poder de gerar a vida era dele, “era dele o órgão sagrado de geração” (MILES, 1988, p. 68). Não mais o útero, agora o pênis dominaria. O lugar sagrado de mãe e o poder de fecundidade atribuído à menstruação mudaram de sentido e o período menstrual começou a ser concebido como impuro. Se antes a terra era regada com a menstruação, depois a mulher menstruada passou a ser excluída. Em algumas culturas diferentes podemos apurar esse significado.

No livro de levítico 15:26-27 é citado:

“Qualquer cama em que ela se deitar enquanto continuar o seu fluxo estará impura, como acontece com a sua cama durante a sua menstruação, e tudo sobre o que ela se sentar estará impuro, como durante a sua menstruação. Quem tocar em alguma dessas coisas ficará impuro; lavará as suas roupas e se banhará com água, e ficará impuro até à tarde.”

Na Nova Guiné, no norte da América entre os índios e em outras tribos a menstruação é considerada ameaçadora como algo que pode contaminar, e até amaldiçoar. Elas são afastadas dos sítios e todos os objetos que elas toquem durante seu fluxo não podem ser tocados por homens.

---

<sup>4</sup> O falo é a representação simbólica do pênis. Segundo a psicanálise o falo significa completude e a mulher teria um inato complexo de castração. Freud e Lacan descrevem a inveja feminina do falo.

O mito judaico-cristão atravessa a todos nós do ocidente, crentes ou não nele. Muraro afirma que ele é a base da nossa civilização e sua força atravessa a todos nós: “porque o mito não é aquilo que ele diz em si, mas a estrutura psíquica que ele produz”. (1992, p.70).

Nesse saber religioso, Deus criou o homem e uma companheira para ele, que foi a culpada pela queda. A mulher o seduziu ao erro e teve que ser dominada pelo homem. Segundo nos relata Muraro:

Quando gênesis foi escrito, as primeiras sociedades agrárias já existiam há milênios e, portanto, já estavam, em parte, formadas as novas estruturas psíquicas que iam tornar homens e mulheres aptos ao sistema patriarcal (...) através do texto sagrado, esta nova estrutura psíquica ficou santificada. (1992, p.72).

As explicações religiosas surgem para embasar o pensamento das épocas. A análise da autora vai mais além, através do texto de gênesis, ela explica as relações do homem com o trabalho, com o afeto, com a natureza e as relações de submissão. Não entraremos a fundo na questão nesse trabalho.

Miles destaca:

Os novos sistemas social e mental roubavam-lhe sua liberdade, autonomia, controle e até o mais básico direito de controle ao próprio corpo. Pois elas agora pertenciam aos homens – ou antes, a um homem. Em algum momento crucial da história, jamais identificado, as mulheres foram sujeitas à tirania e ao monopólio sexual – pois uma vez constatado que só um homem era suficiente para engravidá-la, foi apenas um passo até a ideia de *apenas um homem*. (1988, p.77)

O homem começa a se ascender em poder. A figura do marido domina economicamente e as mulheres são privadas da intelectualidade.

Nas culturas patriarcais as mulheres são associadas à sedução, a traição e a levar os homens para caminhos que os conduzem à derrota e à morte. (...) foi fácil no decorrer dos séculos e milênios formar uma identidade masculina baseada na maior capacidade intelectual dos machos em relação à mulher para controlar a natureza e inventar novas tecnologias (...). (MURARO, 1992, p.67).

Fica clara a posição da autora sobre a dominação masculina. É algo forçado pelos próprios homens que não tem origem genuína. A autora destaca um fato do qual convivemos ainda hoje. A criação dos filhos baseados na concepção de masculino e feminino dentro do patriarcalismo. Ela aponta a visão que a criança tem desde cedo que o pai é o dominador da mãe. E com isso formam-se seres humanos que reproduzem a lógica. A mulher ocupa duas figuras opostas, a de santa e a de prostituta.

Tais papéis pré-definidos, podemos dizer que nos remetem a cumprir a regra social que mantém o *status quo* agindo na manutenção do poder dominante.

Archila publica em seu artigo na revista Mandrágora que a posição ocupada pelo homem em nossa sociedade nega a imaginação, a capacidade de criar, de reinventar. Em defesa própria contra as mulheres os homens se tornam defensores obstinados da razão, eles se tornam donos do pensar em uma relação desigual. O autor coloca:

(...) al asociar la razón a los varones, la lucha del espíritu en el pensamiento occidental se puede resumir también como una lucha contra la irrupción de lo femenino. A los varones se nos ha vinculado em esta lucha como los paladines de la razón y del saber objetivo. Lo que implica también el ejercicio de reprimir la imaginación.

Sendo assim, a figura do homem é ligada ao cógito, a objetividade. Se o homem é um ser objetivo, a parte que pensa, podemos compreender que logo, ele é quem decide. E se ele reprime sua imaginação, a afetividade e sensibilidade e a flexibilidade são transformadas em papel feminino.

Muraro (1992) descreve a posição da mulher na idade das trevas. Na idade média as mulheres participavam mais da sociedade. Não tinham autonomia, já que tinham de ficar sob a tutela de um homem por toda a vida, do pai ao marido. A violência do marido contra a mulher era permitida e elevada. A virgindade tinha de ser resguardada até o casamento. As mulheres eram como mercadorias e o dote das virgens era alto. Quem não preservasse sua virgindade era punida até com a morte. Muitas crianças do sexo feminino eram mortas para que a mulher ficasse escassa e pudesse ser mais bem negociada.

Nessa época, quando os homens se ausentavam por diversos motivos, inclusive pela participação em guerras ou por serem padres, as mulheres assumiam seus trabalhos. Em geral, elas ficavam com trabalhos mais caseiros como o de tecer. Como eram a reserva dos homens, as mulheres passaram a estudar até mais que eles.

Na vida religiosa as mulheres tinham mais poder. As abadessas eram livres dos poderes dos homens, tinham grande influência e poder de decisão. Eram mulheres entregues ao celibato. Porém esse fato chegou ao fim com total domínio masculino também na religião. “As grandes abadessas são substituídas por burocratas e uma hierarquia masculina”. (MURARO, 1992, p.106).

O celibato foi imposto aos padres e a figura da virgem Maria foi mais exaltada, e as mulheres eram vistas como pecaminosas. “E quanto mais a virgem era exaltada, mais as mulheres comuns eram consideradas longe do ideal encarnado por ela.”. (MURARO, 1992, p. 106).

Alguns movimentos de mulheres surgiram por volta dessa época, onde as mulheres se reuniam em seitas que as aceitavam mais que a igreja. Essas reuniões eram marginalizadas e mal vistas.

Segundo a autora, depois do século XIII as mulheres não puderam mais ter acesso as universidades e a ensinar, exceto na Itália e na Espanha. Pois nesses países “havia uma antiga tradição de mulheres intelectuais”. (1992, p.107)

O estudo das mulheres constituía em grande ameaça aos homens, houve movimentos no século XII e XIV que visava punir as mulheres médicas e em muitos países elas foram impedidas de exercer a profissão. Apenas os homens poderiam seguir o caminho da medicina. Todas as mulheres que exerciam funções relacionadas à cura eram punidas. A Igreja Católica iniciou uma jornada de caça às bruxas com o argumento em nome de Deus. Nesse período as pessoas ligadas à magia e a cura por meios não científicos eram caçadas e queimadas. Foi um grande holocausto, onde 85% das bruxas mortas eram mulheres e 15 % eram homens. Através dessa análise descrita e apresentada por Muraro, temos ferramentas para pensar sobre os motivos que impulsionaram a caça às bruxas. O posicionamento da igreja estava diretamente relacionado com a manutenção da soberania masculina.

A autora destaca:

Hoje os historiadores e principalmente as historiadoras se aplicam em resgatar a memória das bruxas. Sua destruição foi um dos maiores genocídios da história da humanidade. Com elas, o que restava do saber feminino era sufocado diante do poder científico masculino. (1992, p.109)

Por volta do século XVI tenta-se resgatar a figura da mulher como uma dama ligada à sensibilidade e a gentileza. Muitos poetas retrataram as mulheres como figuras idolatradas e alimentavam por elas um amor platônico. O amor cortês tornou-se muito comum na França, onde o homem era o apaixonado e idealizava a mulher perfeita a partir de uma imagem estática. Esse conceito deu origem às vastas literaturas e era um estilo elevado que renunciava à satisfação pelo amor erótico. Esse tipo de amor era dirigido às mulheres de classes sociais mais elevadas.

A revolução industrial trouxe inovação com a operação de máquinas, as formas de trabalho mudaram significativamente.

As sociedades iam se estruturando em torno do capital. A concepção de infância como período específico da vida, onde, nessa fase, as pessoas devem ser protegidas foi se difundindo. Nem sempre se concebeu a infância como hoje, antes desse período as crianças

não tinham direitos próprios, eram como pequenos adultos. As mulheres passaram a ser as cuidadoras desse lar e deveriam manter nele a relação de amor e educação. Tinham a obrigação de manter a casa em ordem, eram mães submissas e não tinham muito espaço fora do lar.

Segundo Muraro, quando as monarquias começaram a ser abaladas e surgiam as Repúblicas, havia uma forte mudança no pensamento e na organização social.

“Isso só vem a acontecer no fim do século XIII. A declaração da Independência Americana e a Revolução Francesa nada mais são do que os eventos que inauguram a entrada desses países na era industrial” (MURARO, 1992, p. 119)

Segundo a autora, a base religiosa foi crucial para o advento do capitalismo. A lógica católica que pregava que o homem pobre deveria manter sua condição para herdar a salvação e que o homem rico não entraria no reino dos céus foi substituída em partes pela lógica protestante que prega a salvação pela fé e não pelas obras. Mas Muraro afirma que o pensamento de Lutero foi distorcido, pois o mesmo pregava libertação da materialidade, enquanto as pessoas interpretavam que a riqueza era uma virtude, acumular capital seria um estado abençoado.

A religião católica, com sua resignação, era adequada a um sistema como o feudal, em que não havia esperança de ascensão social para as classes oprimidas. No entanto, o protestantismo não só santificava como tornava essencial essa ascensão. (MURARO, 1994, p.120).

No mesmo texto, Muraro afirma que não só a nova concepção religiosa, mas também, “as novas normas de comportamento fabricadas para as mulheres durante a Renascença” foram importantes para o capitalismo. Pois as mulheres eram reprimidas sexualmente e intelectualmente, sendo aptas a ensinarem aos seus filhos regras de submissão, esses seriam “operários e operárias dóceis”. A dona de casa tem papel definido e fechado, não participa da vida pública, tem que cuidar exclusivamente da educação dos filhos e do lar. As mulheres de classes altas, geralmente não amentavam seus filhos pequenos, quem cuidava deles na primeira infância eram as amas de leite, mulheres pobres das áreas rurais.

Nessa época, a mulher virtuosa deveria se submeter e ter seu corpo puro, negar sua sexualidade. A exaltação da virgindade antes do casamento não é um fato que se extinguiu totalmente, apesar das mudanças. A mulher casada, ainda que não virgem, não podia expressar sua sexualidade como o homem. A pureza feminina era colocada num altar.

Muraro ressalta que o casamento por amor e não por interesses de famílias é fruto das grandes cidades, mas os interesses entre os parceiros eram puramente afetivos e não sexuais. A mulher que poderia satisfazer o homem com paixão era a prostituta e não a esposa. A autora aponta que a anulação das mulheres acabava gerando doenças, como a histeria, as doenças mentais em geral e as físicas. Quando os maridos morriam, geralmente antes delas, as esposas tinham que assumir um papel do qual não estavam preparadas, elas não tinham desenvolvido competência pública e acabavam adoecendo sem saída. As mulheres que precisaram trabalhar nas indústrias adoeciam de tuberculose e morriam com frequência. Além das péssimas condições de trabalho, a preferência na alimentação era dos homens e crianças.

Em reação às opressões, algumas mulheres reagiram vigorosamente. Elas tiveram participação em diversos movimentos e foram importantes em várias conquistas. A reação do homem frente à luta feminina, muitas vezes foi sanguinária.

Nas indústrias, as mulheres que precisavam trabalhar, chegavam a receber salário três vezes menor que os homens, além de condições que as adoeciam. O dia internacional da mulher, em 8 de março comemora a luta de mulheres trabalhadoras contra as injustiças cometidas pelos donos de fábricas. Porém as mulheres que se envolveram no protesto não tiveram sucesso em suas reivindicações. Trabalhadoras de uma fábrica reivindicaram seus direitos e foram trancadas e carbonizadas, para coibir a luta. Quando foi escrita a Declaração dos Direitos do Homem, na França, Olympia de Gouges escreveu a Declaração dos Direitos da Mulher, mas o documento não foi bem recebido na Assembleia. “Os deputados do povo responderam: A revolução francesa é uma revolução de homens” (MURARO, 1992, p. 128). Olympia foi degolada pelas suas ideias.

No fim do século XIX as mulheres ainda tinham restrições para exercer a medicina e só poderiam fazê-la se fossem associadas a um médico homem.

Os movimentos das mulheres em prol de direitos iguais eram repudiados até mesmos por outras mulheres que acreditavam fazer parte de um gênero inferior. Uma mulher chamada Caroline Norton que foi acusada de adultério, privada de ver os filhos e largada sem condições mínimas de sustento, apoiava a reforma dessas leis, porém afirma acreditar na inferioridade da mulher assim como acredita em Deus. E diz que a teoria de algumas mulheres sobre direitos iguais são estúpidas. (MILES, 1988, p. 260).

Os movimentos feministas surgiram em luta das mulheres pelo voto, surgiram sindicatos de mulheres trabalhadoras, mesmo assim seu trabalho não era valorizado.

No entanto novas profissões exercidas pelas mulheres surgiram, mulheres da classe média davam recursos financeiros aos movimentos sindicais.

Em 1911 quase oito milhões de mulheres trabalhavam fora de casa, muitas vezes ganhando um terço do salário do homem pelo mesmo trabalho. (...) foi uma época de grandes greves, as mulheres trabalhavam, mas os homens assumiam o comando. (MURARO, 1994, p. 137)

No século XX, tivemos um movimento de mulheres que repercutiu em vários países.

Esse século foi marcado por avanços e retrocessos com relação ao papel da mulher.

Na segunda década foi dada maior importância à sexualidade feminina, falou-se em orgasmo vaginal, ainda que dentro do casamento. Houve uma pregação de sexualidade livre, mas foi recusada pelas feministas.

As mulheres tiveram entraves com relação ao divórcio, que não era um direito reconhecido. É difícil imaginar que tão recentemente as mulheres ainda eram propriedades dos seus maridos e não poderiam escapar de um casamento infeliz. Existem dados de vários divórcios negados em situações de violência e adultério dos maridos. Miles, entre outros casos, cita o da inglesa Dawson que era traída e agredida pelo marido com chicotes. Seu pedido de divórcio foi a julgamento e negado.

A baixa autoestima produzida nas mulheres pela dominação do masculino se constituiu como uma barreira de tijolos frente às tentativas de avanço, ainda assim a força da luta feminina conseguia avançar.

Conquistando maior espaço no mercado de trabalho, as mulheres estiveram mais presentes em locais públicos, porém esse espaço era retirado delas sempre que havia uma ameaça ao masculino. Muraro cita que quando houve uma diminuição da oferta de empregos para os homens, as mulheres foram tiradas de seus trabalhos para que os homens não perdessem seus postos. A sociedade se voltou contra o emprego feminino.

O avanço das conquistas pela população feminina avançava e retrocedia de acordo com a visão da época e com o sistema vigente. Santos discorre sobre as concepções de trabalho, essas não se dão apenas pelas condições materiais e econômicas de um contexto específico, mas obedece a uma construção simbólica. A visão de mundo atribuía papéis específicos aos homens e às mulheres, onde ele projetava-se no mundo com seu trabalho na esfera pública.

Segundo a autora:

Na modernidade a introdução do modo de produção capitalista implicou numa série de mudanças na concepção do trabalho, dentre as quais, a separação do espaço de produção e do espaço doméstico (...) mulher como rainha do lar, mobilizando para tanto não apenas a ética protestante, mas também teorias de corte secular. Nesse contexto, o

trabalho produtivo, remunerado e exercido no espaço público ficou reservado prioritariamente aos homens, enquanto que, às mulheres, socialmente representadas como esposas e mães, coube o trabalho reprodutivo que se exerce no espaço privado, o trabalho doméstico ao qual não se atribui remuneração. (SANTOS, 2006 P. 71).

A mulher conquistou o direito ao voto em diversos países, e no Brasil em 1935 e essa seria a porta para a liberdade do sexo feminino, mas os entraves eram multidirecionais.

As mulheres intelectuais da classe média resistiram às ditaduras. Segundo Fernandes (1994, p. 50 a 51), as latino-americanas participaram de grupos na América do Norte e Europa. A comunicação Internacional estava em rede. O autor destaca:

Além de internacional tem maior afinidade com a cultura política do mundo protestante, nórdico e anglo-saxão. Suas dificuldades com a igreja católica são notórias. A afirmação da soberania individual da mulher, com os direitos decorrentes enquanto cidadã, no trabalho, na família e em relação com o próprio corpo pode ser feita, apesar das dificuldades, com o valor aos apelos fundantes dos espaços culturais abertos pela Reforma e desenvolvido pelas tradições liberais. (...) a ordem sacramental do catolicismo e o valor que é atribuído à honra masculina nessas tradições são profundamente ameaçados pela referência à consciência individual como instância primeira e última do juízo moral. (1994, p. 50).

Como escreve o autor e podemos notar, houve significativa mudança no comportamento das latino-americanas. Na igreja católica houve pontos positivos. As Comunidades Eclesiais de Base eram compostas por mulheres em maioria e responsáveis por movimentos comunitários.

Anteriormente, como afirma Nunes, o catolicismo era uma religião de homens brancos. No final do século XIX ocorre a primeira mobilização de mulheres católicas.

No final do século XX e início do século XXI as mulheres têm participado com maior força da vida pública. Muraro chama essa fase de “embrião de superação do patriarcado”. A autora afirma que a medida que a mulher entra no domínio público o homem se vê obrigado a entrar no domínio privado, tendo participação nas tarefas domésticas e cuidados com os filhos. Ideias de dominação masculina e de soberania de direitos do homem têm sido aos poucos substituídas pelo direito à igualdade na maioria dos países. Nossas leis já garantem a apropriação de tais direitos, mas o imaginário popular ainda é controvertido.

Segundo a autora, o fim do patriarcalismo ainda não é para a nossa geração, porém as evidências de mudança de consciência já podem ser observadas. Antes o menino crescia sabendo que o pai manda na mãe e internalizada esse tipo de relacionamento. Hoje ele vê que ambos trabalham juntos. Em vez de se identificar com o opressor, a criança se identifica com um aliado.

## **2.2 Brasil: Mulheres, feminismo e religião:**

Segundo Nunes muitas literaturas afirmam que as mulheres foram as principais propagadores dos valores católicos no Brasil. Mas não se encaixam no ideal religioso todas as mulheres, e sim as mães pertencentes às famílias idealizadas pelo saber cristão. O catolicismo apoia-se na concepção de famílias estáveis, onde o casamento é indissolúvel. A autora afirma que esse modelo de família não existiu nas populações escravas e indígenas, portanto era o modelo de apenas uma parcela da população, das famílias brancas.

Apesar dessas mães, vistas como exemplo da conduta cristã estarem diretamente associadas à religiosidade, o papel do feminino é muito mais diversificado:

Uma grande parte da população feminina aparece mais como infratora das prescrições oficiais da igreja e distantes de suas pregações morais do que como sua seguidora e transmissora fiel. As tentativas de controlar a sensualidade, feminina expressa na maneira de se vestir, nos comportamentos desregrados, objeto de tantos sermões faz supor que práticas transgressoras deveriam ser correntes por parte das mulheres. (NUNES 1994, p.97).

A igreja católica enfrentou o rompimento com o Estado Brasileiro, tendo sua soberania aniquilada. Com esse processo os fiéis homens e mulheres foram mobilizados para manter as ações cristãs. O catolicismo não pertencia mais a esfera pública e sim à privada, a igreja precisou do apoio dos fiéis para sobreviver. Nesse período (século XIX) houve investimento por parte da igreja católica no feminino e se fortaleceu o clero com o objetivo de combater o laicato masculino, ou seja, combater o poder dos homens leigos que impediam que a igreja interferisse no Estado. “(...) longe de significar um investimento das mulheres no exercício do poder sagrado, representa de fato a reafirmação de seu estatuto subordinado” (NUNES, 1994, p. 101).

Algumas medidas foram tomadas pela igreja para aumentar a participação feminina e dificultar a participação dos homens leigos. É claro que as mulheres pertencentes ao grupo eram as de classe média alta que não precisavam trabalhar nas fábricas. As mulheres passaram a ser as maiores frequentadoras dos cultos católicos. Nunes, ainda afirma que as mulheres

fizeram parte da estratégia católica de reforma, mas que a igreja não mudou sua atitude perante o feminino, a mulher ainda deveria ser a responsável pelo lar.

Mulheres pobres começaram a trabalhar nas fábricas, nas ruas, nos pequenos comércios, essas não estavam incluídas nas ações da igreja. E também as lutas posteriores por direito de voto foram de mulheres de classe média. Aliás, as mulheres negras e pobres estavam à margem do ideal de mulher católico, pois a necessidade de sustentar a família as obrigava a trabalhar, não tinham famílias estruturadas e muitos de seus comportamentos eram repudiados pela igreja.

Através da imagem da Virgem Maria, cita Nunes, eram exaltadas ao mesmo tempo a maternidade, o casamento e a virgindade. O comportamento sexual da mulher tinha de ser sempre controlado. A igreja só permitiu que a mulher ingressasse em cursos superiores sob pressão. Ainda assim, os espaços religiosos, no início do século XX eram espaços de sociabilidade para as mulheres, pois seu acesso aos meios públicos era dificultado pela sociedade. Dentro dessa lógica, as mulheres reagiram algumas vezes tentando mudar o funcionamento do sistema, muitas vezes mudaram o sentido religioso. A passividade das mulheres não era tão concreta, a mídia feminista usou a imagem da Virgem Maria para protestar contra abusos cometidos contra as mulheres.

Fora da igreja, também aconteciam movimentos sociais. Berta Lutz, em 1922 fundou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Ela lutava pela independência da mulher, reivindicou vários direitos como o trabalho e o voto sem a autorização dos maridos. Nessa época, alguns acontecimentos marcaram o país, as mulheres se envolveram em ações sociais, surgiu o partido comunista e muitos jornalistas apoiaram a causa das mulheres. Apesar do aumento da participação feminina na vida pública no início de século XX, o direito ao voto e as leis que protegiam seus trabalhos só se consolidaram em meados do século. Havia lutas das trabalhadoras, que tinham o apoio de anarquistas para as conquistas de seus direitos de igualdade. Em paralelo à classe de mulheres engajadas em movimentos, muitos meios de comunicação apregoavam a manutenção do pensamento tradicional da mulher submissa. Uma mídia impressa da época, de circulação abrangente era o Jornal das Moças. Nele eram publicadas matérias que incentivavam as mulheres a permanecerem no cuidado da casa e a cuidarem com docilidade de seus maridos e lares. Submeter-se ao domínio do homem era associado à sabedoria feminina. É importante ressaltar que mulheres jornalistas eram reconhecidas na época por suas publicações no jornal, as redatoras tiveram conquistas profissionais, mas não repudiavam a tradição das mulheres no lar. Eram exaltados

comportamentos femininos de manutenção do casamento, serenidade perante o marido e organização da casa, nisso estava o poder da mulher em conseguir bondades do seu homem.

Outas mídias impressas da época ensinavam as mulheres a redobrar o carinho com os maridos quando traídas, a não os aborrecerem, etc.

Na Europa a situação não era diferente. No Manual escolar de economia doméstica para mulheres, editado na França em 1960, destaca-se:

Não o receba com suas reclamações e problemas: Não reclame se ele chegar atrasado ao jantar ou se ele passar a noite inteira fora. (...) Prepare-lhe uma bebida fresca ou quente. Ajeite o travesseiro e proponha-lhe tirar os sapatos. Fale-lhe com a voz doce, calma e agradável. Não faça perguntas sobre o que ele fez e não coloque jamais em questão sua capacidade de julgamento ou a sua integridade. Lembre-se de que ele é o chefe da casa e que, enquanto tal, ele exercerá sempre a sua vontade com justiça e honestidade. Logo que ele tenha terminado de jantar, retire rapidamente a mesa e lave a louça. (...) Se você tiver pequenos passatempos, faça-o de tal maneira que você não o aborreça com conversas, porque os centros de interesse das mulheres são frequentemente muito insignificantes comparados àqueles dos homens. (APUD SANTOS, 2006, p. 69).

Pode-se observar a divergência entre uma classe que luta pelo avanço dos direitos das mulheres em vários países e na sociedade brasileira e outra que se esforça em manter uma sociedade de atuação masculina.

Na década de 60, as mulheres tiveram maior participação no mercado de trabalho no Brasil, porém ainda eram submetidas aos seus maridos e eram vistas como responsáveis solitárias pela manutenção do lar.

Por volta de 1970, enquanto movimentos feministas protestavam em praças públicas nos estados Unidos, no Brasil, as mulheres tinham que resistir às ditaduras. Tivemos lutas pelo divórcio e pela igualdade dentro do casamento. Pois, como mostravam algumas mídias, os direitos dos maridos sobre as mulheres eram legítimos.

Nunes cita alguns movimentos das mulheres católicas em resistência à opressão. Elas apoiaram o golpe contra o poder militar em 1964 e foram cruciais na formação das Comunidades Eclesiais de Base, consolidando a igreja para os pobres.

Não se trata, entretanto, de uma simples manipulação das mulheres pela igreja. São relações sociais que estão em jogo. As mulheres investem muito delas mesmas – de

seu trabalho, de seu pensamento, de seus sentimentos, de seu tempo, de suas vidas, enfim (...) mas elas mudam-nos também pela sua participação. (NUNES, 1994, p. 110).

Segundo a autora, nas CEBs, as mulheres renovam a concepção teológica e criam espaços de discussão sobre sua condição. A mesma igreja que fortalece as CEBs restringe esses discursos para manter o controle dos fiéis.

Os entraves das mulheres que lutam por mudanças com a igreja são grandes, mas também é notável a ligação entre igreja e feminino. Ligadas a Associação Brasileira das ONGS, existem organizações católicas que lutam pelo direito da homossexualidade.

Hoje os movimentos feministas lutam principalmente contra a violência doméstica e igualdade no trabalho.

Nesse cenário contraditório de religião, mulher e sociedade que encontramos no Brasil, temos muitos desafios para a compreensão das lutas sociais da causa feminista e das suas motivações atualmente. Em cada época, as necessidades com relação à libertação das mulheres tiveram suas prioridades.

Depois de muitas conquistas, nos deparamos ainda com uma cultura de contradições. De fato, a força da luta feminina tem se superado em suas ações.

Conciliar o pensamento religioso e o cidadão, principalmente na causa feminista não aparece tarefa fácil, não se sabe se as possibilidades de fazê-lo são plenas. Para além dos dados históricos, faz-se necessário o levantamento de dados a partir da visão das próprias pessoas envolvidas na causa feminista. Sua visão a respeito da religião, da política, da atualidade e o que essas pessoas esperam atualmente. Nesse aspecto está focada a pesquisa descrita no terceiro capítulo.

## **Capítulo 3 – O Coletivo Feminista de Sexualidade e Saúde: Pesquisa**

### **3.1 Apresentação da organização:**

O Coletivo Feminista de Sexualidade e Saúde foi criado em 1981 tendo iniciativas com mulheres de baixa renda que moram no município de São Paulo. Suas fundadoras foram Elisabeth Souza Lobo, Maria José de Oliveira Araújo e Maria Tereza Verardo. Seus primeiros trabalhos foram realizados em algumas entidades como sindicatos e associações de bairro.

É importante ressaltar que sua criação foi anterior à Constituição de 1988 e em um período político conturbado.

A ONG passou a atuar com a saúde do público feminino, cadastrando milhares de mulheres em seus programas. Nacionalmente e internacionalmente a organização tem fomentado o diálogo feminista, onde promoveu congressos, fóruns e espaços de discussão diversos. Foi sede da Secretaria Executiva da rede Feminista de Saúde por sete anos.

Promove atendimentos ginecológicos e em saúde mental, atua com programas de DST AIDS, violência de gênero, sexualidade e busca impulsionar a autonomia do público feminino.

Trabalha, atualmente, com projetos sociais no ABC Paulista, onde gerencia Casas Abrigos de proteção a mulher vítima de violência doméstica que corre risco de vida. Esse projeto ocorre em parceria com o Consórcio Intermunicipal do ABC. Sua atuação se estende a grupos de homens agressores que cumprem medida socioeducativa frequentando reuniões e oficinas. A intervenção e o trabalho com masculinidades é uma das ferramentas usadas para o alcance da igualdade de gêneros.

A organização também administra recursos financeiros para a publicação em português da revista *Reproductive Health Matters*, que fala sobre saúde reprodutiva.

A análise documental da organização teve como objetivo levantar as crenças, valores e objetivos da organização, seu alcance e seu papel na sociedade.

Foram analisados os projetos vigentes da organização e seu estatuto final aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de oito de outubro de dois mil e dez.

Foram selecionados para a entrevista 6 membros integrantes do conselho gestor. O trabalho do conselho gestor é voluntário. A relação é horizontal, ou seja, todas as pessoas integrantes do conselho gestor tem o mesmo poder de decisão sobre a organização de forma democrática. São tomadas decisões sobre os projetos, os documentos, a captação de recursos,

as formas de avaliação dos projetos e etc. No estatuto está previsto que os integrantes do conselho gestor são eleitos por votação e tem o dever de acompanhar os relatórios e planos de trabalho, reuniões e assembleias e deliberar sobre o CFSS.

O Coletivo Feminista de Sexualidade e Saúde está pleiteando junto aos órgãos a titulação de utilidade pública, o processo encontra-se em andamento. Tal título após outorgado não permitirá a remuneração de seus dirigentes. Por tanto, a gestão da organização deve permanecer voluntária futuramente por uma exigência legal. As organizações reconhecidas como utilidade pública não podem remunerar seus dirigentes.

Devemos considerar o perfil dos entrevistados e sua posição dentro da organização, da causa e da sociedade. São pessoas que tem poder de decisão na organização e que vem de um histórico de militância dos motivos feministas. Os integrantes do conselho gestor que foram entrevistados têm o ensino superior e alguns estão ligados às universidades. Alguns deles exercem trabalho remunerado em outras funções dentro da organização, como supervisão de casos, atendimento psicológico, atendimento médico e coordenação de casa abrigo. São quatro mulheres e dois homens, esses últimos também atuam com grupos de homens agressores em medida socioeducativa, sem remuneração.

Além dos integrantes do conselho gestor, a organização não trabalha com o voluntariado em cargos fixos, não tendo uma política direcionada para a captação e gestão desse tipo de mão de obra. A ONG conta com sócios honorários que estão ligadas à causa da organização, mas não são funcionárias efetivas e não ocupam cargos fixos. Os sócios honorários tem o direito de participar de assembleias e reuniões, dar apoio ao conselho gestor e acompanhar os trabalhos da organização sem envolvimento direto ou frequência continua. Essas pessoas prestam assistência em casos pontuais de forma também voluntária.

Sobre a atuação dos sócios honorários, destaca-se no estatuto:

- I. Integrar automaticamente o Conselho Consultivo, instância de assessoria aos trabalhos do Conselho Diretor, cujas reuniões compete a este último convocar, seguindo o disposto no artigo 25-inciso VIII;
- II. Individual ou coletivamente, sempre que consultadas/os pelo Conselho Diretor, de acordo com o artigo 25-inciso XI, prestar graciosamente orientação e pareceres com que possam, dentro de sua competência e capacidade, contribuir para o êxito da instituição. (p. 5).

Apesar do apoio e pontuais serviços prestados de forma não remunerada, os sócios não são vistos como voluntários pela gestão. A visão sobre o trabalho voluntário é carregada de significados específicos para a ONG, o será detalhado a diante de forma mais ampla.

Com projetos pontuais atua com as questões de saúde pública e mulher, sexualidade, Doenças sexualmente transmissíveis, arte e geração de renda.

Em análise documental, constata-se que o CFSS tem atuação ampla no que diz respeito à promoção dos direitos e da saúde feminina, a pesquisa acadêmica e a formação de lideranças sociais para atuação direta se complementam em suas ações.

No Estatuto da Organização os objetivos sociais trazem mais clareza para o entendimento dos seus valores:

Art. 4º - São objetivos sociais do Coletivo, que assim realiza sua missão:

I. Promover a assistência à saúde integral da mulher, assim entendido o atendimento holístico e humanizado de mulheres em todas as fases da sua vida, respeitando e tendo em conta as circunstâncias de classe social, de religião, de raça, etnia e de orientação sexual;

II. Promover a assistência de saúde integral e assegurar orientação jurídica e social à mulheres em situação de violência;

III. Contribuir para o fortalecimento, para a autonomia das mulheres brasileiras e influir na construção dos seus direitos;

IV. Produzir e disseminar conhecimentos especializados, que tenham nas mulheres seu foco principal;

V. Contribuir na disseminação de informações, para que as pessoas tenham condições de evitar a gravidez indesejada e DST's/AIDS;

VI. Estimular habilidades para que as pessoas possam usufruir de diferentes informações, para o exercício pleno da saúde e da sexualidade;

VII. Colaborar para a promoção da auto-estima das mulheres, com atenção especial às mulheres em situação de violência e a aquelas que se encontrem em outros grupos socialmente vulneráveis;

VIII. Capacitar e atualizar profissionais de saúde, promovendo a adoção de tecnologias e abordagens inovadoras, especialmente adequadas ao atendimento integral das necessidades das mulheres;

IX. Capacitar e atualizar profissionais de educação, para que incorporem uma visão de gênero nos conteúdos de direitos sexuais e reprodutivos;

X. Capacitar e atualizar profissionais de direitos humanos, dando ênfase à questão das mulheres, especificamente aos direitos sexuais e reprodutivos.

Com enfoque na integralidade da mulher, o Coletivo Feminista de Sexualidade e Saúde tem se atualizado com o passar dos anos para acompanhar as necessidades atuais da mulher, buscando alcançar uma sociedade igualitária.

Tanto em seu estatuto quanto na fala dos entrevistados, promover equidade social é a meta percorrida na causa que a organização persegue.

Sua missão institucional é:

Contribuir - junto ao Estado, a órgãos de governo, legisladoras/es e formuladoras/es de políticas públicas, bem como junto às/aos profissionais de diversas áreas e instituições formadoras/es de opinião e à sociedade em geral – para a atenção à saúde integral da mulher, a afirmação dos seus direitos sexuais e reprodutivos, e o combate a toda forma de violência e discriminação de gênero a partir de uma perspectiva feminista.

Além da atenção na saúde para a promoção dos direitos das mulheres sobre o próprio corpo e na sociedade, a disseminação de informações que as empodere e o combate à violência de gênero tem sido amplamente discutida e tratada. O projeto de casas-abrigo tende a proteger as mulheres que correm risco de vida e que não possuem mais condições de morar com seus parceiros. Mas a situação da violência contra a mulher ultrapassa a questão da agressão física. Muitas mulheres ainda não se reconhecem vítimas de violência quando essa é psicológica, quando seus direitos de decidir são retirados ou intimidados por uma questão de gênero ou quando são humilhadas e assediadas em diversas situações.

No que diz respeito a comunicação, no site da organização, [www.mulheres.org.br](http://www.mulheres.org.br), encontra-se cartilhas sobre violência doméstica, saúde pública, aborto etc. Ao acessar o site, as mulheres podem ainda enviar e-mails para o esclarecimento de suas dúvidas.

Toda a estrutura da organização, como atendimentos, ações políticas, e apoio é sustentada por parcerias através de projetos financiados por órgãos públicos e particulares e apoio de seus sócios em ações pontuais, seus técnicos são remunerados a cada projeto e quando esses acabam, é comum que a continuidade de algum trabalho se dê por prestação de serviço voluntária de seus técnicos que militam na causa feminista. Um exemplo, que foi citado anteriormente é o trabalho de responsabilização com homens autores de violência doméstica. Esse trabalho é feito em parceria com o Tribunal da Violência Doméstica da Barra Funda. O projeto está aguardando financiamento e funciona com a iniciativa voluntária de seus técnicos, que conduzem os grupos por cerca de três anos sem retorno financeiro pelo trabalho.

Tendo em vista o esforço contínuo dos integrantes do conselho gestor e demais trabalhadores da organização para manter o funcionamento dos programas com foco na mudança social, foram levantadas diversas crenças, valores pessoais, objetivos e motivações para as atuações voluntárias. Serão destacadas algumas delas na análise das entrevistas.

### 3.2 Entrevistas e análise de dados:

Seis integrantes do conselho gestor foram entrevistados, quatro mulheres e dois homens. As entrevistas foram gravadas e transcritas e o formato utilizado foi de entrevista semiestruturada com quatro perguntas norteadoras:

Que valores pessoais movem a doação do seu tempo para o trabalho voluntário?

O que motivou você para o trabalho voluntário especificamente com mulheres na perspectiva feminista?

O que trouxe você ao Coletivo Feminista de Sexualidade e Saúde?

O trabalho no Coletivo Feminista de Sexualidade e Saúde é fundamentado em que valores e princípios?

Ao fim da entrevista foi aberto um espaço para o entrevistado dizer algo que considera importante e não foi perguntado.

Primeiro, os entrevistados responderam sobre seus valores pessoais a respeito do trabalho voluntário que exercem e a respeito da causa feminista. Em seguida esses valores são ligados à organização, onde é questionada sua chegada e sua visão sobre os valores da ONG. Durante as entrevistas, algumas intervenções eram feitas para que as respostas pudessem vir com mais detalhes, as palavras e as formas de perguntar eram adaptadas de acordo com o andamento das entrevistas.

Algumas informações interessantes foram colhidas a respeito da concepção do trabalho voluntário na organização.

Primeiramente veremos a definição do termo voluntário segundo a Lei 9608 de dezoito de fevereiro de 1998, conhecida como lei do voluntariado em seu artigo primeiro:

Art. 1º Considera-se serviço voluntário, para fins desta Lei, a atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou a instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade.<sup>5</sup>

A palavra voluntário vem do latim, *voluntas* que significa vontade, a faculdade de querer. O voluntário é aquele que faz pela sua própria vontade. Numa organização sem fins lucrativos, atuar em algum tipo de trabalho pelo simples fato de querer fazê-lo sem ser remunerado pelo trabalho é legitimado como voluntariado. Essa definição será utilizada como base.

---

<sup>5</sup> [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9608.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9608.htm)

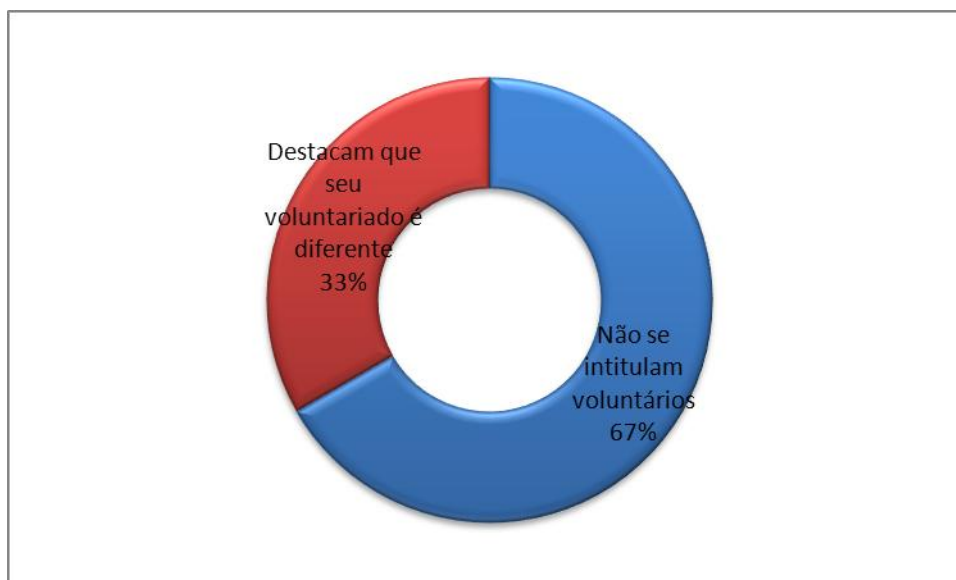
A ação voluntária carrega diversos significados para quem o faz e para quem o vê. Seus significados atuais contemplam tanto a visão filantrópica e cidadã, conforme discutido no primeiro capítulo, quanto impressões diversas que tomaram forma em nossa realidade. Tais impressões foram manifestadas de maneira rica nas entrevistas realizadas.

É interessante destacar que 67% dos entrevistados não se consideram voluntários por diversos motivos, apesar de doarem suas horas sem remuneração de maneira livre. Para esses, o termo voluntariado está ligado às questões das quais não refletem os valores organizacionais e pessoais. No lugar da palavra voluntário, dão preferência aos termos militância ou advocacy.

Os demais admitem o termo voluntário para o seu trabalho, mas com o cuidado de diferenciar esse tipo de trabalho dos demais:

A gente não faz o voluntariado por si. O nosso voluntariado é um investimento (...) é um investimento no Coletivo como instituição que tem um princípio, uma cara, com intensão dele virar uma coisa maior, dele gerar trabalho, dele ter uma influencia maior, um impacto maior.

Há dois tipos de trabalho voluntário, aquele que é feito de emoção e coração e aquele que é feito profissional. (...) O meu é o profissional, porque eu tenho compromisso, se faltar ninguém vai me cobrir, depende de mim, tenho uma função bem definida, não sou um faz tudo. Tem coisa que eu não faço.



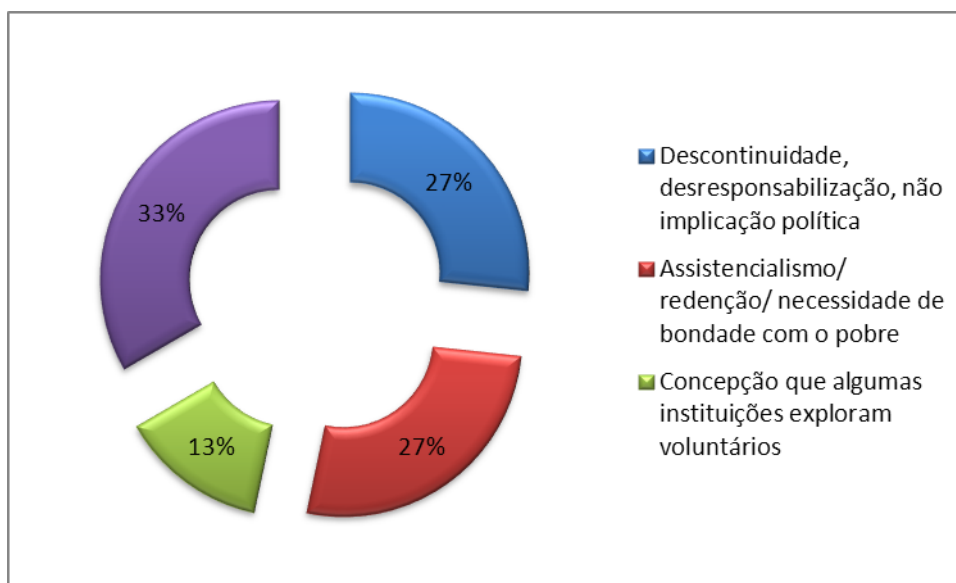
O trabalho voluntário também foi ligado à uma atuação descomprometida, com falta de continuidade. Essa lógica é apoiada em várias experiências cujo o trabalhador voluntário não se compromete com o resultado final de seu trabalho. No caso da organização pesquisada, as pessoas entrevistadas exercem trabalhos contínuos, vinculam-se com questões da gestão e

com usuários de forma continuada tendo como objetivo a transformação causada. Esse tipo de implicação é vista pela organização como militância e não como voluntariado.

Muitas vezes a palavra militância apareceu de forma espontânea nas respostas, foi afirmado que o voluntariado é pela causa, pela crença na igualdade social e não pela crença no voluntariado em si. Um dos entrevistados destaca:

Eu tenho um trabalho de técnico que é o grupo de homens que a gente faz, então lá sou técnico, essas horas que eu dou lá, vamos chamar assim, é técnico sem remuneração, mas não chega a ser um voluntariado. Porque eu sou mais responsável pelo grupo, então estou mais como um técnico militante e não técnico voluntário. Porque eu tenho compromisso com a instituição e tenho um compromisso com o grupo. E a gente tem voluntário, tem gente que aparece lá esporadicamente pra fazer alguma coisa com grupos. Mas fica claro pra eles e pra gente que eles não tem compromisso com isso.

Algumas das crenças que os integrantes da organização tem sobre o voluntariado, são motivos pelos quais não se consideram como trabalhadores voluntários. Foram feitas afirmações sobre o trabalho voluntário de modo geral que se repetem nas respostas do entrevistados. As idéias mais comuns entre eles foram comparadas e divididas conforme o gráfico abaixo:



A parte roxa representa a parcela dos entrevistados que se reconhecem como voluntários, ainda que com ou ressalvas a respeito disso. A outra metade representa a aparição de algumas ideias sobre o trabalho voluntário em si, das quais não são compatíveis com a atuação do conselho gestor na organização. Por acreditar que o trabalho voluntário tem as características presentes no gráfico acima, como um trabalho que necessariamente é descomprometido, que a figura do voluntário representa alguém que não pode ser

responsabilizado, ou que em alguns casos os interesses em se voluntariar são por necessidades pessoais de motivo religioso ou não genuíno é perfeitamente congruente que esse público não se considere voluntário.

Os entrevistados preocupam-se em não serem confundidos com outras pessoas que exercem trabalho voluntário por motivos diferentes, alheios a militância, a causa. Ou seja, frisam que suas ações são cidadãs. Conforme foi levantado, a representação que o grupo tem sobre voluntariado, em geral, está ligada à filantropia (seja ela de peso positivo ou negativo), o que não faz parte das ações e dos objetivos do Coletivo.

Foi considerado que o voluntário, em geral, é importante para trabalhos pontuais, eventos e ações específicas. Pois existe o risco da pessoa voluntária interromper sua atuação de uma hora para outra por não ter vínculo com a instituição. Um dos entrevistados destacou que numa organização existe o militante, o voluntário e o técnico. Na sua concepção, o técnico atua na sua área específica de forma remunerada, o voluntário em trabalhos pontuais, como pintar, fazer uma festa, um evento e o militante atua pela causa, com o compromisso político de transformação social. Afirmou ainda que alguém pode exercer os três papéis, mas que a organização precisa saber separar tais papéis.

O voluntário sempre vai ter alguém, é quase como um estagiário. Fazer um exemplo, uma comparação. Ele tem as atividades, mas ele não é o responsável direto, tem alguém que é responsável direto. Então se ocorrer algum problema alguém responde pelo que ele fez.

Em acordo com essa afirmação, outro entrevistado também afirma, sobre o seu voluntariado: “O meu é o profissional, porque eu tenho compromisso, se faltar ninguém vai me cobrir”.

A ideia de que o voluntário sempre é alguém que aparece esporadicamente está presente de maneira forte nesses depoimentos.

Além disso, a palavra voluntário soa de forma negativa para alguns militantes da causa feminista por estar diretamente ligada à filantropia, à redenção dos pecados e à manutenção dos interesses das classes. Esse pensamento se faz presente em outro depoimento:

No mais esse tipo de atitude me soa como pieguice e me soa como uma coisa assim: “Ah, o pobre...” que como eu aprendi na infância, como se eles fossem predestinados, como se eles viessem como uma predestinação sagrada de ser pobre e aí quem não é pobre tem que ser caridoso, mistura com caridade, cai pra mim numa coisa de religião, aí eu acho que não tem mais nada a ver. (...) Porque enquanto tiver os pobrezinhos e pobrezinhas vão ter os bonzinhos e as boazinhas e ficam ali pagando seus pecados dando o resto pra essas pessoas. E eu acho que ninguém merece o resto. Todas as pessoas merecem o que todo mundo precisa pra sobreviver de forma digna e descente.

Outra entrevistada afirma:

O termo voluntariado pra mim, não sei como tá hoje, faz muito tempo que eu não leio, não em informo sobre esse assunto, mas o termo voluntariado ficou muito ligado durante muito tempo à questão da assistência. O “faça a sua parte”, “seja boazinha você também”.

Todos os entrevistados acreditam na importância da doação do seu tempo para às conquistas dos direitos das mulheres, para a manutenção do trabalho da ONG e para avanços políticos. É notável, nas falas, que o anseio por uma transformação social é uma das principais motivações para a doação do tempo das pessoas para o Coletivo Feminista.

Apesar de algumas visões negativas sobre o termo voluntário ou da não associação desse termo ao trabalho exercido por essas pessoas, em algumas falas o fato de doarem horas para esse tipo de trabalho aparece de forma valorizada, positiva:

Isso pra mim é a prática da cidadania. Doar essas horas... Parece até que eu tô doando horas aqui no Coletivo, até parece isso, né? Eu não consigo nem ver dessa forma, porque eu poderia tá fazendo isso, por exemplo, em outro espaço, outro lugar, na minha própria casa. Mas aqui é o lugar onde mulheres se agrupam para fazer esse trabalho, entende? Então mulheres que se reúnem que se encontram pra gerir, para pensar projetos, para produzir conhecimento, produzir trabalho para outras mulheres.

Eu trabalho pela causa. Eu jamais vou ser voluntária em algumas ONGS que eu já sei e todo mundo sabe que eles vão tirar proveito de mim. E vai ter finalidades políticas, religiosas, jamais. Eu exerço trabalho voluntário sim, por uma causa, em prol da defesa de uma causa (...).

Eu acho que isso é um pouco de altruísmo que algumas pessoas tem, é uma coisa de se preocupar muito com o outro, eu percebo que a gente tem muito parecido lá no Coletivo.

Há uma concordância que eles são militantes da causa feminista e não exercem o trabalho voluntário pelo significado que tem em si. Muitos deles têm identificações pessoais com a causa por experiências de vida relacionadas à desigualdade de gênero.

Dentre as falas que expressam a motivação para a doação de trabalho na causa feminista, destaca-se no seguinte depoimento:

É porque, eu nem sei explicar. Desde pequena eu sempre tive horror de iniquidades, de injustiças, eu observei, eu morei, eu nasci numa cidade meio pequena, provinciana e o povo era muito machista, pros homens tudo, até mesmo na minha família a gente teve que lutar muito, porque pros homens tudo, pras mulheres nada, exceto estudo. Mas outras coisas os homens podiam, os homens podiam chegar tarde em casa, nós não, eles podiam tal coisa, nós não, uma série de benefícios que eles podiam e nós não. E eu via também minhas amigas, minhas primas, meus vizinhos por ali e eu não achei certo. Não tá... e eu observava, o que me chamou mais atenção é que principalmente que as mulheres, elas já criavam seus filhos de maneira errada, criava o

filho homem diferente de como ela criava a filha mulher. (...) Foi essa indignação que me moveu a colaborar no empoderamento dos cidadãos, ajudar eles a fazer o exercício da cidadania.

Desde a minha infância, eu sempre me incomodei com a desigualdade entre homens e mulheres, eu tive um pai militar. Então desde pequeno eu sempre tive um problema com essa questão da desigualdade dentro de casa. Porque meu pai era militar, era autoritário, violento, tal e minha mãe sempre foi questionadora e tal e pelo fato de ser questionadora sempre houve um confronto, de bater mesmo, de briga mesmo.

Que desde criança eu me descobri feminista sem saber dar esse nome (...) E eu percebi nesses momentos que nós meninas eramos excluídas de vários espaços. Então, um exemplo, brincar no quintal, aqueles quintais imensos que tinham com árvores e frutas eram espaços dos meninos. Nós tínhamos que brincar, como meninas, de boneca, dentro de casa e aquilo começou a me trazer uma angústia muito grande, eu não sabia dar nome àquilo, não compreendia, não sabia lidar com aquilo, então o sentimento era de muita angústia, uma sensação de perda, de “o que vais ser de mim?”, uma sensação de que estavam... De que o meu destino estava sendo premeditado por essas pessoas, pelos adultos, pela sociedade. (...) Nesse período eu fui percebendo uma coisa, que não adiantava eu lutar só pela minha liberdade, que para eu conquistar meu espaço, minha liberdade eu precisava mudar o mundo. Eu precisava mudar a sociedade.

Ainda que o interesse na causa das mulheres não tenha sido tão precoce, ele se vincula a história pessoal em algum momento:

Eu era leiga nesse assunto. Então eu achava que era normal, que os homens e as mulheres eram iguais. Então quando eu entendi, eu estudei eu vi que eu também era fruto dessa sociedade machista, patriarcal e vi isso na minha família, vi isso na relação do meu pai com minha mãe, vi isso na minha relação de filha. Percebi que eu também tinha sido vítima de violência em casa, porque antes eu não sabia dar esse nome. (...) “é normal o pai xingar, o pai proibir certas coisas”. Não, não é normal, isso é violência, isso tem nome.

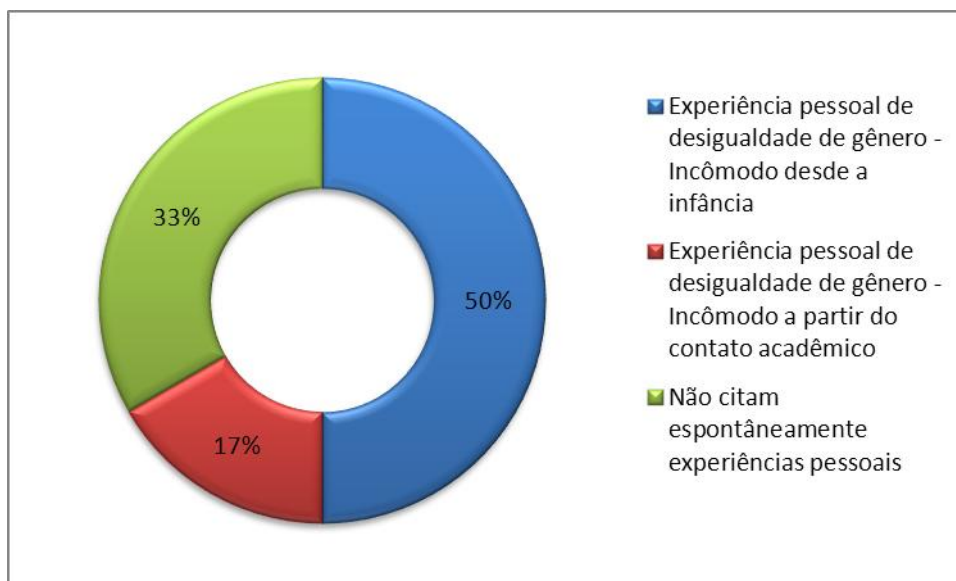
Eu acredito em uma sociedade equitativa onde homens e mulheres podem exercer papéis sociais sem que sejam discriminados, ou colocados em valores superiores ou inferiores. Eu acredito que o feminismo possa trazer pra sociedade uma ferramenta questionadora do poder patriarcal, da legitimação, da dominação masculina. Então eu me dedico a essa causa, devido ao meu interesse numa sociedade menos injusta, de uma sociedade de valores equitativos e a partir daí menos violenta.

A identificação pessoal passou do âmbito privado pelo desejo público de mudança das questões de gênero.

Metade dos entrevistados citou de forma espontânea a identificação de sua vida pessoal com as questões de desigualdade entre homens e mulheres, tais questões estavam presentes desde sua infância. Também foi citada a identificação pessoal depois do contato acadêmico com os estudos de gênero. Os entrevistados que não citaram em suas respostas

uma história de vida atrelada à causa, também se envolvem com a crença de uma sociedade em prol dos direitos iguais para homens e mulheres.

É importante ressaltar que ao perguntar o que move a pessoas para o trabalho voluntário, a resposta nunca focava no voluntariado puro, ela contemplava a causa feminista como atrelada intimamente ao seu voluntariado, como se não houvesse o seu voluntariado sem a causa.



O papel do Estado nas ações públicas também é citado com relevância entre os entrevistados. O limite entre as ações voluntárias e as obrigações do governo são apontadas como um cuidado a ser tomado. Segundo algumas entrevistas, a palavra voluntariado pode ter a conotação de alguém que assume uma responsabilidade que não é puramente das pessoas da sociedade, acredita-se que algumas questões são papel do Estado e não da população. Quando há mobilização da sociedade civil, tal mobilização deve ser voltada à transformação do espaço público e à responsabilização dos órgãos competentes.

Segundo as falas, há uma forte ideia presente: De que o voluntariado do coletivo não é realizado para que cada um faça sua parte no que diz respeito a uma doação de si, mas sim para causar uma mobilização maior, onde os cidadãos lutam politicamente para que os órgãos competentes façam a parte que lhes cabe e para que a população tenha conhecimento e ferramentas para essa mobilização que vai do âmbito privado ao público.

Alguns entrevistados falam explicitamente de seus convencimentos a respeito do papel do Estado e das ações da sociedade, outros colocam de maneira mais diluída a preocupação do envolvimento exacerbado com o fazer voluntariamente, frisando a importância da luta política, da militância.

A seguir, trechos de depoimentos que contemplam essa questão:

(...) alguns deveres no mundo são do Estado. No caso, quando a gente fala da questão econômica, o Estado é obrigado a garantir os direitos das pessoas de cada nação, os direitos econômicos, os culturais, os civis e os políticos e se o Estado não dá conta disso a sociedade tem que se mobilizar na conquista disso.

Eu acho que voluntariado, tem coisas que o pessoal, que o voluntário faz que não é obrigação do cidadão, é obrigação do estado dos municípios. Eu acho que a obrigação do voluntário é você debater, fazer advocacy de outras causas.

E às vezes eu até brinco, eu falo: A gente tá enxugando gelo, porque tem coisa que tem um limite né? (...) eu procuro me cuidar porque se não eu fico só lá, ponho dinheiro do meu bolso lá (...) chegamos nesse ponto de levar comida de casa, comprar coisas, só pra não deixar a peteca cair. Que eu acho legal por um lado, mas por outro eu acho um perigo, porque, as vezes a gente tá tapando o sol com a peneira fazendo isso e aí não é legal. A gente tem que olhar para a instituição como uma realidade, se ela tem perspectiva, se ela não tem, então às vezes, a gente fazendo isso, a gente não vê a situação que ela tá. Então eu acho perigoso quando a gente não percebe esses limites. Então eu, pessoalmente, estou num momento de rever a situação, continuo doando, mas eu tento diminuir um pouco e até pra entender melhor e avaliar melhor a situação atual.

O Coletivo tem uma história muito longa e uma tradição de formar pessoas para a questão de implementação de políticas públicas em defesa da mulher.

Na fala abaixo, o entrevistado fala dos valores do Coletivo Feminista e a seguir de um trabalho mais pontual que precisou fazer, que não diz respeito às suas atribuições na organização.

Então ela tenta trabalhar tanto no ponto de vista do atendimento às mulheres e agora aos homens também, quanto do ponto de vista de pensar políticas públicas (...) E tinha momento em que eu era voluntário mesmo. Ia lá pintar, ia lá arrumar alguma coisa. Uma coisa pontual, uma coisa que não tinha diretamente a ver com reflexão sobre as políticas e tal.

Pode-se analisar que as pessoas envolvidas no trabalho de gestão do Coletivo acabam se dedicando em várias instâncias, não apenas à gestão. Mas há um valor básico norteador das ações, do qual se trata de ter em vista a transformação política. O foco não é assumir para si alguns papéis que são atribuídos ao estado, mas lutar para que as políticas públicas contemplem questões que ainda não são alcançadas. Ou seja, participação cidadã no âmbito público e não trabalho voluntário de portas fechadas, focado apenas nas pessoas assistidas.

A ONG faz atendimentos pontuais causando mudança em homens e mulheres atendidos, mas seus interesses perpassam essa esfera. Muitas organizações tem como missão causar mudança em algumas vidas, melhorar a qualidade de vida de um público restrito, o que também gera um efeito positivo no âmbito social. No caso da organização pesquisada, as ações efetuadas já nascem com o objetivo de uma mudança maior, a missão expressada nas crenças e atitudes do conselho gestor é, não apenas atender um público, mas gerar efeito social num âmbito amplo.

A dedicação a essas ações, além de ter surgido a partir de crenças e vivências anteriores, também geram fatores motivacionais que agem na manutenção desse trabalho. Foi citada a questão do ganho pessoal no exercício do voluntariado dos gestores. Uma remuneração não financeira. A crença na causa, a busca de transformação social e crença na igualdade, que já foram citadas, são recompensas almejadas pelas pessoas envolvidas na militância voluntária através da organização. Além desses fatores, que ficaram claros nas falas citadas, também se destacou uma satisfação pessoal com os resultados alcançados no dia a dia a respeito dos casos atendidos. Essa satisfação vem com o sucesso de alguns casos e com a realização pessoal a respeito da aprendizagem da pesquisa, muito ligada à área acadêmica.

Alguns entrevistados citaram de forma espontânea como se sentem pagos, recompensados de forma pessoal.

E é um lugar onde eu me sinto super bem com elas, com o Coletivo, e vamos desenvolvendo esse projeto e espero que outros projetos do Coletivo. O que eu admiro muito no Coletivo é a relação horizontal, daí o nome Coletivo.

As vezes a gente poderia tá ganhando mais, tá melhor financeiramente, se a gente focasse mais egoisticamente na carreira, mas a gente acaba levando outras coisas em conta e a gente acaba recebendo também como um salário. Eu brinco com as meninas quando eu faço supervisão, quando a gente tem um caso bem sucedido, eu falo, esse é o nosso salário. Então a gente, a gente se paga muito dessa forma, com o retorno das pessoas que a gente atende, o tipo de retorno pra nós, bem ou mal é importante, a gente gosta e a gente acaba topando.

Eu estava buscando duas coisas, eu estava buscando uma inserção, uma vinculação em alguma organização, aí podia ser até no nível pessoal, mas também estava buscando o campo do meu doutorado porque eu estava querendo estudar...

(...) outro lado meu que eu também sou muito curioso, é meu lado pesquisador, que faz também com que eu fique atuando mesmo, meu ganho é secundário, meu ganho não é primário. Ganho conhecimento, aprendizagem...

Durante uma das entrevistas, surgiu a ideia de que alguns trabalhos exercidos no Coletivo sem remuneração, por participantes do conselho gestor que também se dedicam a outras áreas, são trabalhos voluntários porque não há condições financeiras de se fazer tais

pagamentos. Mas a meta é que esses trabalhos sejam remunerados, pois o exercício de tais ações se mantém devido à crença na sua importância para a transformação social e não pela crença no voluntariado dessas ações. As pessoas abrem mão do pagamento para que a causa feminista ganhe força e não por opção ao não pagamento de um salário. Algumas ações em oficinas e atendimentos individuais não tem financiamento, mas a meta do conselho gestor é lutar pela remuneração dos profissionais. O objetivo é que alguns trabalhos feitos voluntariamente não sejam mais voluntários futuramente.

Mediante tais ideias perguntei ao entrevistado se, então, o trabalho voluntário que ele exercia com grupos se dava pela falta de financiamento e não por livre escolha. A resposta foi a seguinte:

Falta de financiamento. Que já faz um tempo isso. Na realidade, tem três anos que a gente desenvolve esse projeto e a gente ainda não tem remuneração, então virou muito mais militante do que técnico que eu já estou há tanto tempo fazendo isso sem remuneração, por que é exatamente isso, a gente tem um compromisso com a questão, com a causa, eu pesquiso a causa e eu tenho uma expectativa que isso se realize como política pública.

O entrevistado acima se refere às oficinas com homens em medida socioeducativas que ele conduz além de ser integrante do conselho gestor.

Nos últimos trechos citados, pode-se observar que o voluntariado das pessoas para a causa trás resultados positivos para as ações políticas e para a missão da organização, levando a uma satisfação pessoal pelo envolvimento na luta feminista. Por outro lado há trás uma sensação de ônus temporário, que precisa ser sanado através de uma conquista. Doar-se demais, não investir na carreira em tempo integral, abrir mão de questões pessoais sem ter em vista que há uma questão maior a ser buscada é “tapar o sol com a peneira”. Podemos dizer que o trabalho voluntário dos integrantes do conselho gestor busca um nível de maturidade social com relação às questões de gênero e uma independência tal da visão feminista, onde uma das metas é que no futuro não seja necessário fazer trabalho voluntário. “A gente não faz o voluntariado por si. O nosso voluntariado é um investimento”.

Há unanimidade em relação à crença nesse “investimento”. Em todas as entrevistas, com diferentes expressões e opiniões, aparece uma motivação intrínseca para o ato voluntário, a dedicação à mudança e a crença na conquista são fatores que movem seus atuantes. Há perdas pessoais e também há uma escolha de abrir mão de ganhos pelo objetivo final.

Conforme foi citado anteriormente a missão da organização é contribuir com o Estado para as questões relacionadas à saúde da mulher como um papel complementar. Há a preocupação de alguns voluntários em não assumir integralmente o que é de responsabilidade do governo, abnegando seus direitos privados, inclusive de remuneração justa pelo seu trabalho.

Já que atuar com o voluntariado não é uma meta da organização, não há uma política de captação de voluntários. Todas as pessoas integrantes do conselho gestor chegaram à organização através de contato com a causa feminista e com os dirigentes. O que os aproximaram do Coletivo Feminista de Sexualidade e saúde foi uma experiência anterior com as questões de gênero, o trabalho em outras organizações parecidas, a participação em fóruns e etc. A organização participa de discussões públicas sobre as questões de gênero e as pessoas chegaram a organização através dessas discussões, porque já conheciam o trabalho da organização, porque propuseram novos trabalhos, etc.

O depoimento de alguns entrevistados sobre sua chegada no Coletivo Feminista:

Chegando aqui em São Paulo eu conheci algumas pessoas que estavam vinculadas ao Coletivo e que foram me trazendo. (...) Nossa forma de pensar, a minha e a do Coletivo está em sintonia. Então eu fui ficando, alguns projetos foram ficando e eu fui permanecendo e agora fazendo parte da gestão por acreditar que temos que dar continuidade a esse projeto.

Que o trabalho que a gente fazia na defensoria pública com mediação de conflito acabou e a gente tentou levar esse trabalho para o Coletivo. Eu já era sócia do Coletivo, isso significa que eu era membro, mas não era atuante. Então eu ia uma vez por ano na Assembleia, a gente votava, ouvia de quem estava lá todo dia trabalhando

O conteúdo acima mostra a existência de uma rede ativa de militantes da causa feminista, onde as pessoas engajadas mantêm contato constante e além de atingir seu foco de discussão e ação política, tem um poder gerador de trabalho. Parece que há um interesse na captação de trabalhadores que já caminhem na causa, para que a organização conte não apenas com mão de obra qualificada, mas também com pensamentos que gerem ações na sociedade de desigualdade de gênero. Uma característica forte expressada no Coletivo é a valorização de trabalhadores que pensam essa mudança social, como uma meta pessoal.

A sociedade patriarcal gerou prejuízos imensuráveis nas mulheres e nos homens e o incômodo com as feridas abertas é um impulso para que se busque a profissionalização na área. Tal incômodo tem poder real de gerar engajamento (o que chamado de militância pelos entrevistados) e conseqüentemente impulsiona o movimento feminista para as conquistas. A

motivação que alavanca tal impulso parece um pré-requisito para o trabalho na organização. Incomodar-se, adquirir conhecimento e impulsionar.

Nos trechos abaixo, destaca-se o incômodo seguido do impulso para a ação:

E aí tinha sempre uma conversa, assim, de casamento para as meninas: “Faz isso pra ficar bonita pra casar”. Esse tipo de conversa que é comum até hoje, e aquilo me incomodava.

Eu não me sentia confortável na infância porque eu me sentia limitada. Eu queria crescer logo, eu queria logo ter autonomia e isso aconteceu de fato na minha adolescência. Na adolescência eu comecei, entre aspas, a mostrar pra que vim.

Nesse período eu fui percebendo uma coisa, que não adiantava eu lutar só pela minha liberdade, que para eu conquistar meu espaço, minha liberdade eu precisava mudar o mundo. Eu precisava mudar a sociedade.

Quando a gente fala em feminismo, em libertação da mulher, não são os homens nossos inimigos. Na verdade eles também tem um ônus muito grande com essa sociedade machista e patriarcal. Eles também pagam um preço muito alto.

Muitos dos trabalhos desenvolvidos pela organização de cunho feminista não são vistos de forma aceitável por parte da sociedade. Trabalhar com crianças, por exemplo, trás mais fama positiva, não é assim que acontece no trabalho com prostitutas, com a luta pela legalização do aborto ou demais fatos agregados a esses. O que indica que o trabalho voluntário da causa feminista não teria efetividade se fosse movido apenas por um sentimento de filantropia ou por um desejo estético de fazer boas ações. É preciso mais que enxergar a beleza em fazer o bem, é preciso incomodar-se e ferir-se com o que está posto.

### **Considerações finais:**

Pretendeu-se ao decorrer desse trabalho investigar o voluntariado feminista se é filantropo ou cidadão a partir de suas motivações. Fez-se um levantamento do terceiro setor como organização da sociedade civil e das concepções de gênero ao decorrer da história em diferentes culturas. As desigualdades entre homens e mulheres trouxeram consequências às sociedades ao redor do mundo, inclusive ao Brasil. Isso movimentou grupos da sociedade civil para se organizarem em prol da igualdade de gênero. Movimentos dentro e fora das religiões, comunidades católicas, ONGs e pequenos grupos defendem esferas menores dentro do que se chama de causa feminista. Tem-se lutado pelo direito sexual da mulher, direito de decidir sobre seu corpo, igualdade na política, combate a violência doméstica etc.

Foi visto que apesar de grandes avanços conquistados, alguns discursos que já soam como arcaicos devem ser foco de discussão atual, pois ainda estão presentes de algum modo na nossa cultura. Afirmações e concepções fechadas sobre homens e mulheres que são comuns nos dias de hoje ainda tem suas origens em sociedades muito antigas e servem o poder vigente de algum modo, além de contar com o reforço do discurso religioso.

Pôde-se verificar através do estudo teórico de autores como Ruth Cardoso, Rubem Cesar Fernandes, Ana Maria Domeneguetti, Luiz Carlos Meryge, Marcia Moussalem e outros o caminho trilhado pela sociedade para a participação ativa nas decisões públicas e que o terceiro setor está estreitamente ligado ao voluntariado. Estudos sobre o trabalho voluntário têm investigado desde motivações pessoais e intrínsecas até movimentos sociais e influências políticas. O ato de se doar de forma voluntária para uma ação encontra motivo tanto nos esforços de grupos para a luta política, quanto nas concepções religiosas e espirituais de fazer o bem, doar sem receber, redimir-se.

Uma das lutas da sociedade civil em prol de mudança social é a luta feminista. Essa é ampla e está implicada em diversas subcategorias: Feminismo e violência, feminismo e política, feminismo e saúde, religião etc.

Através dos estudos de Muraro, Maria Jose Fontelas Rosado Nunes e Rosalind Miles, foram avaliados os discursos de dominação que constituíram as sociedades patriarcais e sua manutenção ao decorrer da história. Assunto que ocupou o pensamento de filósofos e religiosos no decorrer da história, sendo retratados em dramas e mitos.

Estudar uma organização feminista, entrevistando as pessoas que estão a sua frente voluntariamente foi uma ferramenta fundamental para conhecer de forma representativa

algumas características que fazem parte desse grupo. Considerando que o Coletivo Feminista de Sexualidade e Saúde é uma organização com envolvimento política e fundamentação teórica a respeito das questões de desigualdade de gênero e promoção da saúde da mulher, representa significativamente outros grupos feministas.

Ao entrevistar os voluntários do conselho gestor do Coletivo Feminista de Sexualidade e Saúde, surgiram questões não esperadas no início da pesquisa. O conteúdo existente nas poucas palavras trouxe riqueza ao assunto proposto. Ao pensar em estudar o voluntariado especificamente na causa feminista, faz-se presente algumas ideias centrais que são norteadoras desse estudo: O voluntariado pode ser distinguido em dois tipos principais: O voluntariado filantrópico e o voluntariado cidadão. Ambos são realizados por livre vontade e sem nenhum retorno financeiro.

O trabalho exercido pelos integrantes do conselho gestor da organização estudada, obviamente se enquadram nessas características. Apesar disso há uma resistência ao termo voluntariado. As pessoas entrevistadas exercem tal trabalho e acreditam veementemente em seu impacto positivo para a sociedade. É nítido que a luta social em que estão engajados movimenta suas ações, suas crenças e seus ideais e que agirão voluntariamente em prol da causa feminista sempre que acharem necessário. Mas suas ações voluntárias não se encaixam em suas concepções do que é um trabalho voluntário. A representação do termo “trabalho voluntário” nas diversas culturas é algo que deve ser mais estudado e melhor compreendido. Ele carrega significados peculiares e por meio de um estudo mais focado, as ações da sociedade civil através da gestão do voluntariado poderão contar com maiores ferramentas.

O termo militância ou advocacy é usado para distinguir com clareza que tipo de voluntariado é exercido pelo Coletivo Feminista de Sexualidade e Saúde. Foi constatado que o tipo de voluntariado exercido é o cidadão.

Ajudar outra pessoa, fazer diferença na vida de alguém também está presente nas motivações. A ajuda ao próximo não é exclusiva dos movimentos atrelados às religiões. A causa feminista, representada pela organização estudada nesse trabalho, não é filantrópica. O trabalho voluntário abre um leque de motivações e objetivos não religiosos.

O sofrimento pessoal com as desigualdades de gênero, sofrimento causado pela organização social existente leva à busca por conhecer e transformar a situação atual. Uma das motivações é cessar tal sofrimento nos cidadãos.

A compreensão das questões sociais envolvidas na desigualdade de gênero, através do contato profissional e acadêmico é outra motivação muito presente. O objetivo

principal é movimentar homens e mulheres para a luta e ganhar força para a transformação política.

Tendo em vista que os direitos das mulheres e equidade de gênero não são causas conquistadas em todos os âmbitos, embora os movimentos já tenham causado mudanças, se faz necessário que a sociedade civil continue se organizando em prol de maiores conquistas. Não tendo total respaldo do estado e também lhe faltando a plena conscientização dos cidadãos, faz-se necessário que um grupo de pessoas se organizem voluntariamente para isso.

Ter como objetivo atingir uma maturidade social, onde as pessoas compreendam e reivindiquem os direitos de equidade de gênero e que o estado se responsabilize pelo cumprimento desses direitos deve ser a missão de todas as organizações do terceiro setor. Elas não existem para a sua própria manutenção ou para a sublimação do trabalho voluntário, mas sua ação voluntária deve ter como meta não ser mais necessária no futuro.

Uma das expectativas dos entrevistados é que seus trabalhos sejam reconhecidos e remunerados futuramente, mas tem clareza que é um processo longo e que a doação do seu trabalho, das suas horas de livre vontade é uma parte necessária desse processo de conquista. Ou seja, trabalhar voluntariamente por falta de recursos para manter as ações de proteção e promoção dos direitos das mulheres, não torna o trabalho voluntário menos importante, menos reconhecido ou de menor valor para a sociedade, mas orienta os esforços para uma meta futura: Atingir um nível de realizações onde muitos esforços atuais não sejam mais necessários.

Fica claro que a implicação pessoal desses voluntários na causa feminista é encorajada pelo desejo de mudança coletiva, exercício da cidadania. Podemos perceber que a renúncia de algumas questões pessoais pela crença na igualdade, embora traga à consciência pequenas perdas, trás a tona ganhos maiores em instancias individuais e coletivas. Esses ganhos podem ser as conquistas diárias como resolução de algum problema pontual, um caso de atendimento bem sucedido, um acordo de parceria para o financiamento de um projeto, como também as conquistas de novas políticas e a esperança de transformação em maior escala.

## Anexo – Entrevistas

**Entrevista 1:** Alcione Massula de Melo – Filósofa, integrante voluntária do Conselho Gestor do Coletivo Feminista de Sexualidade e Saúde e coordenadora de uma Casa abrigo para mulheres.

Entrevistadora: Que valores pessoais movem a doação do seu tempo para o trabalho voluntário?

Entrevistada: Na verdade, no meu caso, o meu trabalho voluntário foi voltado pra causa feminista. Que desde criança eu me descobri feminista sem saber dar esse nome. Porque ali, mais ou menos, eu tinha uns oito anos de idade e eu comecei a perceber nas relações familiares com primos, vizinhos, primas, família e mesmo com pessoas amigas e que eu compartilhava o mesmo espaço pra brincar, pra se encontrar... Que era uma coisa comum naquela época, as pessoas se reuniam muito. E eu percebi nesses momentos que nós meninas éramos excluídas de vários espaços. Então, um exemplo: Brincar no quintal, aqueles quintais imensos que tinham árvores e frutas eram espaços dos meninos. Nós tínhamos que brincar, como meninas, de boneca, dentro de casa e aquilo começou a me trazer uma angústia muito grande eu não sabia dar nome àquilo, não compreendia, não sabia lidar com aquilo, então o sentimento era de muita angústia, uma sensação de perda, de “o que vais ser de mim?”, uma sensação de que estavam... De que o meu destino estava sendo premeditado por essas pessoas, pelos adultos, pela sociedade, coisa que eu também não sabia dar esse nome, pra mim era só aquelas pessoas a minha volta. E aí tinha sempre uma conversa, assim, de casamento para as meninas: “Faz isso pra ficar bonita pra casar”. Esse tipo de conversa que é comum até hoje, e aquilo me incomodava. Só que eu não sabia bem o porquê que aquilo me incomodava tanto. Mas eu me sentia muito incomodada com isso e eu brigava. Eu brigava com meus primos, eu brigava com meus pais... Eles perguntavam assim: “Vó, você deu pinga para a Alcione?”. Porque eles não estavam acostumados a ver uma menina reagir, ficar brava, enfrenta-los, buscar o espaço, eu ia, eu queria aquele espaço e isso me trouxe dificuldades porque as pessoas adultas me apontavam como, sei lá, um bicho raro, uma louca, coisas assim. E eu tinha muita angústia. E a sensação pior que vem dessa época além de não saber, de eu perceber que eu não tinha todos os espaços é que o meu destino estava sendo tramado por essas pessoas e eu tinha, eu queria fazer muita coisa. Eu lia muito, eu era uma leitora

compulsiva desde que eu aprendi a ler e eu buscava mais do que aquilo ali, mais do que aquela coisa pequena que eu via a minha volta. As famílias, as pessoas, o jeito de viver. E uma coisa que me encantava muito era quando eu via as moças, minhas tias se aprontando pra sair. Então quando elas iam pra frente do espelho, escolhiam roupa, passavam batom, aquilo me dava uma coisa, assim, maravilhosa e eu só pensava: Eu vou crescer e eu vou fazer tudo isso” E aí, o que acontece, eu tinha uma vontade muito grande de sair da infância. Eu não me sentia confortável na infância porque eu me sentia limitada. Eu queria crescer logo, eu queria logo ter autonomia e isso aconteceu de fato na minha adolescência. Na adolescência eu comecei, entre aspas, a mostrar pra que vim. O que eu vim fazer, o que eu queria pra mim. Eu me lembro bem que naquela época, quando a gente fazia 15 anos é que podia usar batom e calçar salto. Até os 15 anos não podia. Mais ou menos uns dois, três meses antes do meu aniversário de 15 anos eu comprei o sapato de salto e comprei um batom. E aí, no dia do meu aniversário eu acordei, era um dia de semana, eu acordei de manhã e a primeira coisa que eu fiz antes de ir para escola foi ir para o espelho e passar batom. Eu fui pra escola com aquele batonzão todo na boca, com a boca cheia de batom, e é como se eu tivesse... É como não, eu fiz, um ritual de iniciação sozinha, eu comigo. De iniciação nessa vida pela frente, de liberdade, de, da minha identidade como pessoa, como pessoa na sociedade. E nessa época eu fazia ginásio, estava terminando o ginásio e as minhas amigas... Eu era referência para as minhas amigas, quando tinha algum problema de namorado, de qualquer coisa eu era chamada pra resolver o problema e eu ia com a mão na cintura. Tem gente de ri de mim até hoje porque eu chegava que nem uma galinha choca, mão na cintura e falava e punha ordem, entendeu? E não deixava, já brigava com minhas amigas não permitindo a elas se submeter à vontade dos namorados, doa paqueras, que era tudo muito assim... namoros muito inocentes naquele tempo. A gente pegava na mão, porque tinha prazo, tinha que namorar, tudo isso. Mas todo mundo namorava escondido. E aí eu punha regras. Quando eu comecei a namorar que foi também nessa época. Eu já li naquele momento eu já coloquei meus termos para os meus namorados. E o mais engraçado de tudo isso é que eu era muito bem sucedida com os homens. Talvez porque eles não fossem a minha meta. Então tudo que eu queria com os homens eu conseguia, eu era a disputada da cidade, todo mundo queria me namorar e eu dava, eu punha limites, eu usava a roupa que eu queria, eu falava com quem eu queria e é lógico, eu encontrei dificuldades, morava numa cidade pequena em Goiás e fui apontada muitas vezes e por incrível que pareça, aquela época meus defensores eram os homens. Porque eles sabiam quem eu era, porque eu era muito transparente, extrovertida me dava com todo mundo e era muito bem sucedida na escola, isso que me salvava de ser totalmente excluída do grupo social

daquela cidade. Eu era bem sucedida na escola, era inteligente, era falante, era resolvida... Então por um lado eles não em queriam, por outro lado me queriam. E as amigas eram muito queridas. Eu consegui ter grandes amigas, que conservo até hoje essas amigas dessa época.

Entrevistadora: O que motivou você para o trabalho voluntário especificamente com mulheres na perspectiva feminista?

Entrevistada: O que aconteceu? Nesse período eu fui percebendo uma coisa, que não adiantava eu lutar só pela minha liberdade, que para eu conquistar meu espaço, minha liberdade eu precisava mudar o mundo. Eu precisava mudar a sociedade. Evidente essa percepção não era consciente como é hoje com essa clareza, mas por isso talvez eu me envolvesse tanto nos problemas das minhas amigas e das outras pessoas e, entre aspas, eu virei uma conselheira de todas as mulheres que viviam no meu universo. E aí com o passar... e aí eu comecei a ler, eu li muito, eu li .... Sartre, eu li Jung, eu li Simone de Beauvoir, eu li Freud eu li Nietzsche, comecei a ler e comecei a perceber que tudo aquilo que eu sentia, não era só eu. Muita gente sentia, muita gente vivia então eu não estava sozinha no mundo e precisava ir a luta. Então comecei ir à luta.

Assim foi, aí eu fui fazer faculdade, aí me casei jovem, primeiro fiz artes plásticas, aí me casei muito nova, tive filha muito nova, mesmo na maternidade, eu continuei sendo mãe, mas continuei estudando. No período da maternidade que eu não trabalhava que eu não fazia essas coisas, eu lia, lia desesperadamente e depois de muitos anos, depois de muitos anos não, naquela época mesmo eu já ouvi falar de feminista. E essa palavra pra mim era mágica eu achava um máximo. Sabe, eu sou feminista. Aí eu falava isso pra todo mundo: Eu sou uma feminista, mas eu não sabia bem o que era, mas eu era e dizia que era. Uma palavra mágica, meu sonho era encontrar essas mulheres e foi o tempo que me colocou no caminho dessas mulheres depois de várias mudanças. Mudei de cidade várias vezes, viajei, fiz um monte de coisas e aí foi em São Paulo que pela primeira vez eu entrei em contato com as verdadeiras feministas.

Na verdade, ante disso, eu conheci a Rose Marie Muraro, porque eu lia, comprava os livros dela e um dia eu fui numa noite de autógrafa e foi a maior emoção da minha vida ver uma feminista. Eu tinha vinte e poucos anos e aí eu li todos os livros dela, Ruth Escobar, eram aquelas mulheres que naquela época a gente via na televisão. Então eu comecei a segui-las. E aí chegou um ponto que talvez... Não sei explicar, eu me vi numa situação, que eu fui convidada para organizar a semana da mulher, por uma vereadora. Aí

conheci uma presidente de uma ONG feminista que nesse evento de semana da mulher ela me viu trabalhando, eu nunca tinha trabalhado com isso e aí me convidou e desde então eu passei a trabalhar com a causa feminista, violência contra a mulher e militar no movimento de mulheres. Movimento feminista é a militância.

Entrevistadora: Você é voluntária. O que você pensa sobre a questão de trabalhar sem remuneração?

Entrevistada: Então, eu... O trabalhar sem remuneração pra mim no movimento feminista não é trabalho e não é voluntariado, são coisas diferentes. A gente milita, por exemplo, num sábado ainda hoje eu levanto, ou num domingo que é meu dia de descanso pra uma marcha, uma caminhada, um evento que é voluntário... e é pra mim importantíssimo que as mulheres, que todas as mulheres façam isso porque a gente não conquistou tudo que precisa ainda. Agora trabalhar, trabalho voluntário eu sou contra.

Não é trabalho, não. É uma ideologia, porque, no caso, no meu caso, o movimento de mulheres feministas é uma ideologia, é uma coisa que eu persigo desde criança. Então isso não é voluntariado no meu modo de ver, na minha percepção da palavra voluntariado. Na minha, meu modo de ver voluntariado é aquela coisa que me soa muito mal. Não gosto, não acho bom, porque eu penso que muitas coisas, alguns deveres no mundo são do Estado. No caso, quando a gente fala da questão econômica, o Estado é obrigado a garantir os direitos das pessoas de cada nação, os direitos econômicos, os culturais, os civis e os políticos e se o Estado não dá conta disso a sociedade tem que se mobilizar na conquista disso.

Então, por exemplo, se você me falar de voluntariado, um grande empresário, uma grande empresária, pessoas que tem muito dinheiro elas tem amis é que investir economicamente, porque o que o movimento precisa, o que as pessoas precisam, as pessoas de baixa renda, as pessoas que não tem dinheiro, as pessoas pobres que não tem esses direitos que eu acabei de mencionar, eles precisam ser garantidos. Se o Estado não dá conta sozinho a gente deve fazer parceria com grandes empresários. Então nós temos multinacionais, falando do caso do Brasil. E quando eu falo disso tudo eu não falo só do Brasil eu falo do mundo. No mais esse tipo de atitude me soa como pieguice e me soa como uma coisa assim: “Ah, o pobre...” que como eu aprendi na infância, como se eles fossem predestinados, como se eles viessem como uma predestinação sagrada de ser pobre e aí quem não é pobre tem que ser caridoso, mistura com caridade, cai pra mim numa coisa de religião, aí eu acho que não tem

mais nada a ver. E outra coisa também que eu penso, que eu observo, e acho que tem exceção, acho não, tenho certeza que tem exceção... Algumas pessoas buscam ser voluntárias por tédio ou porque não tem mais nada pra fazer, ou por essa pieguice da caridade como se fosse pagando dívida pra depois alcançar o Reino do Céu aí: “Vamos dar alguma coisinha pro pobrezinho” e o pobrezinho vai ser pobrezinho pro resto da vida. Porque enquanto tiver os pobrezinhos e pobrezinhas vão ter os bonzinhos e as boazinhas e ficam ali pagando seus pecados dando o resto pra essas pessoas. E eu acho que ninguém merece o resto. Todas as pessoas merecem o que todo mundo precisa pra sobreviver de forma digna e descente. E aí as pessoas vão pro voluntariado muitas vezes por isso, outras pra fazer bonito, eu digo assim, fazer cortesia com o chapéu alheio, o chapéu alheio no caso é de quem tá padecendo das misérias sejam elas quais forem. E outro caso, é assim, pessoas que estão precisando de trabalho, não estão conseguindo, entram numa ONG em qualquer coisa voluntária e começam a construir de certa forma a carreira, entrar no mercado profissional. Isso é errado? Eu não questiono, eu não julgo porque eu penso que cada um lida com aquilo que pode, com as circunstâncias que a vida colocou. Então eu não tenho julgamento entendeu? Tenho a minha posição em relação ao voluntariado. Se você me perguntar se eu faço alguma coisa voluntária... Faço um monte. Nesse final de semana, por exemplo, eu fiz uma coisa voluntária, alguém me ligou de outra cidade, tinha uma mulher em Mato grosso que precisava sair de lá e estava fugindo do marido, que ele podia mata-la, ela com três crianças. Uma pessoa que me conhece me pediu ajuda. Eu fiz sozinha da minha casa, gastei uma fortuna de telefone ligando para celular, em Mato grosso, liguei para todos os lugares e consegui que essa mulher chegasse, anteontem ela chegou aqui fugindo do marido. É um trabalho voluntário? É. É um trabalho voluntário espontâneo meu, mas eu não considero isso como trabalho voluntário. Eu considero isso como uma causa que eu escolhi pra minha vida, que eu tenho que lutar por toda e qualquer mulher que tiver sofrendo uma situação de privação de liberdade de violência psicológica, física, todas as violências, isso pra mim é a minha vida, entendeu? A minha vida sempre... Sempre eu vou fazer isso. Só que por outro lado, hoje eu tenho uma postura de cobrar das outras mulheres da nossa sociedade que também o façam. Porque o movimento de mulheres, cada dia que passa tá mais enfraquecido.

Que nós estamos todas velhas, as jovens que estão começando agora, muitas não entram nesse movimento, porque aparentemente conquistamos a liberdade, mas só aparentemente, nós não conquistamos, então elas se iludem. Se você assistir uma novela em qualquer emissora você vai perceber que os padrões são os mesmos. A boa moça que vai arrumar marido, tudo continua igual... A maternidade... O que é uma mulher bacana? É a boa

filha, a boa mãe, a boa irmã, a boa esposa, então as coisas continuam por aí numa linguagem subliminar, subjetiva e evidentemente que as meninas jovens caem nessa história. Nós não temos educação de gênero em lugar nenhum, nós as feministas é que ficamos enlouquecidas tentando promover a educação de gênero para os homens e para as mulheres. E outra coisa que eu considero muito importante dizer. Quando a gente fala em feminismo, em libertação da mulher, não são os homens nossos inimigos. Na verdade eles também tem um ônus muito grande com essa sociedade machista e patriarcal. Eles também pagam um preço muito alto. A responsabilidade de tudo que temos aqui, a cultura, a educação e o poder. Os homens não são nossos inimigos. Faz parte também dessa libertação dar uma sacudida nos homens. O escritor, aquele que escreveu Madame Bovary, ele foi absolutamente feminista naquele livro. Ele denunciou como vivia a sociedade burguesa naquela época e ele sofreu um processo na França por ter escrito aquele livro. Nem todos os homens são machistas e aqueles que são por inconsciência, assim como algumas mulheres são machistas também por inconsciência. E eu esqueci o nome do escritor agora, fugiu, deu branco.

Entrevistadora: Como você chegou ao Coletivo Feminista de Sexualidade e Saúde?

Entrevistada: Então, o Coletivo... Eu já conhecia a Paula, já tinha trabalhado com ela na defensoria pública, através de uma ONG. Nós duas trabalhamos na defensoria. Então nós nos aproximamos conhecia de vista em eventos, mas que a gente se aproximou foi nesse trabalho na defensoria, a gente trabalhava como mediadora de conflitos na defensoria. E aí nos gostamos, tivemos afinidade e essa afinidade eu penso que é pela ideologia. Eu sempre a vi como uma pessoa ética, responsável, bacana, sincera naquilo que fazia, porque também precisa dizer que tem muita gente por aí que vive dessa desgraça toda, que não é sincera e não é de verdade. Então quando se encontra uma mulher, uma companheira de trabalho e que ela está ali de verdade você quer estar próxima a ela. A minha sensação com a Paula foi essa. E aí quando o coletivo foi convidado a coordenar o projeto das casas abrigo, ela me convidou, eu não conhecia ainda a Ana que é representante legal do Coletivo, conhecia sim o Coletivo, conhecia por encontros, seminários... A ONG eu conhecia e era uma ONG que eu admirava e respeitava e aí quando eu vim eu cheguei em um dia para fazer uma entrevista com as coordenadoras do projeto e imediatamente quando eu terminei a entrevista eu começava no outro dia. Eu larguei tudo, morava em outra cidade, e fiquei meio que morando no carro, porque o projeto de casa abrigo é um projeto complexo que você tem que tá ali presente e aí

comecei vim pra dentro do coletivo. E é um lugar onde eu me sinto super bem com elas, com o Coletivo, e vamos desenvolvendo esse projeto e espero que outros projetos do Coletivo. O que eu admiro muito no Coletivo é a relação horizontal, daí o nome Coletivo. Tem uma representante legal, é tudo proforma, é no papel, mas quando nos reunimos as relações são horizontais de companheirismo. As pessoas são comprometidas de verdade e buscam de verdade. Para realizar esse trabalho com ética e sempre considerando os valores feministas, os valores femininos, os valores do movimento de mulheres, mas também percebendo as mudanças e lutando com aquilo que é o desafio agora. Os desafios são outros. E a gente tem que perceber quais são os desafios do passo e quais são os desafios do passado e os atuais e continuar lutando, eu sinto isso dentro do Coletivo.

Entrevistadora: O trabalho no Coletivo Feminista de Sexualidade e Saúde é fundamentado em que valores e princípios?

Entrevistada: Então o primeiro é relação horizontal, é a não hierarquia. Essa hierarquia, ela existe é formal, é uma hierarquia formal, mas na prática ela não existe. Isso pra mim é importantíssimo e a coisa: Coletivo feminista de sexualidade e Saúde, a sexualidade é um dos vieses mais perversos que a sociedade usou para massacrar a mulher e o Coletivo assumiu isso como luta. E isso pra mim é importantíssimo, lutar pra quebrar os tabus, quebrar os mitos da sexualidade que são todos em cima da mulher. A mulher é privada de tudo, proibida de ter prazer, proibida de ser livre enquanto que o homem pode tudo. E aí pra mim isso é fundamental, é um dos vieses mais importantes do movimento feminista. Essa questão da sexualidade e que o Coletivo carrega muito bem.

**Entrevista 2:** Ana Clarissa Candido Moura – Psicóloga, integrante voluntária do Conselho Gestor do Coletivo Feminista de Sexualidade e Saúde, também atua com atendimentos psicológicos na ONG.

Entrevistadora: Que valores pessoais movem a doação do seu tempo para o trabalho voluntário?

Entrevistada: Que as mulheres ainda fazem parte de um grupo de exclusão, muita coisa já mudou de fato, houve várias transformações já do século XVIII, XIX, XX e esse início do século XXI também, mas a mulher ainda está na situação difícil. O... O movimento

feminista também veio se modificando desde seu nascedouro até hoje. Mudanças desse feminismo também ocorreram e que fazem com que seja necessário ainda esse tipo de trabalho.

Principalmente porque hoje se fala muito sobre mulher, mas a gente sabe que só informação sobre o direito, informação sobre saúde, informações sobre as especificidades do sexo feminino... Informação pura e simples, ela não altera muito. Então a gente busca mudar uma prática para com o sexo feminino. É por isso.

Pra falar verdade, a causa feminista, durante muito tempo eu fui contrária a ela. Se ela não tivesse se modificado eu seria totalmente contra o feminismo. Aquele feminismo inicial que eu acho necessário ter havido, hoje eu consigo perceber como era necessário ter se masculinizado dessa forma pra poder conquistar espaço.

Agora que conquistamos algum espaço é possível fazer transformação, eu vejo o feminismo hoje como uma transformação da própria mulher.

No início do movimento feminista parecia que as mulheres tinham que se transformar em homens para conquistar seu direito. Então elas meio que: “Somos iguais” e só iguais, e hoje a gente não vê mais dessa forma, ou pelo menos eu não vejo dessa forma. Nós não somos iguais, nós somos diferentes sim, mas não é porque nós somos diferentes que devemos ser tratadas desigualmente. Ou ter direitos desiguais. Podemos ter direitos diferenciados, por exemplo, um homem não vai precisar nunca ter direito ao aborto, por exemplo, que é uma luta hoje da causa feminista. O homem não precisa lutar pelo direito ao aborto, ele nunca vai abortar. Esse é um direito específico da causa feminina e feminista. Ter direito a um parto humanizado, o homem não vai precisar disso, esse é um direito exclusivo da mulher. Então identificar essas diferenças pra que a gente possa lutar pela igualdade do direito, igualdade na qualidade do direito.

Isso pra mim é a prática da cidadania. Doar essas horas... Parece até que eu estou doando horas aqui no Coletivo, até parece isso, né? Eu não consigo nem vê dessa forma, porque eu poderia está fazendo isso, por exemplo, em outro espaço, outro lugar, na minha própria casa. Mas aqui é o lugar onde mulheres se agrupam para fazer esse trabalho, entende? Então mulheres que se reúnem que se encontram pra gerir, para pensar projetos, para produzir conhecimento, produzir trabalho para outras mulheres, né?

De certa forma não vejo como voluntário. Pra mim é trabalho mesmo. De certa forma eu posso não receber financeiramente, mas pra mim é trabalho. O termo voluntariado pra mim, não sei como tá hoje, faz muito tempo que eu não leio, não em informo sobre esse assunto, mas o termo voluntariado ficou muito ligado durante muito tempo à questão da

assistência. O “faça a sua parte”, “seja boazinha você também”, e eu não acho que seja muito isso. Nós temos bandeiras sempre, que mesmo que a gente não esteja vinculada alguma associação, nós a gente acaba lutando por ela. Então acreditar no exercício da cidadania, pra mim extrapola o conceito de voluntariado. É isso que eu faço aqui, é assim que eu vejo.

Entrevistadora: O que trouxe você ao Coletivo Feminista de Sexualidade e Saúde?

Entrevistada: Essa é uma historia longa... Uma historia muito longa. Eu não sou paulista, eu não sou paulistana, sou da Paraíba. Vim pra São Paulo há três anos atrás. Lá na Paraíba, na cidade onde eu nasci João Pessoa, eu trabalhava como psicóloga e lá eu trabalhava voluntária mesmo. Também era um trabalho. Era meu serviço mesmo de atendimento, de realização de oficinas, mas eu não fazia parte da gestão da ONG. Era um trabalho voluntário mesmo. Passei 10 anos fazendo isso e foi bastante enriquecedor. E foi lá que eu comecei. Eu tinha recém terminado o curso e comecei a ter contato mais direto com a causa feminista. Chegando aqui em São Paulo, que eu vim pra cá por razões pessoais diversas. Chegando aqui em São Paulo eu conheci algumas pessoas que estavam vinculadas ao Coletivo e que foram me trazendo. E veio me trazendo também voluntariamente. Uma colega de profissão que fazia um trabalho aqui no Coletivo com mulheres me chamou para assessorar ela. Ela conclui o trabalho e foi e eu fiquei no Coletivo. Acabei me engajando. Nossa forma de pensar, a minha e a do Coletivo está em sintonia. Então eu fui ficando, alguns projetos foram ficando e eu fui permanecendo e agora fazendo parte da gestão por acreditar que temos que dar continuidade a esse projeto, continuidade a esse trabalho. As lutas das mulheres pode parecer menos ativista, pode parecer que as mulheres saíram mais de cena, mas não. Agora nós estamos agora está se vendo mais uma movimentação até na mídia uma questão da violência contra a mulher, a própria presidenta da república tá tendo isso como foco, então a questão da mulher ainda dá na pauta. E aí eu gosto de fazer parte disso, me sinto bem, é fácil pra mim fazer isso, é gostoso. Fiquei, fiquei no Coletivo.

Entrevistadora: Em que valores e princípios se fundamenta o trabalho no Coletivo Feminista de sexualidade e saúde?

Entrevistada: Aqui na organização... Primeira coisa, a gente pensa esse feminismo dessa forma. O reconhecimento da diferença pra você promover a igualdade. Então essa visão, por mim só já justifica todo o trabalho. O que precisa ser colocado, o que a gente precisa descobrir mais sobre a mulher. Essa questão da violência. Você fala, por exemplo, “tem mulheres que também são agressoras”, tem e isso é tão equivocadamente quanto o homem ser agressor, só que entra a diferença entre o homem agressor e a mulher agressora é a força física mesmo. Ela é diferente. Então é preciso reconhecer essa diferença pra saber o que vai ser feito, como vai ser feito, todas as exigências né? E é pensando nessa forma, o Coletivo trabalha com esse pensamento e é por isso que eu me identifiquei tanto com ele.

Entrevistadora: Você quer acrescentar algo que não foi perguntado?

Entrevistada: Eu acho o seguinte, sabe. Que as mulheres precisam voltar a perder a vergonha. A gente, as mulheres numa maneira geral, no primeiro momento da luta feminista, nós dissemos que nós éramos iguais e que a gente tinha que ir pra rua, tinha que trabalhar, tinha que tomar conta da cidade, tinha que ir para o espaço público, sair do espaço da vida doméstica. Nós conseguimos isso maravilhosamente bem. Mas a gente não perdeu o vínculo do espaço privado nem perdeu o vínculo do doméstico. A luta hoje das mulheres, claro, conseguir concretizar o seu espaço de direito, mas é também começar a fazer a transformação dos homens. Acho de alguma forma eles já perceberam isso. Que as mulheres mudaram muito e que eles vão precisar mudar também. Então eu acho assim, o segundo momento do feminismo é esse, é começar a mudar os homens. Porque eles ainda continuam achando que nós ainda somos responsáveis também pelo espaço doméstico quando isso já deveria começar a ser compartilhado. Aí tem um pequeno detalhe, como as mães somos nós, ainda somos nós que estamos educando nossos filhos. Então como a gente está fora, fazendo um trabalho, defendendo uma causa e no espaço privado a gente ainda tá educando filhos machistas. Então esse é o segundo momento, segundo, terceiro, não sei dizer qual momento exato. Mas é um momento a mais, é um Plus para o movimento feminista hoje. É trazer a transformação que foi para o mundo externo agora para o mundo interno. É em casa com nossos filhos, em casa com nossos maridos, isso tem que se modificar. Porque no lado de fora, na sociedade mudou muito, então tem mulher dirigindo ônibus, tem mulher dirigindo trator, tem mulher dirigindo avião, pilotando avião, tem mulher fazendo tudo, mostrando que é capaz. Tem umas diferenças salariais por aí, pra mulher pode ser mais difícil conseguir algum emprego, mas a gente já conquistou esse espaço. Mas dentro de casa a coisa ainda está um pouquinho

complicada. É hora de a gente começar a acordar para isso, né? Pra essa transformação doméstica, transformar também o espaço privado.

**Entrevista 3:** Leandro Feitosa Andrade – Psicólogo, integrante voluntário do Conselho Gestor do Coletivo Feminista de Sexualidade e Saúde e facilitador do grupo de homens em medida socioeducativa.

Entrevistadora: O que te motiva para a causa feminista?

Entrevistado: Bom, eu vou contar a história do que me move, vai demorar, eu vou contar só uma parte. Dando uma resumida: Desde a minha infância, eu sempre me incomodei com a desigualdade entre homens e mulheres, eu tive um pai militar. Então desde pequeno eu sempre tive um problema com essa questão da desigualdade dentro de casa. Porque meu pai era militar, era autoritário, violento, tal e minha mãe sempre foi questionadora e tal e pelo fato de ser questionadora sempre houve um confronto, de bater mesmo, de briga mesmo. E eu sempre, não sei por que motivo me identificava mais com minha mãe do que com meu pai. Então minha identificação sempre foi pelo sofrimento e pela desigualdade do ponto de vista das mulheres, mesmo não sendo mulher e não sendo homossexual e nada disso. Às vezes têm... As pessoas falam que porque tem uma identificação... Bom isso não importa. Então quando eu fui trabalhar, também acabou coincidindo de eu ter várias experiências com mulheres e chegou um ponto que eu fui trabalhar com... Bom eu sempre trabalhei na área pública, eu fui trabalhar em empresas por alguns anos, mas eu sempre fiz uma opção por trabalhar na área pública que era a minha vontade. Acabei trabalhando sempre em lugares com mais mulheres do que homens. Eu trabalho hoje em um lugar que só tem eu de homem. Venho me identificando muito, tendo proximidade com essas questões ligadas às mulheres. E depois com o tempo eu fui trabalhar com prostituição, eu trabalhei 10 anos com prostituição. Fazendo trabalho DST AIDS na prostituição. Comecei aqui na PUC, aqui na faculdade e aí eu me vinculei a ideia, gostei da discussão e aí pude aprender sobre gênero, sobre desigualdade de gênero a partir desse trabalho. Até aí eu não tive nenhuma formação na área, nenhum conhecimento na área, de feminismo, de nada. Então fui conhecer essa discussão de feminismo, de desigualdade de gênero a partir desse trabalho com mulheres na prostituição. Entender um pouco como isso funciona, essa questão. Bom, feito isso, eu fiquei esses dez

anos lá aí eu trabalhei em órgãos que também trabalhavam muito próximos com a questão feminina.

Bom, e aí, esse trabalho foi assim, terminei, fiz pós-graduação com isso, aí eu fui trabalhar, hoje dou aula, há dez anos dou aula no serviço social, só tem basicamente mulheres, agora na psicologia onde só tem basicamente mulheres, né? E trabalhando com essas coisas eu acabei ficando meio que focado no, de porque que mantém essa questão. E hoje já fiz uma virada. Hoje eu trabalho com homens que são agressores de mulheres. Mas na realidade o foco sempre foi trabalhar com essa questão da desigualdade. Né? Por uma identificação com as mulheres e agora por uma identificação com a desigualdade, eu quero entender porque isso se mantém, essa desigualdade. Porque se perpetuam. E aí com isso eu acabei me vinculando a militância do trabalho social, né? Não é muito voluntariado, é mais uma militância. Então eu já trabalhei com a pastoral da mulher marginalizada, trabalhei na faculdade, trabalhei com outras entidades que mexem com isso. E por ultimo foi com o próprio movimento feminista, porque o movimento feminista sempre foi resistente à participação de homens. Nunca foi sensível a participação de homens. Eu acho que eu e o Sérgio... Você já conversou com o Sérgio? Então, acho que eu e o Sérgio somos dos primeiros, que entra mesmo, que tá envolvido, que atua, o Sérgio tá até na direção do Coletivo né? Que tem participação mais igualitária dentro do trabalho. Bom, e é isso. Acho que isso faz com que eu me mobilize até hoje, porque eu sempre fiz com muito, até hoje, me pega. E hoje eu estou percebendo que o sofrimento, só pra fechar, o que eu percebo hoje é que eu quero trabalhar com os homens, não mais com as mulheres, cansei das mulheres, eu percebo que tanto os homens quanto as mulheres sofrem, os dois lados sofrem. E aí eu percebo que das mulheres já tem uma discussão bem avançada e agora eu quero ver como eu posso contribuir na perspectiva dos homens. O que a gente precisa entender no processo de socialização pra poder ajudar a mudar essa desigualdade. No caso, na questão da violência. Porque os homens ainda tentam impor a sua, o seu poder, a sua vontade com a violência, com a força física. Então eu estou mais curioso com isso também. Então a minha, outro lado meu que eu também sou muito curioso, é meu lado pesquisador, que faz também com que eu fique atuando mesmo, meu ganho é secundário, meu ganho não é primário. Ganho conhecimento, aprendizagem e tal e também, né? Financeiramente também eu acho que isso acaba revertendo depois. Bom, ponto.

Entrevistadora: O que te motiva para o trabalho voluntário?

Entrevistado: Eu acho que tem uma questão que é importante separar, em organizações, principalmente em organizações sem fins lucrativos e que tem o foco na

militância, no trabalho de transformação social. Eu já trabalhei com isso, já discuti isso. Você vai ter três tipos de, basicamente três tipos de pessoas atuando. Aquele que é o militante, aquele que é o técnico profissional, e o voluntário. Pode ser que os três estejam... Que as pessoas passem pelos 3 papéis, mas as vezes você precisa separar esses papéis, não tem muita objetividade. Porque o militante está preocupado na transformação social, na mudança, na crítica e tal, ele tem domínio, em que essa instituição está implicada, do que significa a instituição e tal. Mas não necessariamente é um técnico. Porque ele pode entender da parte política, da parte, da questão social que está sendo questionada, mas não necessariamente ele saiba fazer uma intervenção, não necessariamente ele é um administrador, ele é um psicólogo, então pode ser que precise do técnico que atua e não necessariamente técnico, ele vai ser nem militante, nem voluntário. Pode ser, como eu falei, pode ser as três como pode não ser. É preciso contratar, por exemplo, uma secretária, uma pessoa que vá cuidar da limpeza, é preciso contratar um médico, um administrador e tal pra gerir a administração da instituição, ou pra algumas das atividades específicas, digitador, né? Qualquer tarefa, motoboy... Então você tem as pessoas com remuneração e que vão atuar no ponto de vista administrativo técnico. E o voluntário pode trabalhar tanto na parte política quanto na parte técnica. Ele pode estar nas duas coisas, operacional e técnica. Então ele pode ter, eu já vi experiências em instituições que fazem isso, o voluntário não tem compromisso político nem técnico, ele tá lá como um colaborador, ele é um colaborador que pode ser técnico como pode ser militante. Ele não tem a responsabilidade sobre ele, ele vai sempre tá de acordo, um apoio ao técnico ou a militância, ele sempre vai ser um apoio. Quando eu falo de militância, geralmente são os cargos administrativos, os cargos de diretoria pessoas que estão na parte de ação executiva eles nem são remunerados. Eles são militantes, mas não são remunerados. Então o voluntário, por exemplo, quando atua na área de intervenção, sei lá, com crianças e adolescentes, com as próprias mulheres ou com os homens, eles não tem vínculo de compromisso. Ele não vínculo porque como ele é voluntário, ele pode estar hoje e amanhã não estar. Então eu não posso exigir de um voluntário o mesmo nível de cobrança que pode se exigir de um técnico ou de um militante. Então é diferente, então o voluntário pode vir pontualmente em atividades... Precisa de um voluntário para ajudar a dar uma festa, e aí ele vem, as vezes ele nem sabe porque ele tá lá, aí ele monta alguma atividade, monta alguma coisa e não tem remuneração. Ou ele pode até vir de forma mais frequente, mas... Ele acaba virando militante, pode até acabar virando um militante, mas necessariamente não no primeiro momento, porque ele pode dar em horas, ele pode dar tempo, ele pode não só dar em tempo, mas algum tipo de dinheiro, bens, alguma coisa que o voluntário pode também tá trazendo. Mas só pra fechar, no caso do

voluntário, ele pode ter a formação que ele tiver, mas vínculo dele é um vínculo não responsável. Ele não tem o mesmo nível de responsabilidade que tem o técnico e ele é um colaborador, ele tá lá colaborando. Então ele não pode assinar um documento, ele não pode fazer um encaminhamento, ele não pode cuidar... Ele pode até saber de tudo isso, mas alguém tem que responder por ele. Alguém... Você tem uma equipe, eu imagino assim, quando trabalho com voluntário, por isso eu acho que meu papel não é tão voluntário, o voluntário é isso. O voluntário sempre vai ter alguém, é quase como um estagiário. Fazer um exemplo, uma comparação. Ele tem as atividades, mas ele não é o responsável direto, tem alguém que é responsável direto. Então se ocorrer algum problema alguém responde pelo que ele fez. Exatamente porque ele não tem o compromisso, por isso que em geral eu concordo do voluntário não atuar diretamente com os sujeitos da instituição, sei lá, vai fazer um trabalho com as crianças, com as mulheres, ele pode ir naquele evento com aquela atividade pontualmente, mas ele não tem compromisso e responsabilidade de continuidade, então como ele não tem o compromisso de continuidade eu não posso obrigar ele a formar vínculo, a desenvolver tarefas a dar o compromisso se ele pode amanhã ou depois simplesmente não aparecer mais. E eu não posso cobrar isso da pessoa.

Eu estou duas coisas lá dentro, eu estou no papel de militante, mas também estou no papel de técnico, a prioridade, o que tá valendo nesse momento é o papel de militante. Eu tenho um trabalho de técnico que é o grupo de homens que a gente faz, então lá é técnico, essas horas que eu dou lá, vamos chamar assim, é técnico sem remuneração, mas não chega a ser um voluntariado. Porque eu sou mais responsável pelo grupo, então estou mais como um técnico militante e não técnico voluntário. Porque eu tenho compromisso com a instituição e tenho um compromisso com o grupo. E a gente tem voluntário, tem gente que aparece lá esporadicamente pra fazer alguma coisa com grupos. Mas fica claro pra eles e pra gente que eles não tem compromisso com isso. Então, minha leitura é essa. Eu não estou remunerado no momento, mas eu já fiz vários projetos, a gente tá aguardando convênio com a prefeitura. Projeto é o que não falta, já fizemos um monte de projetos, só que não foi ainda aprovado. Na hora que forem aprovados os projetos aí a gente vira técnico remunerado.

Entrevistadora: Então trabalhar sem remuneração não está sendo uma escolha, é por falta de financiamento?

Falta de financiamento, que já faz um tempo isso. Na realidade, tem três anos que a gente desenvolve esse projeto e a gente ainda não tem remuneração, então virou muito mais

militante do que técnico que eu já estou há tanto tempo fazendo isso sem remuneração, por que é exatamente isso, a gente tem um compromisso com a questão, com a causa, eu pesquiso a causa e eu tenho uma expectativa que isso se realize como política pública. Então quero que ela vire uma política pública, então assim, então eu vou, então acabou virando, né? Mais do que um técnico até, porque eu estou me mantendo mesmo sem remuneração. Então por isso que eu não acho que é voluntário, porque voluntário teria já chutado aquilo há muito tempo.

Então, desde que eu trabalho com o tema, já faz muito tempo, eu ouvia falar do Coletivo. O Coletivo é uma referência no movimento feminista pela sua história, já tem mais de 30 anos, é uma instituição que foi pioneira na discussão de sexualidade, de direitos sexuais das mulheres, da questão do aborto, então ela tem um histórico longo sobre isso na área de saúde e sexualidade. Então eu já conhecia, mas nunca participei de nada no início. Depois eu fui conhecendo algumas pessoas do Coletivo, mas também nunca vim participar. Por último, por causa desse trabalho... A gente fazia um trabalho para uma outra entidade que chamava... qual é o nome da entidade? Acho que o Sérgio deve ter falado o nome... É... um outro movimento feminista também da mesma época, mas eles estavam mais frágeis em termos de estrutura, eles não tinham sede própria que nem o Coletivo tem, eles tinham mais fragilidade, e aí acabou acontecendo deles fecharem. E aí, o Sérgio, quando fechou, foi ele quem me falou do coletivo. O Sérgio já era da direção do Coletivo naquela época, ele era do conselho técnico financeiro, da parte financeira, e aí ele conversou comigo porque eu já estava com ele fazendo um trabalho, e aí falou da gente levar essa proposta pra lá e ver com eles da gente usar o espaço e começar a participar, o Sérgio já participava com eles de algumas atividades de gestão e tal, aí eu concordei. No começo eu só fui pros grupos e aí eu comecei a participar da parte de gestão. Então a gente toda semana tem uma reunião pra discutir problemas, questões de gestão da instituição. Então estou nessas atividades também lá. Um pouco afastado, com um monte de coisas, mas sempre que eu posso eu participo. Eu também sou consultado agora pra isso.

Entrevistadora: O trabalho no Coletivo Feminista de Sexualidade e Saúde é fundamentado em que valores e princípios?

Entrevistado: É um pouco do que eu já falei. Ela está fundada nessa questão em trabalhar com a questão de gênero, da desigualdade das relações de gênero, focada muito nas questões, no caso, historicamente ela foi focada na questão da possibilidade do

empoderamento das mulheres na sexualidade, nos direitos sexuais e reprodutivos e mais recentemente na questão da violência. Da violência doméstica. Então ela tem esse princípio de ser um espaço de que, ou que pelo menos milita nessa área de enfrentamento de, do modelo patriarcal machista e da construção da discussão com os grupos, com as mulheres, na perspectiva do direito ao corpo, direito a sexualidade, direito reprodutivo e também a questão da violência. Então ela tenta trabalhar tanto no ponto de vista do atendimento às mulheres e agora aos homens também, quanto do ponto de vista de pensar políticas públicas pra tentar minimizar ao máximo um pouco dentro do que for possível.

Entrevistadora: Você quer acrescentar algo que não foi perguntado?

Entrevistado: Eu acho que o principal eu já falei. Acho que essa discussão que você faz, não sei se é isso a sua tônica, da visão do militante, do voluntariado e tal, acho que meu ponto de vista é esse mesmo, não tenho... Sei que tem outras leituras sobre ao assunto, mas eu acho que essa é a mais correta. Eu acho que às vezes as instituições estão misturando muito os papéis. Tem que ter claro qual é o papel de cada um dentro de uma instituição.

Uma coisa que eu não falei. Eu posso tá atuando nos três papéis. Eu posso tá dando hora de voluntário, hora de militância e hora de técnico, e posso fazer tudo ao mesmo tempo, né? Eu já trabalhei numa outra instituição que eu tinha: Esse é meu horário de trabalho, agora é meu horário de militante. Então aquela hora que eu ganhava, que eu era remunerado era a hora técnica e a hora que terminava meu horário técnico eu era militante. E aí tinha o horário que eu dava, separava meu horário técnico de horário militante pra não ficar misturado. É preciso separar um pouco isso. E tinha momento em que eu era voluntário mesmo. Ia lá pintar, ia lá arrumar alguma coisa. Uma coisa pontual, uma coisa que não tinha diretamente a ver com reflexão sobre as políticas e tal. Então as três coisas podem estar implicadas no mesmo tempo, como podem estar separadas. Mas isso pra pessoa, mas tecnicamente, pra gestão, eu acho importante a gestão da instituição ter claro isso. Principalmente no ponto de vista do dimensionamento das responsabilidades e do tempo. Pode ser até que a pessoa se sinta envolvida nas três dimensões, mas no ponto de vista operacional é importante separar. Você tá como o que aqui? Como militante técnico, técnico militante, voluntário ou ... Até pra cobrar. Quando você está numa função técnica, você já é remunerado ou se você é só voluntário, poder ter cobranças, nível de cobrança diferente, nível de responsabilidade diferentes, nível de exigências diferentes, então a perspectiva em relação a pessoa devem ser outros. As vezes eu acho que as instituições misturam muito isso. Então do ponto de gestão

precisa ter claro o limite de cada um desses papéis pra poder ter claro o que tem que ser cobrado de cada um de direitos e responsabilidades pra fazer o que precisa ser exigido, cobrado, o que eu posso contar com o outro também, né? Pra poder ter claro a... O trabalho que vi ser realizado. Porque tem instituições que eu conheço que só tem voluntários. Quando alguém fala pra mim que só tem voluntários eu fico arrepiado. Eu acho que instituição só com voluntários tente a ter problemas. E quando só tem técnicos também eu acho que já virou outra coisa, porque só tem técnico ninguém mais milita na causa, não tem ninguém que se disponha a fazer uma outra leitura ou uma outra disposição de ação. Então já acho que tem que ter as três coisas, mas isso é um trabalho mais complexo de gestão. Tem que fazer a gestão de tudo isso, aí vai do perfil de cada entidade, de cada instituição, as instituições maiores acabam gerindo de um outro jeito diferente. Por que cada uma tem... O perfil das instituições é diferente.

**Entrevista 4:** Paula Licursi Prates – Psicóloga, integrante voluntária do Conselho Gestor do Coletivo Feminista de Sexualidade e Saúde.

Entrevistadora: Que valores pessoais levam à doação do seu tempo para o trabalho voluntário?

A gente não faz o voluntariado por si. O nosso voluntariado é um investimento, era isso que eu ia falar...é um investimento no Coletivo como instituição que tem um princípio, uma cara, com intensão dele virar uma coisa maior, dele gerar trabalho, dele ter uma influencia maior, um impacto maior, né? E claro que cada um de nós, aí se quiser falar da primeira, dos valores pessoais, cada um de nós pra fazer isso tem que ter o perfil de alguém que topa fazer essas coisas. Então, por exemplo, eu venho desde a minha formação de trabalho em ONG e eu me identifiquei com isso, com meus trabalhos, mesmo quando eles não eram remunerados eu percebia que não trabalhava pelo valor ou pelo tempo, né? Trabalhava pela causa, pela coisa que eu estava envolvida, então eu nunca contabilizei dessa forma. Eu acho que isso é um pouco de altruísmo que algumas pessoas têm, é uma coisa de se preocupar muito com o outro, eu percebo que a gente tem muito parecido lá no Coletivo. Isso tem um lado bom, pra causa é muito bom, pra nossa vida pessoal nem tanto. As vezes a gente poderia tá ganhando mais, tá melhor financeiramente, se a gente focasse mais egoisticamente na carreira, mas a gente acaba levando outras coisas em conta e a gente acaba recebendo também como um salário. Eu brinco com as meninas quando eu faço supervisão, quando a gente tem

um caso bem sucedido, eu falo, esse é o nosso salário. Então a gente, a gente se paga muito dessa forma, com o retorno das pessoas que a gente atende, o tipo de retorno pra nós, bem ou mal é importante, a gente gosta e a gente acaba topando. Então, mas tem que ter assim, uma coisa de se doar, de não esperar um resultado imediato, então tem que ter paciência né, tem que tá interessado pelo próximo, pela causa, tem que pensar longe se não você não consegue, porque é um trabalho de formiguinha.

Estou falando agora um pouco do Coletivo né? Então eu acho que eu combino, a minha personalidade combina com isso, apesar de estar preocupada hoje com a carreira, por isso que eu estou na pós-graduação, tenho também tentado administrar melhor quanto tempo lá, quanto tempo fora, porque eu tenho que tomar cuidado. Quando eu olho eu estou toda lá. E às vezes eu até brinco, eu falo: A gente tá enxugando gelo, porque tem coisa que tem um limite né? Então eu tenho... Eu procuro me cuidar porque se não eu fico só lá, ponho dinheiro do meu bolso lá, levo, chegamos nesse ponto de levar comida de casa, comprar coisas, só pra não deixar a peteca cair. Que eu acho legal por um lado, mas por outro eu acho um perigo, porque, às vezes a gente tá tapando o sol com a peneira fazendo isso e aí não é legal. A gente tem que olhar para a instituição como uma realidade, se ela tem perspectiva, se ela não tem, então às vezes, a gente fazendo isso, a gente não vê a situação que ela está. Então eu acho perigoso quando a gente não percebe esses limites. Então eu pessoalmente estou num momento de rever a situação, continuo doando, mas eu tento diminuir um pouco e até pra entender melhor e avaliar melhor a situação atual.

Você acha que contemplei os valores pessoais. Você pergunta se achar que não.

Entrevistadora: O que te levou ao trabalho voluntário especificamente com mulheres na perspectiva feminista?

Entrevistada: O que me motivou para o trabalho voluntário especificamente com mulheres na perspectiva feminista? Eu me formei (...) Eu me formei e fui trabalhar com... Ganhei uma bolsa da FUNDAP pra trabalhar com pesquisa em saúde coletiva e aí já era uma coisa social. Foi meio sem querer. Fui cair lá. Fiquei dois anos lá e aí já fui tendo esse olhar social. Trabalho, emprego mesmo foi num abrigo pra mulheres vítimas de violência, eu não sabia nada, não sabia que existia, e aí eu fui como um primeiro trabalho, mas eu me envolvi com o trabalho, quis entender qual era a questão das mulheres, me identifiquei e me aprofundei nisso. Tanto que eu fiquei lá cinco anos e fui fazer o mestrado na área de violência contra a mulher, fui entender o que era gênero, o que era feminismo, fui pensar em mim, na

minha vida, né? No contexto que eu estava e fiz uma nova contextualização pessoal a partir desse trabalho e aí fiz uma escolha, uma escolha profissional.

Entrevistadora: O que trouxe você ao Coletivo Feminista de Sexualidade e Saúde?

Entrevistada: Quando eu fui pro Coletivo... eu vou misturar essas duas perguntas. Eu tinha acabado o mestrado, eu estava matriculando no doutorado. No mestrado eu tinha feito o perfil das mulheres abrigadas vítimas de violência que era exatamente o que eu trabalhava nesse primeiro trabalho. E aí foi legal porque eu pude aprofundar teoricamente a questão da violência de gênero e tudo mais. Eu queria continuar estudando nessa área, aí eu emendei o doutorado aqui na Saúde Pública. É um momento teórico que a gente está passando agora para começar a olhar pros homens autores de violência. E a gente já trabalhava com o Sérgio e com o Leandro em outros lugares, na Defensoria Pública, já conhecia eles de palestra e coincidiu. Que o trabalho que a gente fazia na defensoria pública com mediação de conflito acabou e a gente tentou levar esse trabalho para o Coletivo. Eu já era sócia do Coletivo, isso significa que eu era membro, mas não era atuante. Então eu ia uma vez por ano na Assembleia, a gente votava, ouvia de quem estava lá todo dia trabalhando, não era eu, eram pessoas que eu admirava muito que hoje são professoras da universidade, são pessoas que estão super bem, são consideradas referências, tudo mais. Um lugar que eu sempre gostei e sempre admirei. Quando eu fui procurar o Coletivo tanto pra levar esse trabalho da mediação quanto pra acompanhar essa questão do trabalho com os homens em São Paulo eu tinha acabado de defender o mestrado e eu encontrei um grupo que é esse grupo que tá hoje lá. Isso faz uns dois anos. É um grupo que estava se formando, um grupo novo no Coletivo porque umas pessoas tinham ido embora, outras estavam chegando, o Coletivo estava numa situação totalmente diferente, sem projeto, com pouco dinheiro. É um grupo de pessoas tentando novos projetos, novos trabalhos, mas esse grupo se reunia voluntariamente e eu estava com tempo disponível. Então eu estava buscando duas coisas, eu estava buscando uma inserção, uma vinculação em alguma organização, aí podia ser até no nível pessoal, mas também estava buscando o campo do meu doutorado porque eu estava querendo estudar o que a gente estava tentando levar pra lá. Esse trabalho da mediação tem uma parte que é o trabalho com os homens. Então eu me aproximei pelos dois motivos. Então tá muito misturado os interesses pessoais com os sociais, né? E assim foi. Eu entrei, pude participar semanalmente das reuniões técnicas, paralelamente eu fui ajudando a essa questão do grupo de homens... A formar, pensando na pesquisa e pensando na militância porque isso daí é uma coisa que eu

acredito pessoalmente também... E nisso com contatos, com reuniões, em outros espaços... Então me juntei a esse grupo pra somar e paralelamente fomos cuidando da casa, do coletivo. Isso a gente chamou de grupo gestor. Então quando você nos procurou você encontrou o grupo gestor voluntário, cada um com uma inserção diferente, mas cuidando, não querendo que o Coletivo morra ou diminua, em fim, então o que me trouxe foi essa dupla questão. O que me motivou para o trabalho com as mulheres... Eu nunca trabalhei voluntariamente diretamente com as mulheres, mas indiretamente sim, por que a gente está lá dando uma retaguarda na casa e alguém procura, como nós também somos técnicos a gente nunca deixa de dar alguma orientação, mas eu fui mordida antes de tá lá pela questão das mulheres, então se alguém telefona a gente sabe dar orientação, a gente dá, recebe...

Entrevistadora: você falou do seu motivo pessoal, da sua inserção (...). Teve alguma coisa pessoal que mexeu com você na causa feminista?

Entrevistada: Com certeza, Eu achava que não... Era uma coisa leiga. Eu era leiga nesse assunto. Então eu achava que era normal, que os homens e as mulheres eram iguais. Então quando eu entendi, eu estudei eu vi que eu também era fruto dessa sociedade machista, patriarcal e vi isso na minha família, vi isso na relação do meu pai com minha mãe, vi isso na minha relação de filha. Percebi que eu também tinha sido vítima de violência em casa, porque antes eu não sabia dar esse nome. Achava: “É normal o pai xingar, o pai proibir certas coisas” Não é normal, isso é violência, isso tem nome. E isso eu vejo nas pesquisas que todas as mulheres que são entrevistadas, elas tem a mesma vivência... “não, não fui vítima de violência” Mas alguém já te xingou? “já”. Então é um pouco isso. Eu falei, isso acontece também comigo como mulher, e aí fiquei tentando me pensar e me posicionar também no meu relacionamento, no meu casamento, na relação com meus filhos, né? Então é uma coisa que não dá pra ser só pesquisa, só trabalho, é a vida. E quando você incorpora... tá em tudo, não tem jeito, né? Então comigo foi uma revolução. No começo era um trabalho com mulheres que eu acho que eu reproduzia a lógica da sociedade. Então é assim: Os modelos estão prontos, tem que ser seguidos, não podem ser questionados, mulher é desse jeito, homem deve ser de tal jeito. Depois isso revolucionou e não! Não, tem mulher que não quer ser mãe, ela tem direito de não ser mãe. Tem mulher que não quer ficar casada também tem direito. Eu acho que como eu vim de uma classe média e tive direito mais a educação, então algumas barreiras já tinham sido quebradas pela classe, mas por causa da escolaridade, por que aí você consegue avançar algumas questões. Mas outras culturais permaneceram. E aí

você vai rompendo pessoalmente, individualmente, fazendo terapia, buscando pares pra viver essa coisa juntos. E aí quando você abre o olho pra isso você encontra um monte, engraçado isso.

Entrevistadora: O trabalho no coletivo se fundamenta em que valores e princípios?

Entrevistada: O Coletivo, ele é uma organização feminista voltada para as questões de saúde sexual e reprodutiva principalmente, a questão do autoexame e auto cuidado, na época que ele foi criado isso era uma coisa muito forte e a questão de violência estava nesse pacote. E foi na mesma época em que a violência foi denunciada publicamente na sociedade e isso teve um grande impacto. Então a violência veio a reboque nessa discussão, num sentido amplo de saúde. E hoje eu acho que como a gente já avançou nas políticas, já temos acessos aos serviços, então algumas mentalidades já mudaram, não todas, o nosso apelo hoje é muito mais com a violência e tanto que a gente agora os abrigos. Se você pensar nos nossos projetos hoje é: Abrigo e grupo de homens autores de violência, abrigo para mulheres vítimas de violência e abrigo de homens. E temos o ambulatório com a ginecologista. Mas é... A minha visão é que o impacto social do Coletivo hoje é muito mais com a violência do que com a saúde sexual reprodutiva que já está mais disseminado, já tá... Serviço público, o acesso melhorou, mudou, ainda não tá bom... Mas na área da violência a gente pode contribuir mais.

Eu falei que ele era muito mais voltado com os princípios feministas de defender os direitos da mulher pela igualdade e a questão de gênero. Eu acho que são os eixos principais do Coletivo, acho que sim.

**Entrevista 5:** Sandra Dircinha T. A. Moraes – Médica ginecologista, integrante voluntária do Conselho Gestor do Coletivo Feminista de Sexualidade e Saúde, atua também com atendimento clínico na ONG.

Entrevistadora: Que valores levam à doação do seu tempo para o trabalho voluntário:

Entrevistada: Eu já, alguns anos atrás eu já dediquei mais tempo ao voluntariado. Eu andei me decepcionando porque no começo eu trabalhei em duas ONGS como voluntária uma tarde inteira, tipo assim, umas 6 horas, mas eu notava que aproveitavam do meu trabalho, tiravam benefício... Eu vi que não era bem por ali. Aí eu achei melhor empoderar, trabalhar, colaborar com o empoderamento do cidadão, das pessoas, principalmente da mulher pra que

elas de posse de conhecimento, acho que se todo mundo fizer isso, elas possam tentar vencer as iniquidades que é a maior causa de violência. Nós vivemos num mundo totalmente iníquo onde quem mais precisa de tudo é o que menos tem. E quando eu fui pro Coletivo Feminista, às vezes trabalho no conselho gestor, vou dar palestra e tudo. Objetivando empoderar a comunidade de conhecimento pra lutar, debater com os conhecimentos de causa. Que às vezes, elas até sabem o que é melhor pra elas, o que é importante pra elas, mas não dominam a palavra, não tem conhecimento das leis, das normas e elas às vezes são engodadas, enroladas por alguns gestores, alguns representantes de instituições que são bons na falácia ou às vezes pegam algum conselheiro desprevenido com alguma necessidade e oferece alguma coisa ou outra, né? Sei lá. Então eu acredito assim, que só vai ter equidade, nós só vamos ter um SUS com equidade, um SUS humanizado... Só vão ter menos violências em todos os sentidos, menos assédio moral se o povo tiver emponderado dos seus direitos e saber reivindicá-los, que as vezes eles não sabem reivindicar os direitos da forma correta.

Entrevistada: Você acredita no trabalho voluntário?

Acredito sim! Eu trabalho pela causa. Eu jamais vou ser voluntária em algumas ONGS que eu já sei e todo mundo sabe que eles vão tirar proveito de mim. E vai ter finalidades políticas, religiosas, jamais. Eu exerço trabalho voluntário sim, por uma causa, em prol da defesa de uma causa, é meio que em advocacy mesmo, empoderamento das pessoas, diminuição de qualquer tipo de violência cometida entre as mulheres, em especial a violência de gênero, assédio moral, todas essas coisas.

Entrevistadora: O que motivou você para o trabalho voluntário especificamente com mulheres na perspectiva feminista?

Entrevistada: É porque, eu nem sei explicar. Desde pequena eu sempre tive horror de iniquidades, de injustiças, eu observei, eu morei, eu nasci numa cidade meio pequena, provinciana e o povo era muito machista, pros homens tudo, até mesmo na minha família a gente teve que lutar muito, porque pros homens tudo, pras mulheres nada, exceto estudo. Mas outras coisas os homens podiam, os homens podiam chegar tarde em casa, nós não, eles podiam tal coisa, nós não, uma série de benefícios que eles podiam e nós não. E eu via também minhas amigas, minhas primas, meus vizinhos por ali e eu não achei certo. Não tá... e eu observava, o que me chamou mais atenção é que principalmente que as mulheres, elas já

criavam seus filhos de maneira errada, criava o filho homem diferente de como ela criava a filha mulher, o homem podia tudo e a mulher não, porque afinal foi assim com ela e assim que era o certo. É aquele conformismo, aquela banalização da violência dos tipos de violência cometidos contra a mulher, assédio moral então parece que não tinha problema, sabe? Então foi isso. E eu sempre achei... Foi essa indignação que me moveu a colaborar no empoderamento dos cidadãos, ajudar eles a fazer o exercício da cidadania. Eu participei, eu sou da REUNA, rede de humanização do parto e nascimento, quando eu entrei eles ainda não davam comida pras mulheres ainda no momento do parto, faziam um monte de violências, então eu reivindicava, dava melzinho de saquinho escondido para as mulheres pra fazer o parto e assim, um monte de outras coisas.

Eu também debatia na criação das delegacias femininas, depois as delegacias foram criadas e elas não eram muito especializadas, né? Participei da luta para formar as casas abrigo e agora a gente tá na luta de empoderar as mulheres economicamente, que elas possam sair, por exemplo, das casas abrigo, desse ambiente de violência e ter como tocar as suas vidas, né? Eu acho que o meu voluntariado é em prol de uma causa, entendeu?

Nunca eu vou, por exemplo, pode ser qualquer pessoa, qualquer ONG, mas se tá debatendo com uma causa que veste a camisa e que é compatível com os meus ideais, com meu modo de luta com eu vejo a vida, os valores nas pessoas, na sociedade eu vou atrás. E o Coletivo Feminista foi uma ONG que eu me identifiquei muito, é uma ONG sem preconceito e que sempre desde a sua existência debateu para empoderar as mulheres. Ele lutou contra a violência, pra diminuir a violência contra a mulher. Lutou para desenvolver políticas públicas, pra fazer uma promoção da saúde integral da mulher e agora tá lutando pra sair dessa mesmice, porque sempre foi assim, saúde materno e infantil, e as outras saúdes? Você não tá na idade reprodutiva, então é só pra ter filhos? E mesmo os métodos contraceptivos ainda tem muita dificuldade pra dar contracepção de emergência.

Entrevistadora: O que trouxe você ao Coletivo Feminista de Sexualidade e Saúde?

Entrevistada: Eu conheci desde a época de estudante eu já ouvia falar, conheci a história de algumas feministas e aqui em São Paulo eu conheci a Maria José de Araújo, eu fui, eles não vieram atrás de mim, eu que fui atrás deles. Eu falei: Eu quero participar... Eu entrei no Coletivo, fiquei um tempo lá aí saí porque incompatibilizei com a ideia de algumas pessoas também porque todo lugar tem as pessoas, eles estavam levando as coisas, fazendo coisas que não, muito poucas pessoas, fazendo algumas coisas que eu não concordava que não

batia com a minha moral, com meu caráter, com a minha dignidade, saí, e aí a diretoria saiu e entrou outra, eu fui convidada pela Ana pra voltar e voltei e estou contente. Mas a outra diretoria deixou o Coletivo endividado, com um monte de problemas e nós estamos aí apagando fogo.

Eu acho que voluntariado, tem coisas que o pessoal, que o voluntário faz que não é obrigação do cidadão, é obrigação do estado dos municípios. Eu acho que a obrigação do voluntário é você debater, fazer advocacy de outras causas. Eu concordo com o Coletivo, eu já fiz muito trabalho voluntário, talvez hoje eu não faria. Eu ia escolher muito os lugares onde eu ia fazer trabalho voluntário, porque muitas pessoas abusam disso sabe? E eu notava que eu ia fazer assim o que era função do governo do estado, da prefeitura e que outras pessoas tiravam proveito disso, tá?

Entrevistadora: O trabalho no Coletivo Feminista de Sexualidade e Saúde é fundamentado em que valores e princípios?

Entrevistada: Os valores principais são diminuir a iniquidade, promover a equidade. E também diminuir a violência de gênero, erradicar a violência de gênero. Colaborar na promoção da saúde integral da mulher, saúde integral mesmo, todos os sentidos, tá? E tem alguns advocacys, por exemplo, diminuição da violência de gênero, Tornar o aborto legalizado. Por exemplo, diminuir a violência de gênero que já diz um monte de coisas, da mulher tem melhores condições de saúde, renda, tudo isso, né? E fazer com que a mulher participe mais da situação política do país, que ela tenha vós de mando, que por exemplo, como tá a Dilma tá aí hoje e algumas deputadas, que elas realmente fiquem em funções executivas pra que façam melhores lei, pra que proporcionem uma vida em todos os sentidos, melhor para as mulheres e suas famílias. É isso, quanto à legalização do aborto é a bandeira deles também, porém lá não faz aborto, porque é ilegal, a gente respeita a saúde da mulher se ela quer fazer aborto, mas não fazemos lá em hipótese nenhuma e orientamos a mulher vítima de violência de estupro, a orientamos que se ela quiser fazer o aborto, tem locais específicos, mas fazer dentro da lei. E se ela foi vítima de violência sexual e ela não quer fazer aborto, as vezes ela é espírita, ela é evangélica ou mesmo católica e não quer, a gente orienta ela que ela pode mandar o filho dela para adoção, o mais importante é o que a mulher pensa e a decisão é dela. A gente colabora, faz atendimento com psicólogo, assistente social, médico, ginecológico, no sentido de dar pra ela boas, ajudar ela a enxergar oque é melhor pra ela. Às vezes o que é melhor pra ela não é melhor não é melhor pra mãe dela, não é melhor pra

família dela e tem que se fazer valer a ajuda no sentido de promover para que os direitos e os desejos das mulheres sejam feitos. Em todos os sentidos. Na vida reprodutiva, para que ela tenha quantos filhos quiser, no momento que ela quiser com quem ela quiser.

Se ela não tem filho, se não pode ter filho por um motivo ou outro, encaminho viabiliza de modo para que ela possa fazer fertilização em vidro, ter os filhos que ela quer, entendeu? Se ela quer fazer laqueadura, faça laqueadura, se quer usar o diu ou diafragma, embora lá a gente recomenda o diafragma que é um modo de empoderar. Ela tem controle de ser um método seguro e que não dá câncer. Sugerimos também que quando ela não conhece o parceiro ela usa o diafragma, ele usa camisinha. Essas coisas. Abrir, colaborar na abertura de melhores horizontes para a mulher, pra que ela saia dessa situação histórica de inferioridade, pra que se rompa essa violência de gênero que existe desde que o mundo é mundo. E também a gente luta contra qualquer, contra a homofobia, né? Contra a discriminação de cor, raça, sexo, isso aí a gente debata muito contra isso, porque todo mundo é igual e ser diferente é normal ser diferente, temos essa concepção, mais ou menos isso.

Entrevistadora: Você gostaria de acrescentar algo que não foi perguntado?

Entrevistada: Eu gostaria, eu fico um pouco constrangida porque nós do Coletivo e outras ONGS sérias estamos passando por dificuldades econômicas, porque algumas ONGS mal caráter que não idôneas que serviram a outros fins, inclusive fins governamentais, fins eleitoreiros, andou pisando na bola aí e agora algumas ONGS sérias estão com dificuldades de financiamento pra continuar desenvolvendo as atividades. No nosso caso lá, a gente tá com a maior dificuldade, e a gente não conseguiu financiamento até agora, um projeto que estava pra ser aprovado não pôde, porque tem excesso de papéis, excesso de burocracia, nós entregamos no dia, mas tinha um horário, quer dizer, mínimos detalhes. A gente está vendo ainda iniquidade nesse sentido de financiamento pra ONGS sérias, a gente ainda continua vendo valer aquele que tem, que faz mais conchavo, que dá as comissões, que não milita em algumas causas que incomodam porque você vê que na Assembleia, no Senado, nas câmeras, federal, municipal, estadual tem muito testículo ali, tem muito pouco útero e ovário ali, né? Ainda persiste a violência de gênero. E por conta, nas companhias que podem estar viabilizando o financiamento, ainda tem isso. E as vezes onde tem mulheres elas tem um pensamento machista, um pensamento sexista, eu não sei. Nós as ONGs sérias, tem muitas ONGs sérias que fazem trabalhos maravilhosos, trabalhos que vão ficar pra história tão passando por sérias dificuldades econômicas onde várias pessoas que são ativistas tornam-se

voluntárias ali. Não recebem pra que a causa, por exemplo, a maioria, todos que estão no Coletivo hoje estão fazendo trabalhos voluntários para que não acabe, porque se acabar é uma pena, que dizer, nós vamos andar pra trás, porque a luta feminista, a luta pela igualdade de gênero, para que diminua a violência contra a mulher em todos os sentidos vai dar um passo pra trás. Por isso que muitas pessoas que são ativistas, em prol de uma causa, que diminui as iniquidades estão lá como voluntárias. Eu jamais iria trabalhar como voluntária numa atividade religiosa, onde pessoas iam tirar proveito, numa atividade política, pra ajudar a eleger alguém, nunca, nunca, nunca, jamais.

E eu e maioria que tá lá no Coletivo, acho que cem por cento pensam assim, porque a gente conversa, somos uma equipe muito integrada.

**Entrevista 6:** Sérgio Flavio Barbosa – Filósofo e Sociólogo, integrante voluntário do Conselho Gestor do Coletivo de Sexualidade e Saúde e Facilitador dos grupos de homens em medida socioeducativa.

Entrevistadora: Que valores pessoais movem a doação do seu tempo para o trabalho voluntário?

Valores pessoais? É... Eu acredito em uma sociedade equitativa onde homens e mulheres podem exercer papéis sociais sem que sejam discriminados, ou colocados em valores superiores ou inferiores. Eu acredito que o feminismo possa trazer pra sociedade uma ferramenta questionadora do poder patriarcal, da legitimação, da dominação masculina. Então eu me dedico a essa causa, devido ao meu interesse numa sociedade menos injusta, de uma sociedade de valores equitativos e a partir daí menos violenta.

Entrevistadora: Você trabalha com as mulheres?

Não. Eu trabalho somente com projetos voltados a masculinidade, significa que também posso trabalhar com mulheres, mas meu foco aqui na entidade é homens para que essa população possa participar aqui enquanto um projeto preventivo ou um trabalho fora, de combate à violência contra a mulher.

Tenho o trabalho há bastante tempo, quando eu trabalho com mulheres... mesmo trabalhando com mulheres o foco ainda é masculinidades.

Há dois tipos de trabalho voluntário, aquele que é feito de emoção e coração e aquele que é feito profissional. Eu por muito tempo venho trabalhando no terceiro setor e paralelamente no setor da educação. Consigo conciliar essas duas formas de trabalho, porém eu acredito que a profissionalização do voluntariado seja interessante porque estabelece um vínculo com a entidade ou com a causa. Já passei por diversas entidades mantendo sempre o mesmo vínculo, de uma sociedade mais igualitária trabalhando com o feminismo.

Entrevistadora: O que trouxe você ao Coletivo Feminista de Sexualidade e Saúde?

Entrevistado: Bom, foram vários fatores, um deles a proposta do coletivo, que é uma das entidades mais antigas do país, que foi a pioneira a falar sobre direitos sexuais, direitos reprodutivos, em diversidade, em questão de violência e aqui se formou a grande base do feminismo. Hoje grandes feministas tanto do campo acadêmico quanto da execução de políticas públicas passaram pelo coletivo. O Coletivo tem uma história muito longa e uma tradição de formar pessoas para a questão de implementação de políticas públicas em defesa da mulher. Então isso me atraiu. Uma outra questão que eu já tinha participado como contratado foi a primeira experiência do Coletivo em trabalhar com homens e eu vim e realizei oficinas e viram que o pra atuar com mais eficácia tinha que atuar com a população masculina também.

Entrevistadora: Você havia diferenciado o voluntariado profissional daquele que é feito de coração. Qual é o voluntariado que você exerce no Coletivo?

Entrevistado: O mais é o profissional, porque eu tenho compromisso, se faltar ninguém vai me cobrir, depende de mim, tenho uma função bem definida, não sou um faz tudo. Tem coisa que eu não faço, contabilidade eu não faço, administração... Eu só faço mesmo o planejamento executivo e tento nesse curto período de tempo me dedicar à avaliação de projetos.

Entrevistadora: O trabalho no Coletivo Feminista de Sexualidade e Saúde é fundamentado em que valores e princípios?

Entrevistado: A organização se fundamenta na questão da emancipação dos direitos da mulher, na participação da política e no empreendedorismo para que todos esses três eixos

possam tirar a mulher de uma situação de vulnerabilidade. Também trabalha com o eixo da dignidade humana onde a mulher tem o direito a determinar a sua reprodução, o seu corpo a sua sexualidade. Então o Coletivo, ele marca a história do feminismo no Brasil por ser uma entidade que reuniu esses princípios desde a sua fundação.

A dignidade da mulher, o direito dela... Atualmente a gente trabalha com orientação sexual, com orientação reprodutiva, trabalhamos também com direito do acompanhamento no parto dessas mulheres e também trabalhamos na campanha de combate a violência contra a mulher.

Minha atuação aqui é mais restrita ao campo de projetos mesmo. Eu conheço todos os projetos do coletivo, ele atua no ABC Paulista. Lá é um projeto bastante específico que é com casas abrigos realizando atividades com essas mulheres que estão em proteção, em sigilo, então eu não participo muito desse projeto. Fico sabendo, dou palpite, leio, questiono, mas o projeto mais importante pra mim na entidade é o trabalho com os homens na questão da erradicação da violência contra a mulher.

ARCHILA, Francisco Reyes. *Introducción - Re-imaginando la masculinidad : Caminos diversos para la reflexión sobre la relación Bública, género y masculinidade*. Revista de Interpretación Bíblica Latino-americana. n. 56, 2007. p. 11-15.

BRASIL, Constituição Da República Federativa: Texto promulgado em 05.10.88. Atualizada com as Emendas Constitucionais Promulgadas. Brasília, 2010. Disponível em: [http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988\\_05.10.1988/CON1988.pdf](http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf)

BRASIL, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Rio de Janeiro, 2002.

CARDOSO, Ruth. *Fortalecimento da Sociedade Civil*. In. IOSCHPE, Evelyn Berg (org.). *3º Setor: Desenvolvimento Social e Sustentado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

CERVO, Armando Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. *Metodologia Científica*. 5. ed. São Paulo: Prentice-Hall, 2002.

CRUZ, Carla; RIBEIRO, Uriá. *Metodologia Científica Teoria e Prática*. 2. ed. Rio de Janeiro: Axcel Books do Brasil, 2004.

DOMENEGHETTI, Ana Maria Martins de Souza. *Gestão do trabalho voluntario em organizações sem fins lucrativos*. 3.ed.. São Paulo: Esfera, 2001.

FERNANDES, Ruben Cesar. *Privado Porém Público: O Terceiro Setor na América latina*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

\_\_\_\_\_. *O Que é Terceiro Setor?* In: IOSCHPE, Evelyn Berg (org.). *3º Setor: Desenvolvimento Social e Sustentado*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FOUCAULT, Michel. *A Mulher/ Os rapazes da História da Sexualidade*. 3. ed. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MEREGE, Luiz Carlos. *Terceiro Setor: A Arte de Administrar Sonhos*. São Paulo: Plênedo, 2009.

MILES, Rosalind. *A História do Mundo pela Mulher*. Tradução: Bárbara Heliodora. Rio de Janeiro: LTC Casa Maria Editorial, 1989.

MORAES, Claudia Souza Reis Cardoso. *A Sombra de Eros: resgate do feminino*. Revista de Psicoteologia do CPPC. n. 44, 2009, p. 32-37.

MOUSSALLEM, Márcia. *Associação privada Sem fins econômicos: Da Filantropia à Cidadania*. 2. ed. São Paulo: Plêiade, 2010.

MURARO, Rose Marie. *A Mulher no Terceiro Milênio*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

NUNES, Maria Jose Fontelas Rosado. *A trajetória das mulheres no catolicismo brasileiro: teorias feministas interrogam a sociologia da religião*. Revista de Estudos da Religião. São Paulo: UMESP, v. 9, n. 9, jun., 1994. p.95-108.

SANTOS, Naira Carla Di Giuseppe Pinheiro. *Representações de gênero, religião e trabalho doméstico: Resultado de uma pesquisa entre batistas do Estado de São Paulo*. In SOUZA, Sandra Duarte (org). *Gênero e Religião no Brasil*. São Bernardo do Campo: UMESP, 2006.

SEGALLA, Gracila Iacy Marzola. *A cidadania em Atenas no séc. V a.c. e na Constituição brasileira de 1988*. Cadernos de Iniciação Científica. São Paulo: UMESP. n. 1, v. 1, 2004. p. 65-71.